

**“Somos operários, é malta do ferro”
Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal**

João Pedro Oliveira Santos

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Janeiro de 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor José Neves

Agradecimentos

Um trabalho desta envergadura é necessariamente fruto de vários contributos, sejam eles diretos ou indiretos.

Assim, em primeiro lugar, quero agradecer ao Cipriano, ao Vítor, ao Francisco, ao Joaquim, ao Mário e a todos os operários que aceitaram conversar comigo na fase exploratória da investigação. Sem a partilha das suas histórias de vida esta dissertação nunca teria visto a luz do dia.

Agradecer também ao professor José Neves, por ter aceite orientar esta tese e por todo o seu acompanhamento crítico que me auxiliou quando os pensamentos estavam menos claro e me deu as ferramentas para progredir nesse caminho turbulento que é o da investigação.

Outros agradecimentos vão para quem tornou isto possível: os meus pais. Por tudo o que fizeram por mim até hoje e por terem conseguido conviver com as “crises existenciais” próprias de um mestrando. À Adriana por tornar tudo mais fácil com o seu amor, amizade e apoio. À Vanessa, companheira de viagem, sempre presente em todos os momentos. Um agradecimento à Patrícia, pela amizade fraternal e por todas as nossas conversas. Foram elas que deram a força para enfrentar as adversidades. Agradecer também à Inês, à Ana Teresa, ao Pedro e ao Diogo. Pela amizade e por me terem recebido de braços abertos no mundo da História. Agradecer ainda à Mariana e à Ana, que desde o meu primeiro dia no mundo académico têm estado presentes.

Por fim, um agradecimento a todos e a todas que mesmo não estando aqui referidos tornaram possível a realização desta dissertação.

Resumo

De uma forma geral, a década de 80 foi marcada por um processo de desagregação do modelo industrial que vinha a ser construído no Ocidente. Foi também um período de fragmentação do mundo operário na grande maioria dos países industrializados, onde o fordismo e o keynesianismo revelaram os limites das suas potencialidades, abrindo caminho à emergência de um novo regime de acumulação. Em Portugal, este período de reestruturação foi também marcado pela integração na CEE, assim como pela recente memória dos anos revolucionários de 1974-1975. Nesta dissertação de mestrado, pretendemos refletir acerca do processo de crise e reestruturação da economia portuguesa nos anos 80, a partir de uma experiência local, acompanhando o processo de recomposição operária. A região de Setúbal é um território que tomamos como um laboratório onde uma crise industrial profunda conviveu com um movimento operário com fortes tradições de luta. A partir da recuperação das histórias de vida de operários, valorizando a importância da sua memória, a forma como se exprimem e o significado que atribuem às mudanças vivenciadas neste período, recorreremos à história oral enquanto instrumento de inquérito ao passado e ao presente em que este passado é recordado. Pretendemos assim aprofundar o conhecimento sobre a subjetividade operária num quadro de composição, decomposição e recomposição de classe.

Palavras-chave: desindustrialização, classe, memória operária, Setúbal

Abstract

In general terms, the 1980's were characterized by the disintegration of the industrial model that had been built in the Western world up until then. This period was also one of fragmentation of the working class as a whole in most industrialized countries, where Fordism and Keynesianism revealed the limits of their potential by paving the way for the emergency of a new regime of capitalist accumulation. In Portugal, this period was also marked by the country's accession to the European Economic Community (EEC) and by the recent memory of the revolutionary years of 1974-1975. In this dissertation, it is our intention to reflect on the process of crisis and reconfiguration of the Portuguese economy in the 1980's as seen through a local experience, by accompanying its' process of working class rearrangement. We took the Setúbal region as a "pilot" territory where a profound industrial crisis coexisted with a working class movement that had a strong tradition of collective struggle. Our research is based on the recovery of the life histories of industrial workers – by valuing the importance of their memory, as well as the meaning they attribute to the changes experienced in this period, we mobilize oral history as an inquiry tool to the past, and to the present in which this past is recalled. It is our intention to deepen the knowledge on working class subjectivity in a framework of class composition, decomposition and rearrangement.

Key words: deindustrialisation; class; working class memory; Setúbal

Índice

1.Introdução	1
1.1 Enquadramento Teórico.....	5
1.1.1 Desindustrialização	8
1.1.2 Classe Operária: da ‘coisa’ à ‘relação’	10
1.1.3 Memória Operária	15
1.2 Opções metodológicas.....	17
1.2.1 ‘Ouvir para variar’: recuperar a subjetividade operária com a história oral..	18
1.2.2 A história oral na nossa investigação	21
2. Desindustrialização na região de Setúbal	23
2.1 Península de Setúbal: O nascimento e a queda de uma região industrial	24
2.2 O setor naval – A Lisnave e Setenave	32
3. A Classe Operária em Recomposição	36
3.1 O estaleiro - “a cidade dentro da cidade”.....	37
3.2 Os operários e o “espírito da empresa”	39
3.3 Processo laboral: disciplina, autoridade e relações com as chefias	41
3.4 A Dignidade do Trabalho: Formas de Resistência.....	46
3.5 Os Sentidos da Militância	57
3.6 Os Pactos Sociais	59
3.7 A crise e a decomposição do operário industrial	61
4. A memória em tempos de fim da História	69
4.1 Memórias hegemónicas e a crise na região de Setúbal	70
4.2 Memória operária e o papel da história oral.....	73
Considerações Finais	79
Fontes.....	82
Bibliografia	84
Lista de Quadros.....	91

Lista de Abreviaturas

Comunidade Económica Europeia (CEE)

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP)

Companhia União Fabril (CUF)

European Free Trade Association (EFTA)

Operação Integrada de Desenvolvimento (OID)

Organização Representante dos Trabalhadores (ORT)

Partido Comunista Português (PCP)

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins (SIMA)

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de Setúbal
(STIMMS)

União Democrática Popular (UDP)

1. Introdução

“Se você quer escrever uma dissertação sobre trabalhadores (de fábrica), você deve ir ao segundo andar, ao departamento de Arqueologia”

Gigi Roggero, *Liberdade Operaísta*

Trinta e seis anos depois da publicação do livro *Adeus ao Proletariado*¹ de André Gorz, a tradicional classe trabalhadora - que tem vindo a assistir ao seu declínio material através de processos de desindustrialização, deslocalização para países com mão de obra mais barata e automação da produção - voltou a fazer títulos de notícias na sequência de eventos como o *Brexit* ou as eleições norte-americanas. Face a estes eventos, ganhou redobrada oportunidade pensar os processos de desindustrialização e recomposição da classe operária. Esta dissertação visa dar um contributo para trazer a classe operária de volta à história e ajudar a compreender essas transformações que começaram a dar-se no seu interior na década de oitenta.

Para empreender esse caminho, escolhemos estudar o processo de desindustrialização na região de Setúbal a partir das memórias dos operários dos estaleiros navais da Lisnave e da Setenave. A partir da recuperação das histórias de vida destes operários pretendemos aprofundar o conhecimento sobre a subjetividade operária, que, não sendo um objeto dado de antemão, se constrói a si mesma tanto quanto é construída². Assim, nesta dissertação pretendemos valorizar a importância da memória dos operários, a forma como se exprimem e o significado que atribuem às mudanças vivenciadas neste período, e compreender o processo de transformação porque passaram ao longo desta década.

A escolha dos estaleiros comporta sempre alguns riscos, uma vez que a região de Setúbal é composta por várias empresas e é historicamente uma região operária. Contudo, face à dimensão e também ao simbolismo inerente às duas empresas, podemos certamente afirmar que os estaleiros representam um significante quer para a história da industrialização em Portugal quer para o movimento operário organizado. Em última instância - salvaguardando as particularidades históricas e a própria dimensão material - podemos afirmar que a região de Setúbal e os estaleiros da Margueira e da Mitrena

¹ Cf. André Gorz, *Adeus ao Proletariado: Para além do Socialismo*, Forense Universitária, 1982

² E. P. Thompson, *Miséria da Teoria*, Zahar Editores, 1981, p. 121

estarão para a classe operária como estarão Turim e a Fiat ou Detroit e a General Motors³.

A nossa investigação focar-se-á entre em 1979 e 1993. Escolhemos o ano de 1979 por ter sido o ano do segundo choque petrolífero, que será determinante na atividade e futuro dos estaleiros, assim como na vida destes operários. A data escolhida para concluir a nossa investigação tem pelo menos três fatores determinantes. Em primeiro lugar, é neste ano que se dá o acordo de reestruturação que visa unificar a atividade produtiva de ambas as empresas no estaleiro da Mitrena (até então pertencente à Setenave). É no fundo a conclusão de um processo que havia separado as duas empresas durante o período revolucionário, com a nacionalização da Setenave. Em segundo lugar é o ano em que termina a Operação Integrada para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID), que visava a reconversão industrial da região de Setúbal e a passagem de uma indústria pesada para novas formas industriais. E, por fim, decorrente desta reconversão, dá-se a abertura da Autoeuropa, empresa produtora de automóveis e de alguma forma, exemplo expressivo do pós-fordismo em Portugal. Desta forma, podemos considerar que 1993 representa um período de transição quer na região quer na própria história da classe trabalhadora.

Ao escolher este tema e este período pretendemos também inserir-nos num movimento que Walter Benjamin descreveu como escovar a história a contrapelo⁴. Como nota Inês Fonseca, “a memória histórica que tem vindo a ser construída sobre a população trabalhadora desta região [Setúbal] apoia-se predominantemente em referências ao processo de industrialização, celebrando sobretudo as grandes empresas e respetivos patrões ou o movimento operário vitorioso”⁵. Às razões da nossa opção, acresce ainda o facto de que de uma forma geral quase todos os trabalhos acerca do movimento operário no campo historiográfico se focarem no período entre 1850 e 1974,

³ Veja-se por exemplo a forma como o *Diário de Notícias* (18.07.1983) descreve o papel da Lisnave: “Com efeito, na Lisnave está refletido o barómetro da capacidade reivindicativa da *cintura industrial* de Lisboa, mantida como tabu desde os agitados tempos de 1975”

⁴ Walter Benjamin, “On the Concept of History” in Howard Eiland (ed.) *Walter Benjamin Selected Writings (1938-1940)*, Harvard University Press, 2003, p. 391

⁵ Inês Fonseca, “Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” – A Família Flor e os Ditos e Não Ditos Sobre a Crise da Lisnave na Década de 1980 in Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía (org.) *Resistência e Memória, Perspetivas Ibero-Americanas* [documento eletrónico], IHC-FCSH-UNL, 2015, p. 155

havendo uma grande densidade de obras sobre a classe trabalhadora na fase final da Monarquia constitucional e também na I República e Estado Novo⁶.

Finalmente, importa reconhecer que as nossas motivações intelectuais são partilhadas por outros que nos precedem. Em 2001 Mario Tronti lançava um conjunto de questões acerca da classe operária: existiu uma derrota operária? Em caso afirmativo, em que términos, em que dimensões, com que efeitos?⁷. De alguma forma são estas as questões que nos acompanham nesta dissertação.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos que são antecidos pelo enquadramento teórico, onde se faz um balanço da literatura produzida sobre o nosso tema e os conceitos centrais que nos possibilitarão dar um contributo inovador para o tema, e ainda pela metodologia, onde se reflete sobre as mais-valias da história oral, a sua relação com a História e a forma esta como foi utilizada na nossa investigação.

O primeiro capítulo, denominado “Desindustrialização na região de Setúbal” divide-se em duas secções onde visamos contextualizar a nossa investigação. Na primeira secção refletimos sobre a evolução da região de Setúbal, marcada pelos diferentes processos de industrialização ocorridos em Portugal desde o século XIX. E olhamos para as mudanças profundas que se fazem sentir nessa mesma região a partir dos anos oitenta do século XX, em que a política industrial sofre uma mudança radical, abraçando a nova revolução tecnológica em detrimento de uma estrutura produtiva marcada pela indústria pesada. Na segunda secção focamo-nos na história da Lisnave e da Setenave, do seu caminho até se tornarem duas das principais empresas de reparação naval em Portugal e no Mundo ao seu declínio, iniciado no período em estudo.

Já o segundo capítulo pode ser considerado o capítulo central da nossa tese, onde as memórias dos operários ocupam um papel central. Dividido em várias secções, pretendemos aqui captar a experiência operária marcada pela crise e pela resistência. Para tal olharemos para as memórias destes operários a partir de quatro dimensões. Numa primeira, importa-nos refletir acerca da mudança que os estaleiros representam para estes operários e o papel que ocupam enquanto espaço produtivo e reprodutivo.

⁶ João Lázaro, *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública*, Chiado Editora, 2014, p. 28

⁷ Mario Tronti, “Memoria e Historia de los Obreros” in *La Política Contra la Historia*, Traficantes de Sueños, 2016, p.425

Numa segunda dimensão, interessa-nos compreender os processos de resistência e o impacto que tiveram na vida destes operários em particular e na própria composição operária. Para tal, teremos em conta também uma terceira dimensão mais específica, onde olhamos para a figura do militante e os sentidos atribuídos por estes operários a essa figura. E, por fim, uma quarta dimensão, onde analisamos a forma como a crise se tornou parte do quotidiano destes operários, para depois explorarmos algumas questões acerca de como a crise criou as condições para a transformação da classe operária em análise.

Por fim, o terceiro capítulo, em jeito já conclusivo, pretende retomar certos aspetos explorados ao longo da tese, recuperando a relação entre a história oral e a memória, enquadrando-a com o material empírico que recolhemos na nossa investigação. Assim, este capítulo divide-se em duas secções.

Na primeira secção, analisamos a forma como uma determinada memória acerca da crise dos anos oitenta na região de Setúbal se tornou hegemónica. Já na segunda secção, aprofundaremos a discussão acerca do papel da história oral, a sua relação com a memória e as potencialidades dessa relação.

As considerações finais não pretendem ser conclusões no sentido estrito do termo, mas antes uma reflexão sobre possíveis contributos do nosso trabalho tem a dar para a investigação deste tema assim como possíveis limitações da presente tese.

1.1 Enquadramento Teórico

A história do movimento operário que, nos anos 70 e 80, ocupou um papel importante na historiografia portuguesa, entretanto perdeu centralidade. No entanto, tem-se vindo a assistir mais recentemente a uma renovação de interesse pela temática operária. Duas obras coletivas refletem-no particularmente.

A primeira é o livro *De Pé sobre a Terra* que é organizado pelo sociólogo Bruno Monteiro e pela historiadora Joana Dias Pereira⁸. É desde logo assumido pelos organizadores que a sua obra visa “mostrar em ação a própria plasticidade da investigação científica contemporânea sobre o universo operário português”⁹. E de facto podemos considerar que a grande riqueza deste volume é a sua organização interdisciplinar que junta abordagens sociológicas, antropológicas e históricas. Esta capacidade de diálogo permitiu a articulação e aprofundamento de diversos temas que fazem parte do universo operário, tentando assim captar ruturas e continuidades “nas construções, nas contestações, em culturas, no trabalho, nas cidades, nas memórias, nos testemunhos e nos ofícios”¹⁰.

A par desta obra, importa salientar ainda uma outra, produto do Congresso de História do Movimento Operário e Movimentos Sociais em Portugal¹¹. A publicação das atas do I Congresso – assim como a regularidade do próprio Congresso - revela uma vez mais um esforço multidisciplinar de “recuperar, fomentar e divulgar a história do trabalho, categoria central de análise na compreensão das sociedades humanas, do movimento operário, dos movimentos sociais e dos conflitos sociais do Portugal contemporâneo”¹².

No que toca a literatura produzida acerca do tema específico da nossa investigação, é de salientar alguns trabalhos que, tendo um foco distinto do nosso, acabam por se cruzar. Podemos dividir estes trabalhos em três linhas de investigação. A primeira diz respeito a uma história empresarial; é neste campo que podemos inserir os

⁸ Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira (Org.), *De Pé Sobre A Terra Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, 2013

⁹ *Ibidem*, p. 9

¹⁰ *Ibidem*, p.31

¹¹ Raquel Varela et. al., *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, IHC, 2013

¹² *Ibidem*, p.5

trabalhos *Lisnave: Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*¹³ e *Setenave: História de um Estaleiro*¹⁴.

No primeiro caso, trata-se de uma investigação feita por historiadores que visa fazer uma “genealogia da empresa, orientada, naturalmente pelo compasso da cronologia”¹⁵. Nesse sentido, é nos apresentada uma história da empresa desde as suas origens, acompanhando a evolução do grupo CUF e mantendo o acompanhamento cronológico, analisando as razões para a criação da Lisnave, os seus primeiros anos e os períodos de crise, reestruturação e fusão com a Setenave. Importa salientar que, apesar de ser a história de uma empresa, é possível observar várias dimensões de análise nesta obra, sejam elas económicas, sociais e políticas.

A segunda obra é sobre a Setenave e tem a particularidade de ser escrita por três ex-engenheiros que tiveram um papel central na sua criação. Tem, por um lado, uma componente técnica onde se aborda a área de construção naval e a área da reparação naval de uma perspectiva técnica e produtiva, e, por outro lado é também composta por uma componente de memória, particularmente no último capítulo, onde se abordam as tensões sociais e políticas que se viveram no estaleiro entre a revolução de 1974 e os consequentes processos de reprivatização.

Podemos também contar com uma segunda linha de investigação que diz respeito à área da sociologia do trabalho e particularmente à questão sindical. Aqui é de destacar o trabalho *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, de Maria Teresa Serôdio¹⁶, onde é desenvolvida uma análise do sindicalismo na península de Setúbal a partir da experiência dos trabalhadores, revelando-se uma classe operária bastante heterogénea, coexistindo nas suas diferentes identidades, relacionadas com a própria evolução das relações industriais¹⁷. No entanto, para além desta análise acerca das relações sociais de trabalho em diversas empresas do distrito onde se encontram a Lisnave e a Setenave, esta obra também tem em conta a intensificação da crise industrial na primeira metade da década de 80, utilizando conceitos como Estado Paralelo e Estado Heterogéneo, que tentam captar a grande centralidade do Estado no

¹³ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *Lisnave: contributos para a história da indústria naval em Portugal*, edições INAPA, 2001

¹⁴ Alberto J. da Conceição *et. al.*, *Setenave História de um Estaleiro (1971-1989)*, edições Colibri, 2016

¹⁵ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p.17

¹⁶ Maria Teresa Rosa, *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*, Edições Afrontamento, 1998

¹⁷ *Ibidem, idem*, p. 359

processo de desenvolvimento da sociedade portuguesa a partir do período revolucionário, facilitando a acumulação capitalista e contornando a Constituição e as reivindicações do movimento sindical¹⁸. A par deste livro, é ainda de salientar a obra de Paulo Jorge Martins Fernandes, *As relações sociais de Trabalho na Lisnave*¹⁹, que, focando-se na Lisnave (já composta pela antiga Setenave/Solisnor), tem como objeto de estudo a ação sindical na indústria naval e como esta se insere na crise que o mesmo movimento começa a sofrer a partir da década de oitenta. Partindo de entrevistas a operários sindicalizados, o autor visa essencialmente “perceber como o discurso e a prática se conjugam na própria ação sindical, como manifestação de um determinado tipo de consciência sindical”²⁰.

Por fim, é de referir uma terceira linha de investigação que analisa as transformações do movimento operário em ambos os estaleiros a partir do surgimento do pacto social em Portugal e do seu impacto no conflito social. Neste campo, podemos salientar o artigo da historiadora Raquel Varela, *Os operários da Lisnave – Do conflito à negociação*²¹, que contextualiza a criação da Lisnave e nos mostra como esta se tornou um dos principais bastiões operários, acompanhando as conquistas da classe operária através dos vários conflitos ocorridos, sendo o biénio revolucionário o período onde estas conquistas mais se fizeram sentir; e que foca um segundo período, onde o conflito social ainda existe na década de oitenta, mas tratando-se “de um conflito de características defensivas”²², em que a crise e a derrota do movimento operário levam à consolidação de pactos no estaleiro, contribuindo para a institucionalização do próprio conflito, com a criação do Conselho Permanente de Concertação Social.

Um segundo trabalho – de maior fôlego - que pode ser inserido nesta linha de investigação é a tese de doutoramento de Jorge Fontes, *História do movimento operário na Setenave (1974-1989)*²³, onde o processo de constituição do pacto social também é uma peça central na análise, fazendo-se um estudo aprofundado do movimento operário na Setenave seguindo “uma abordagem cronológica da história da empresa, com

¹⁸ *Ibidem*, p. 13

¹⁹ Paulo Jorge Martins Fernandes, *As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave*, ISCTE (Tese Mestrado), 1999

²⁰ *Ibidem*, p. 12

²¹ Raquel Varela, “Os operários da Lisnave – Do conflito à negociação” in *Cadernos AEL*, vol. 17, nº29, 2010

²² *Ibidem*, p. 358

²³ Jorge Fontes, *História do movimento operário na Setenave (1974-1989)*, FCSH-UNL (Tese Doutoramento), 2016

destaque para a força de trabalho”²⁴. A obra é dividida em três partes, sendo a primeira uma análise do período revolucionário vivido na Setenave, onde se aborda quer a origem da empresa quer o processo de lutas sociais em que os trabalhadores da Setenave tiveram um papel de relevo; a segunda parte analisa o processo de nacionalização da empresa e como este processo se enquadrou numa economia em transformação, desembocando no processo de crise no início dos anos oitenta; e, por fim, numa terceira parte é analisado de forma detalhada o impacto do pacto social quer na empresa quer a nível nacional, sendo este envolto por uma série de conflitos sociais e políticos.

Feito o levantamento destas três linhas de investigação podemos verificar que ainda existe um espaço vazio no que toca à análise das transformações ocorridas no seio da classe operária a partir daquilo que o já citado Walter Benjamin define como experiência vivida (*Erlebnis*)²⁵, enquanto “o vivido individual, frágil, volátil, efêmero”²⁶. Desta forma, para cumprir os objetivos a que nos propusemos achámos fundamental revisitar três conceitos: desindustrialização, classe operária e memória operária. Estes três conceitos estarão sempre presentes ao longo desta dissertação e possibilitarão captar essas transformações vividas pelos trabalhadores.

1.1.1 Desindustrialização

Importa-nos aqui tentar definir o conceito de desindustrialização, compreendendo as fases pelas quais passou o seu estudo, e por fim as problemáticas que levantam. Historicamente, o termo surge no segundo pós-guerra, sendo que só a partir dos anos setenta e oitenta é que o termo se consolidou como representativo da mudança económica que começava a surgir com o encerramento de fábricas, deslocações de empresas que deixaram cidades, regiões e países sem base industrial²⁷. No interior da academia o termo ganhou particular relevância no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, países que de alguma forma foram os primeiros a sentir os efeitos do processo de declínio industrial e crise do fordismo enquanto sistema regulador das relações sociais²⁸. Assim, como nota Johnson, o conceito de desindustrialização é:

²⁴ *Ibidem*, p. 21

²⁵ Cf. Walter Benjamin, *The Arcades Project*, Harvard University Press, 1999

²⁶ Enzo Traverso, *O passado, modos de usar*, edições Unipop, 2012, p.12

²⁷ Steven High, “The Wounds of Class”: A Historiographical Reflection on the Study of Deindustrialization, 1973-2013 in *History Compass*, vol. 11, 2013, p. 994

²⁸ Tim Strangleman e James Rhodes, “The ‘New’ Sociology of Deindustrialisation? Understanding

"(...) originalmente estabelecido para descrever o declínio da indústria fabril moderna, em geral, em relação aos limites da produção em massa no Ocidente, como a concorrência de outros lugares e a deslocalização das fábricas que superaram as indústrias *superannuated* [obsoletas] e de salários altos "29.

No entanto, apesar desta definição algo genérica, a forma como tem vindo a ser abordada esta problemática dependeu das várias fases que o estudo acerca da desindustrialização passou. Um primeiro momento de investigação acerca deste tema sublinhou as causas económicas e políticas para o declínio industrial. Como nota Steven High, um sentido de urgência política e ultraje moral animou muitos desses estudos que eram enquadrados pelo espírito ativista, visando a intervenção governamental³⁰. De facto, só numa segunda fase, já a partir dos anos noventa é que esta temática começou a ser trabalhada a partir de uma perspetiva historiográfica, ainda que mantendo uma visão algo economicista no início³¹. Nesse sentido, o foco é da história do trabalho clássica, concentrando-se principalmente no papel dos patrões, dos sindicatos e das greves³². Um bom exemplo nesse sentido é o livro *Life and Death of Industrial Languedoc (1700-1920)* de Christopher Johnson³³ onde o autor, numa perspetiva de longa duração, acompanha um processo de desindustrialização de uma região têxtil dentro de um período clássico de crescimento industrial, mostrando assim que não se trata aqui de processos uniformes³⁴.

Contudo, novos desafios têm-se vindo a colocar aos historiadores sociais (e não só), que ultrapassam a questão meramente económica, ou em última instância uma “contagem de vítimas” da desindustrialização³⁵. Como é notado em *Beyond Ruins*:

“ (...) o tempo é certo para alargar o espectro da discussão para além do encerramento de fábricas, das políticas imediatas de desemprego, dos contos de vitimização ou da onda de nostalgia

Industrial Change” in *Sociology Compass*, vol. 8, 2014, p. 412

²⁹ Christopher H. Johnson, “Introduction: De-industrialization and Globalization” in Bert Altena e Marcel Van der Linden (Org.), *De-Industrialization: Social, Cultural, and Political Aspects*, Cambridge University Press, 2003, p. 7

³⁰ Steven High, *op. cit.*, p. 997

³¹ Como é lembrado por Van der Linden o interesse entre os historiadores acerca desta temática inicialmente prende-se particularmente com as causas e efeitos económicos. Cf. Bert Altena e Marcel Van der Linden (Org.), *op. cit.*, p. 1

³² *Ibidem, idem*

³³ Christopher H. Johnson, *The Life and Death of Industrial Languedoc, 1700-1920*, Oxford University Press, 1995

³⁴ Tim Strangleman, *op. cit.*, p.413

³⁵ Tim Strangleman *et. al*, *Introduction to Crumbling Cultures: Deindustrialization, Class, and Memory in International Labor and Working-Class History*, n°84, 2013, p.10

industrial. Em vez disso, o nosso objetivo é repensar a cronologia, a memória, as relações espaciais, cultura e a política do que viemos a chamar desindustrialização”³⁶

Assim, trata-se de uma mudança de análise face à necessidade de respostas imediatas da primeira fase. O foco destas novas investigações passa agora por tentar compreender a desindustrialização em termos de cultura industrial, construída sobre a ilusão de permanência, levando a debate uma série de questões acerca do trabalho, identidade, cultura e trauma de perda, particularmente em comunidades operárias³⁷.

Desta forma, face à evolução de abordagens ao fenómeno da desindustrialização o próprio conceito evoluiu, abandonando apenas a sua face económica e política imediata e tornou-se um conceito mais abrangente englobando processos sociais e culturais mais complexos. É com este conceito mais complexo de desindustrialização que pretendemos trabalhar nesta investigação, pensando-o a partir de um processo de transformação no seio da classe operária e inquirindo as memórias destes operários.

1.1.2 Classe Operária: da ‘coisa’ à ‘relação’

Apesar de ter perdido a sua centralidade no campo das ciências sociais e humanas nas últimas décadas, a definição de operariado sempre ocupou a atenção de muitos investigadores tornando uma análise do conceito digna de uma dissertação autónoma. No entanto, parece-nos importantes recuperar um debate que já via as suas sementes lançadas na introdução do *18 de Brumário de Louis Bonaparte* de Karl Marx. Afirmava este que:

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”³⁸

Trata-se aqui da relação entre a agência e a estrutura, algo que irá atravessar toda a historiografia acerca da classe operária, mas que teve provavelmente mais impacto no debate despoletado pela publicação do livro de E.P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*³⁹. É preciso recordar que este debate surge na década de sessenta. É

³⁶ Jefferson Cowie e Joseph Heathcott, *Beyond the Ruins: The Meanings of Deindustrialization*, Cornell University Press, 2003, p. 1-2

³⁷ Tim Strangleman *et. al*, *op. cit*, p. 10

³⁸ Karl Marx, *18 de Brumário de Louis Bonaparte* in Marx e Engels, Obras escolhidas (vol.1), Editorial Vitória, p. 203

³⁹ E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Paz e Terra, 1987

um período em que o estruturalismo se tornava hegemónico enquanto forma de ler o mundo e ao mesmo tempo emergia aquilo que ficou conhecido como a nova esquerda, uma corrente que estava longe de ser homogénea, trazendo consigo os primeiros passos para uma viragem culturalista que sempre manteve uma relação contraditória com a visão estruturalista desenvolvida por autores como Althusser.

No caso concreto da abordagem *thompiana*, trata-se de um confronto direto com essa visão. Como nota Alice Ingerson, as abordagens estruturalistas marxistas ou não-marxistas sobre o conceito de classe tendem a dividir a classe em duas componentes, uma de posição de classe e outra de consciência de classe⁴⁰. Desta forma os marxistas definem a posição de classe como sendo a relação entre as pessoas e os meios de produção e os não-marxistas definem classe como grau relativo na hierarquia de rendimentos e da instrução⁴¹.

Na obra já referida, Thompson visa distanciar-se dessas abordagens onde, como o próprio afirma, existe a:

“(...) omnipresente tentação de supor que a classe é uma coisa (...) Supõe-se que “essa coisa”, a classe operária, tem uma existência real, que se pode definir quase matematicamente — uns tantos homens que estão numa determinada relação com os meios de produção. Com base neste pressuposto, toma-se possível deduzir a consciência de classe que “essa coisa” tinha de ter (...) se “essa coisa” estivesse convenientemente consciente da sua própria posição e dos seus reais interesses. Há uma superestrutura cultural, através da qual este reconhecimento se manifestaria por vias ineficazes (...) Se pensarmos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos admitir isto (...)”⁴²

De facto, na obra de Thompson, o conceito de classe “entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência”. Este não vê “a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de fato) das relações humanas”⁴³.

Assim, para Thompson, o conceito de classe não é uma estrutura mas um processo, ou seja, um conjunto articulado de práticas coletivas que ultrapassam o

⁴⁰ Alice Ingerson, “Classes e Consciência de Classe em Vila Nova de Famalicão” in *Análise Social*, Vol. XVII, 1981, p. 865

⁴¹ *Idem, Ibidem*

⁴² E.P Thompson, *op. cit*, p. 10

⁴³ *Ibidem*, p. 9

domínio do económico, do político e do ideológico-cultural⁴⁴. Na sua análise à formação da classe operária o conceito de experiência é um conceito chave, como o próprio nota, na obra *Miséria da Teoria*:

“Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autónomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autónomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada⁴⁵”.

Esta valorização da subjetividade operária, contrariando uma abordagem em que domina o primado da estrutura, não se absteve de merecer algumas críticas, criando um aceso debate no seio dos historiadores marxistas ingleses próximos da visão estruturalista⁴⁶. Não havendo aqui o espaço necessário para discorrer sobre um debate bastante vivo e complexo, importa-nos, no entanto, salvaguardar a importância que teve a obra de Thompson. Ao resgatar a experiência humana da jaula de ferro da estrutura, deu as ferramentas necessárias para que outros investigadores não só pensassem o processo de formação dessa mesma classe mas também pensar o processo de desfazer-se da classe operária no último quartel do século XX com o aprofundar da desindustrialização no Ocidente⁴⁷. Como nota Roberta Garruccio, Thompson abriu a porta para que não se descure a experiência operária e as expressões da mudança social, permitindo olhar de forma crítica para a suposta desapareção da classe operária, expressão que surge de forma sub-reptícia sugerindo o cancelamento cultural de uma classe social, que em termos quer percentuais, quer absolutos mais do que desaparecer se tornou invisível⁴⁸.

Esta questão de transformação da classe operária, e não simplesmente o seu desaparecimento permite-nos fazer uma ponte com uma outra “escola” que se começou

⁴⁴ João Valente Aguiar, “Levantados do Chão: a formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)” in *Lutas Sociais*, nº27, 2011, p. 32

⁴⁵ E.P. Thompson, *Miséria da Teoria*, Zahar editores, 1981, p. 182

⁴⁶ Para uma leitura mais aprofundada do debate que opôs a abordagem de E.P. Thompson à abordagem estruturalista é de conferir: Perry Anderson, *Arguments Within English Marxism*, Verso, 1980

⁴⁷ Roberta Garruccio, “Chiedi alla ruggine. Studi e storiografia della deindustrializzazione” in *Meridiana*, nº 85, 2016, p. 50

⁴⁸ *Ibidem, idem*. Esta ideia encontra-se também presente no livro de Antonio Negri e Michael Hardt, *Império*. Segundo estes a classe não desapareceu mas foi deslocada da sua posição privilegiada.

a desenvolver em Itália nos anos sessenta e setenta que dá pelo nome de *operaismo*⁴⁹. Como nota Antonio Negri, um dos autores mais conotados com essa escola, a questão da constituição era um tronco comum entre o pensamento de Thompson e o trabalho teórico desenvolvido pelo *operaismo*⁵⁰. Na verdade, o conceito a que estes deram o nome de “composição de classe”, parece-nos ser um complemento necessário à ideia de “experiência”, uma vez que prossegue o esforço de desenvolver criticamente a relação entre a estrutura e a agência dos operários, acompanhando este desenvolvimento por uma periodização de transformações no seio dessa mesma classe.

Segundo esta corrente de pensamento podemos olhar para a “composição de classe” como uma inversão do conceito (desenvolvido por Marx) de composição orgânica do capital⁵¹. Este conceito divide-se em duas dimensões: a composição técnica e a composição política, dizendo a primeira respeito à questão mais objetiva, como é a posição dos trabalhadores no processo produtivo, os métodos de produção, desenvolvimento tecnológico, entre outros aspetos relacionados com o sistema produtivo⁵² e a segunda dimensão dizendo respeito ao elemento subjetivo, à identificação das pessoas enquanto trabalhadores, a aceitação ou não da disciplina patronal e também outros elementos, como crenças, valores, práticas de resistência, de forma coletiva ou individual, e, claro, formas de organização⁵³.

Este conceito contribuiu de duas maneiras para inverter a hegemonia de um estruturalismo mais ortodoxo. Não segue a ideia liberal do livre-arbítrio, antes pensando a realidade a partir das forças e das relações produtivas que condicionam materialmente os sujeitos⁵⁴, mas ao mesmo tempo, olha para a classe operária como sendo um sujeito dinâmico, composto por necessidade e desejos. Desta forma, o sujeito operário seria constituído e constituinte e seria desta tensão que surgiria a transformação do real.

⁴⁹ Este movimento político e teórico nasce no pós-II guerra mundial acorando-se num conjunto de revistas (entre as mais conhecidas estão Quaderni Rossi, Classe Operaia), o movimento *operaista* nasceu contra o nacional-populismo praticado pelo Partido Comunista Italiano que olhava para a classe operária como parte negociada da agenda produtivista que teve lugar na Itália do pós-guerra.

⁵⁰ Antonio Negri e Michael Hardt, *El Trabajo de Dionisos*, AKAL, 2003, p. 113

⁵¹ Esta relação entre Composição Orgânica do Capital e Composição de Classe é desenvolvida mais aprofundadamente por Matteo Pasquinelli em “To Anticipate and Accelerate: Italian Operaismo and Reading Marx’s Notion of the Organic Composition of Capital” in *Rethinking Marxism*, Vol. 26, N. 2, 2014

⁵² Gigi Roggero, *Elogio della Militanza: Note su soggettività e composizione di classe*, Derive Approdi, 2016, p. 98

⁵³ *Ibidem*, *idem*, p. 99

⁵⁴ Antonio Negri, “Archaeology and Project: The Mass Worker and the Social Worker” in *Revolution Retrieved (1967-1983)*, Red Notes, 1988, pp. 105

Para além disso, a relação entre estes dois conceitos permite pensar a classe operária inserida num processo dinâmico de decomposição e recomposição, tendo obviamente em conta as particularidades históricas em cada momento. Assim, estes autores olham para o “fazer-se” da classe operária não como um evento confinado a um único período, mas antes como uma contínua relação entre o desenvolvimento capitalista e as lutas operárias para o superar⁵⁵.

Esta abordagem é particularmente visível na periodização feita por Antonio Negri. Segundo este, podemos assistir a uma primeira fase de produção industrial que antecede a total utilização dos regimes fordistas e tayloristas, fase definida pela figura do operário profissional, um trabalhador altamente especializado e organizado hierarquicamente na produção industrial. A segunda fase seria correspondente à hegemonia do fordismo e taylorismo, definindo-se pela figura do operário-massa, um trabalhador não-qualificado, que se desloca dos campos para as zonas industriais e é colocado a trabalhar na linha de montagem, demonstrando, muitas vezes, a recusa do trabalho e da fábrica. E por fim, a fase atual corresponderia ao pós-fordismo, com um regime de produção informático, tendo como figura o operário social que se define em grande medida pelo trabalho imaterial⁵⁶.

Estes dois conceitos, o de experiência, desenvolvido por Thompson, e o de composição operária, desenvolvido num contexto de investigação militante por um conjunto variado de pessoas organizadas em torno do movimento *operaísta*, permitir-nos-ão, por um lado repensar as transformações ocorridas na década de oitenta não como um processo de fim de um sujeito, mas sim uma decomposição que desembocará numa nova fase. E a par disto, sublinhe-se que o contributo *thompiano* é essencial para compreender esta decomposição a partir da experiência dos trabalhadores enquanto uma relação historicamente determinada onde estes são sujeitos voz e não meros objetos ou números.

⁵⁵ Steve Wright, *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*, Pluto Press, 2002, p. 78

⁵⁶ Antonio Negri e Michael Hardt, *Empire*, Harvard University Press, 2000

1.1.3 Memória Operária

Por fim, importa-nos problematizar o último conceito central nesta investigação, o de “memória operária”. Como nota Enzo Traverso, a história e a memória partilham o mesmo objeto: a elaboração do passado⁵⁷. Há, no entanto, frequentemente uma “hierarquia” entre as duas. Para Paul Ricoeur, a memória ocupa um papel matricial⁵⁸. Assim, a história enquanto escrita do passado que segue as modalidades e as regras do ofício nasce da memória, libertando-se desta ao colocar o passado à distância⁵⁹.

Para Maurice Halbwachs, há também uma distância a medir entre as “flutuações emocionais da recordação” e as “construções geométricas do relato histórico”⁶⁰. Segundo este, a memória coletiva não se confunde com a história, sendo assim o conceito de “memória histórica” uma escolha não acertada⁶¹. Para Halbwachs, a “história só começa no ponto em que acaba a tradição, momento em que se decompõem a memória social”⁶². Existe assim uma clivagem entre os dois campos, sendo a história definida como um olhar exterior sobre os acontecimentos do passado e a memória como uma relação de interioridade com os factos relatados⁶³. Assistimos, portanto, a uma análise que contrapõem um primado de objetividade a uma memória subjetiva que se baseia nas vivências dos indivíduos⁶⁴. Este debate foi de novo retomado nos anos oitenta por Pierre Nora, que recupera a dicotomia entre história e memória apresentada por Halbwachs. Segundo afirma Nora:

“ Memória e história, longe de serem sinónimos, tomamos consciência que tudo opõem uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...) A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”⁶⁵.

Para Nora, a memória seria “afetiva e mágica” enquanto a história é uma visão secular do passado sobre o qual se constrói “ um discurso crítico. No entanto, como nota

⁵⁷ Enzo Traverso, *op. cit.*, p. 21

⁵⁸ Paul Ricoeur, *Memory History and Forgetting*, University of Chicago Press, 2004, p. 386

⁵⁹ Enzo Traverso, *op. cit.*, p. 21

⁶⁰ *Ibidem, idem*, p.32

⁶¹ Maurice Halbwachs, “Memória Coletiva e Memória Histórica” in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 69, 1995, p.212

⁶² *Ibidem, idem*

⁶³ Enzo Traverso, *op. cit.*, p. 33

⁶⁴ *Ibidem, idem*

⁶⁵ Pierre Nora, “Entre a Memória e a História: A problemática dos Lugares” in *Projeto História*, vol. 10, 1993, p. 9

Traverso, os perigos apontados à memória não lhe são exclusivos, pelo contrário, também existem na história, já que esta também se pode desenvolver e encontrar a sua razão no desaparecimento de outras histórias⁶⁶. Assim, colocar em oposição radical história e memória é uma operação discutível.

Tendo este debate mais geral presente, como surge o conceito de “memória operária” e do que falamos concretamente quando falamos dele? O contributo de Marianne Debouzy é particularmente importante para nos ajudar a definir este conceito.

Segundo esta autora, o conceito nasce de trabalhos produzidos nos anos setenta que visam recuperar a voz dos grupos subalternos⁶⁷. O conceito de “memória operária” emerge como contraponto a uma memória popular ou memória burguesa⁶⁸. Como nota Debouzy, existem alguns pontos comuns no que toca à definição deste conceito. Em primeiro lugar, a memória não é apenas o armazenamento e acumulação de memórias estanques mas antes um processo ativo e seletivo com uma dinâmica própria⁶⁹. Para além disso, é uma memória descontínua; se como esta autora nota a “memória operária” pode-se desenvolver e tornar unificada num determinado momento, pode também desaparecer na íntegra, como acontece na memória em geral. O que a torna particularmente interessante é o processo que leva às suas reativações⁷⁰.

No conceito de “memória operária”, podemos encontrar duas dimensões centrais. Por um lado, o trabalho é central, assim como todos os gestos relacionados como o mesmo, o corpo torna-se uma espécie de “reservatório da memória”⁷¹. A segunda dimensão tem a ver com as lutas enquanto marcos sobre os quais a memória é articulada⁷². As lutas operárias surgem como processos criadores de significado. Mesmo quando correm menos bem, deixam um sentimento de poder.

Assim, apesar de existir alguma tendência para dicotomizar história e memória parece-nos mais interessante e rico trabalharmos “(re)significados da cada rememoramento que trarão à tona o espaço geográfico, utensílios, alimentos que

⁶⁶ Enzo Traverso, *op. cit.*, p. 36

⁶⁷ Marianne Debouzy, “In search of working-class memory: Some questions and a tentative assessment” in *History and Anthropology*, 1986, p. 266

⁶⁸ *Ibidem, idem*

⁶⁹ *Ibidem, idem*

⁷⁰ *Ibidem, idem*

⁷¹ Michel Verret, “Mémoire ouvrière, mémoire communiste” in *Revue Française de Science Politique*, nº3, 1984, p. 416

⁷² Marianne Debouzy, *ibidem*, p. 268

compõe o cenário deste teatro de memórias vivas, sem contudo não legitimar suas memórias”⁷³.

Desta feita, para construir esta síntese entre os dois campos, a história oral tornou-se essencial. É sobre os problemas levantados e mais-valias desta metodologia que nos ocuparemos na secção seguinte.

1.2 Opções metodológicas

Nesta secção pretendemos apresentar e refletir acerca das nossas opções metodológicas para o desenvolvimento desta investigação, assim como pensar acerca das condições de produção de conhecimento que essas mesmas escolhas nos permitem. Uma vez que pretendemos estudar um determinado setor da classe operária, neste caso os operários que trabalharam na indústria naval, a partir das suas experiências durante um processo de crise e reestruturação como foi a década de oitenta, escolhemos a história oral enquanto método central.

No entanto, se a construção de um “arquivo oral” nos deu ferramentas impossíveis de encontrar nos arquivos oficiais⁷⁴, estes obviamente não foram descurados e as fontes documentais foram utilizadas como forma de entrar no e contextualizar o período em análise.

Utilizamos dois tipos de documentação: imprensa, seja imprensa nacional ou sejam as revistas internas das respetivas empresas em análise, bem como documentação oficial entidades estatais ou subsidiados por estas. No primeiro campo, utilizamos jornais como é o caso do *Diário de Notícias*; no caso das revistas internas, a *Informação Lisnave* e a *Informação Setenave*, que de forma complementar, acompanharam o quotidiano de crise e conflito que ia crescendo nos estaleiros.

No que toca a documentação produzida por entidades estatais, utilizamos três fontes. O relatório produzido pela Direção-Geral da Indústria, intitulado *Evolução Recente dos Setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal*, que nos permite acompanhar o processo de crise vivido neste setor indústria; os diferentes

⁷³ Fagno Da Silva Soares,” Reflexões Historiográficas para Além das Relações entre História Oral e Memória” in *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n.º29, 2015

⁷⁴ Como refere Paul Thompson no seu artigo intitulado: “História oral e Contemporaneidade”, a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas por que suas vidas são menos prováveis de serem documentadas nos arquivos; p. 16

relatórios da *Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal* (OID)⁷⁵ e o relatório de avaliação final desta OID (realizado pelo DINÂMIA-IUL e encomendado pelo Ministério do Plano e da Administração do Território) que nos dão uma clara visão do contexto de crise vivido na península de Setúbal e também nos permitem perceber a tentativa de rutura do enunciado entre a política industrial da década de oitenta e o modelo criado a partir da década de sessenta, visando assim a passagem de um modelo de indústria pesada para a chamada indústria flexível ou pós-fordista.

Sendo documentação fundamental para compreender o ambiente vivido quer na região de Setúbal quer nos estaleiros, é como vimos, o “arquivo oral” que é a peça chave para cumprir os objetivos a que se propõe esta investigação. Desta forma, em seguida pretendemos aprofundar um pouco a discussão acerca da história oral enquanto método e as suas mais-valias, começando por refletir acerca do seu papel enquanto método de investigação historiográfico analisando os principais debates que atravessam a metodologia, e mostrando, num segundo momento, como o aplicámos na nossa investigação.

1.2.1 ‘Ouvir para variar’: recuperar a subjetividade operária com a história oral

“Mas do que quer falar? Eu não tenho documentação nenhuma”

Antigo operário em entrevista exploratória

Como nota Joan Sangster, há muito tempo que a história oral e a classe operária estão diretamente relacionadas⁷⁶. Encontrando as suas vozes ausentes em arquivos oficiais, a história oral revela a sua principal marca, a capacidade de dar voz a estes grupos recuperando do vivido conforme concebido por quem viveu⁷⁷.

⁷⁵ Em 1987 é feito um primeiro relatório realizado pelo CREDEU e em 1990 realiza-se um relatório intermédio promovido pela Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional

⁷⁶ Joan Sangster, “Oral History and Working Class History: A Rewarding Alliance.” in *Oral History Forum d’histoire orale* n° 33, 2013, p.1

⁷⁷ Verena Alberti, *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 5

No entanto, este também é um dos principais debates da historiografia e da sua relação com a história oral. Serão as fontes orais suficientes por si só ou são apenas auxiliares das fontes documentais? Importa aqui recuperar o contributo de Alessandro Portelli; segundo este, as fontes orais têm uma forma e uma credibilidade distintas, que residem exatamente na sua subjetividade, ou seja, por incluírem o erro, a imaginação, o desejo, as fontes não só revelam a história acerca do que aconteceu, mas também o significado da história e, dessa forma, o significado mais do que o “facto” é o que caracteriza a história oral e a torna um mecanismo necessário para a história da subjetividade⁷⁸. Acresce ainda que as posições céticas face ao uso de fontes orais e à sua validade ou objetividade para pensar o passado, acabam por ignorar a contribuição da “viragem cultural” ocorrida nos anos 70 e 80, que contribuiu decisivamente para refletir sobre as próprias fontes escritas utilizadas pelo historiador e como estas não são espelhos transparentes que nos permitem acesso direto ao passado⁷⁹.

Desta forma, com a história oral não se trata apenas de preencher lacunas, comprovar ou ilustrar informações contidas em documentos escritos⁸⁰. Ao salvar os sujeitos entrevistados da enorme condescendência da posteridade⁸¹, valorizando as suas vivências e a sensibilidade dos mesmos e, ao mesmo tempo negando, a memória enquanto terreno estanque e imóvel estimula-se uma igualdade entre o investigador e o sujeito histórico dentro das suas desigualdades socioculturais e estabelece-se uma relação de aprendizagem mútua e de práticas intercambiáveis entre a cultura oral e a cultura letrada⁸². Trata-se, portanto, de um método dialógico, em que, como nota Portelli, o conteúdo da fonte oral depende largamente do que os entrevistadores colocam como questões, diálogos e relações pessoais⁸³.

Desta forma, a comunicação funciona de ambos os lados é que, para além das escolhas do investigador, os entrevistados também tomam um papel ativo no processo, estudando os entrevistadores que os “estudam”⁸⁴. Assim, o resultado final da entrevista

⁷⁸ Alessandro Portelli, “História oral italiana: Raízes de um paradoxo” in *Revista Tempos Históricos*, vol. 12, 2008, p. 14

⁷⁹ Miguel Cardina, “Subjetividade e fontes orais na escrita da história” in José Neves (org.), *Quem faz a História?*, Edições Tinta da China, 2016, p.36

⁸⁰ Marieta de M. Ferreira, “História oral: um inventário das diferenças” in *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*, FGV, 1994, p. 9

⁸¹ E.P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, Paz e Terra, vol. 3, 1987, p.123

⁸² Yara Khoury. “Apresentação” in Alessandro Portelli, *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 11

⁸³ Alessandro Portelli, “O que faz a história oral diferente” in *Revista Projeto História*, vol. 14, 1997, p.34

⁸⁴ *Ibidem, idem*, p. 36

é produto quer do narrador quer do investigador, o que coloca em causa, ao mesmo tempo, a ideia de um discurso puro, como por exemplo seria o da classe operária nos anos 70, discurso de que o historiador seria um mero veículo; o próprio papel do historiador enquanto produtor do conhecimento histórico neutro, ou seja, no caso da história operária, a história oral funciona como instrumento para recuperar a subjetividade desses mesmos operários, equilibrando um terreno que é essencialmente dominado por fontes “objetivas” como relatórios da polícia ou imprensa⁸⁵; este método recentra a própria subjetividade do historiador no centro da produção historiográfica, pois apesar do discurso ser produzido pelo entrevistado, nunca deixa de ser controlado pelo historiador, que escolhe as pessoas a ser entrevistadas e contribui para a moldagem do testemunho através das suas questões e reações às respostas⁸⁶.

Em suma, se obviamente se admite que a classe operária fala através da história oral, esta também fala para o historiador, com o historiador e através do historiador, colocando-o dentro da narrativa e tornando-o parte da história, interrompendo e substituindo assim a imparcialidade reclamada pelos historiadores tradicionais⁸⁷.

Um último ponto a ter em atenção aquando da utilização da história oral como método é a relação entre a singularidade do entrevistado e o coletivo que representa. Como podemos pensar a classe operária a partir de biografias se as narrativas dos entrevistados são construções e apropriações históricas feitas pelos próprios?⁸⁸ Como nota Khoury, existe uma relação entre o coletivo da história e a experiência biográfica de cada um⁸⁹.

Assim, apesar da singularidade inerente aos relatos de memórias, estes são impregnados de discursos sociais cristalizados na língua, cultura e nas práticas cotidianas do sujeito como um todo. As narrativas são, simultaneamente, individuais e sociais⁹⁰. No caso da classe operária, as enunciações de um operário exibem as marcas acumuladas da multiplicidade de determinações objetivas que pesam globalmente sobre o modo de vida operário, as quais, ao longo da história singular e coletiva a que são

⁸⁵ *Ibidem*, p. 37

⁸⁶ *Ibidem*, p.35

⁸⁷ *Ibidem*, p.39

⁸⁸ Steffano Costa, “De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral” in *XI Encontro Regional Sudeste História Oral*, 2015, p.6

⁸⁹ Yara Khoury, *op. cit.*, p. 12-13

⁹⁰ Antonio Montenegro, “História Oral no Brasil” in *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 10 nº 2, 2007, p.117

submetidos todos os ocupantes de um mesmo lugar social, cooperaram para moldar a pluralidade de traços que constituem a sua estrutura de personalidade⁹¹.

1.2.2 A história oral na nossa investigação

Apresentadas as principais questões levantadas pela utilização da história oral, cabe-nos agora mostrar como utilizámos este instrumento na nossa própria investigação. Uma vez que o nosso foco é a experiência operária, ou seja, a forma como os operários experienciaram um processo de reestruturação industrial foi-nos necessário criar uma rede de contactos.

Apesar de, no caso da Lisnave, existir alguma diversidade em investigações no âmbito da sociologia do trabalho, no caso da Setenave, como refere Jorge Fontes, não era o caso⁹². Desta forma, apesar de alguma literatura produzida, fomos obrigados a fazer uma cartografia da história operária da região e tivemos a necessidade de nos deslocar a vários espaços que nos permitissem entrar em contacto com operários que tivessem trabalhado nestas duas empresas⁹³.

Feitas as diligências necessárias iniciou-se a construção da rede de contactos, que nos permitiu a recolha de cinco histórias de vida que exploraremos nesta dissertação. No entanto, importa salientar algumas questões acerca destas cinco histórias de vida. Uma vez que pretendemos recuperar a experiência operária, quisemos entrevistar operários que tivessem vivido no terreno o processo de reestruturação, e para tal evitámos focarmo-nos em dirigentes sindicais profissionalizados. Tentámos ainda, dentro daquilo que o terreno nos permitiu, garantir alguma diversidade etária. Mas quem são estes cinco antigos operários?

Cipriano P. nasceu no Montijo em 1954. Entrou na Setenave a fevereiro de 1977 como soldador. Tendo vivido todo o período de reestruturação – a passagem da Setenave a Solisnor e mais tarde a Lisnave – saiu em 2008 tendo passado os dois anos seguintes em subempreiteiros. Atualmente encontra-se reformado e vive no Montijo, local onde decorreu a entrevista.

⁹¹ Bruno Monteiro, “Posfácio” in Michel Pialoux e Christina Couroge, *Crónicas Peugeot*, 2013, p. 134

⁹² Jorge Fontes, *op. cit.*, p. 18

⁹³ O facto destas duas empresas serem compostas por um número considerável de trabalhadores que não residiam na mesma cidade em que os estaleiros estavam sediados e a *inexistência* de comunidades ou bairros operários obrigou a um trabalho um pouco mais atribulado na construção do arquivo oral. Foi necessário por isso visitar o *sindicato* dos metalúrgicos, a sede da União de *sindicatos* de Setúbal e obviamente o efeito bola de neve que nos levou a deslocar entre Setúbal, Almada ou Montijo.

Francisco T. nasceu em Beja em 1949. Chegou à Lisnave em abril de 1973, esteve dois meses na escola de formação e passado esse tempo ingressou na Lisnave enquanto serralheiro, profissão que já exercera noutras oficinas. Foi um dos muitos operários despedidos em 1985. Encontra-se já reformado e vive em Almada.

Vítor R. nasceu em Setúbal em 1962. Entrou na Setenave em 1980 passando por um curso de formação profissional que era normalmente aberto nas férias escolares para os filhos dos trabalhadores. Exerceu a profissão de soldador entre 1980 e 1993, ano em que é despedido no seguimento de um processo de reestruturação que levou ao despedimento de milhares de trabalhadores. Continua a viver em Setúbal.

Joaquim C. nasceu em Alcácer do Sal em 1952. Entrou na Lisnave em 1973 através de uma empresa associada, a Gaslimpo, fazendo a manutenção e limpeza dos navios. Em 1975 os trabalhadores desta empresa são integrados na Lisnave. Assim como o Francisco T. e vários outros operários sairá em 1985. Hoje em dia vive em Almada, encontrando-se reformado.

Mário G. veio do Alentejo para Setúbal em 1969 e ingressou com 14 anos num curso de formação profissional da Setenave entre 1982 e 1985 e passados estes três anos começou a trabalhar como operador de máquinas de oxicorte. No entanto, o caso do Mário tem a particularidade de nunca ter ingressado nos quadros da empresa, trabalhando sempre com contrato a termo. Saiu em 1992 da empresa. Encontra-se atualmente a trabalhar no Sindicato dos Ferroviários.

No que toca à própria entrevista, importa salientar que esta não é apenas uma forma de recolha de informações, é também um encontro politicamente significativo, tanto para o informante como para o entrevistador⁹⁴. Procurámos desta forma cair no erro de nos situarmos num pólo ou noutro daquilo que Roy Hay chama “duas escolas de entrevista”⁹⁵. Nem uma abordagem objetiva ou objetivista que utiliza um questionário pretendendo uma entrevista altamente estruturada, nem um diálogo entre o entrevistador e o informante sem um rumo pré-definido⁹⁶, construímos um roteiro com vários pontos que nos interessava compreender, mantendo algum rumo mas mantendo a flexibilidade para que o entrevistado tivesse um papel ativo na entrevista. Evitando cair numa rigidez

⁹⁴ Circolo Gianni Bosio, “Lavoro culturale e intervento politico: Trasformazione di un rapport” in *Giorni Cantati*, n° 4, 1983, p. 9

⁹⁵ Roy Hay, *The Use and Abuse of Oral Evidence*, Deakin University Press, 1986, p. 35

⁹⁶ *Ibidem, idem*, p. 8

que poderia ser arriscada para o desenvolvimento da entrevista optámos por num primeiro momento dar prioridade aquilo que o entrevistado desejasse contar, reservando para um segundo momento algumas questões mais dirigidas⁹⁷.

2. Desindustrialização na região de Setúbal

“Future historians may well look upon the years 1978–80 as a revolutionary turning-point in the world’s social and economic history.”

David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*

De uma forma geral, a década de 80 é marcada por um processo de desagregação do modelo industrial que vinha a ser construído no Ocidente. É um período de desagregação do mundo operário na grande maioria dos países industrializados, onde o fordismo e o keynesianismo revelam os limites das suas potencialidades históricas, abrindo espaço à emergência de um novo sistema de relações industriais, mesmo se é verdade que entre o *velho* e o *novo* se verificam continuidades importantes ⁹⁸. É uma década, que do ponto de vista político-institucional, tem como ponto de partida a eleição de Margaret Thatcher em 1979 no Reino Unido e de Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos da América, acentuando uma viragem neoliberal que vinha ganhando apoiantes no período anterior⁹⁹. No caso português, um país semiperiférico saído recentemente de um processo revolucionário, a década de oitenta representará aquilo que o sociólogo Boaventura Sousa Santos define como a passagem complexa e contraditória do Estado Paralelo para o Estado Heterogéneo. De uma primeira fase que permitiu que, mesmo existindo uma base legal e institucional tipicamente fordista, fosse possível ao capital privado reestabelecer as condições de acumulação¹⁰⁰, à entrada na CEE, em que se deu a criação das condições para uma redução do distanciamento entre o quadro institucional e as relações sócio-económicas. Respondendo positivamente à emergência de um novo regime de acumulação, em que o Estado toma papel ativo ao criar condições para a reconstrução de um novo setor monopolista industrial e

⁹⁷ Alessandro Portelli, “O que faz a história oral diferente”, p.35

⁹⁸ Marinús Pires de Lima, Maria Teresa Serôdio Rosa *et al.*, *A Ação Sindical e o Desenvolvimento: Uma Intervenção Sociológica em Setúbal*, Edições Salamandra, 1992, p.9

⁹⁹ David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press, 2005, p.1

¹⁰⁰ Boaventura Sousa Santos, “O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia” in Boaventura Sousa Santos (Org.), Portugal: *Um Retrato Singular*, Edições Afrontamento, 1993, p.32

financeiro, tendo em conta as novas condições da economia-mundo e os novos moldes de acumulação capitalista internacional¹⁰¹.

Este processo será particularmente visível numa região tipicamente operária como era a de Setúbal. Ali reuniram-se várias características: crise das indústrias tradicionais, uma elevada taxa de desemprego, a implementação de novas indústrias, um operariado com fortes tradições de luta e a aplicação de um programa de recuperação económica, apoiado pela CEE¹⁰².

2.1 Península de Setúbal: O nascimento e a queda de uma região industrial

“Not a town in the land is unscarred by the dogmatic application of the market principle.”

Will Hutton, *Fool's Gold in a Fool's Paradise*

Torna-se impossível compreender a grave crise económica e social que afetou a península de Setúbal sem compreender a complexidade do processo de industrialização desta região. Apesar do grosso da industrialização se dar a partir da década de 60, a península de Setúbal sempre foi uma região privilegiada pelos diversos tipos de indústria.

Se já nos séculos XVI e XVIII existia alguma indústria na região, no século XIX começa a ganhar forma um verdadeiro desenvolvimento industrial. É neste século que se dá o início da deslocação para o arco ribeirinho entre Almada e Barreiro, assim como a criação de núcleos de indústrias das conservas e atividades associadas em Setúbal e Sesimbra¹⁰³. Este processo terá uma explosão no período da Regeneração, permitindo que, aquando do início do século XX, a Península de Setúbal fosse uma das regiões com maior diversificação sectorial a nível nacional, integrando a cintura de concentração industrial que se começava a configurar em torno de Lisboa ¹⁰⁴.

No século XX, a região só volta a conhecer um desenvolvimento industrial mais acentuado entre os anos trinta e quarenta. É neste período que, usufruindo do tímido desenvolvimento industrial permitido no quadro do Estado Novo, a península vai

¹⁰¹ *Ibidem, idem*, p. 37

¹⁰² Marinús Pires de Lima, Maria Teresa Serôdio Rosa, *op. cit*, p. 9

¹⁰³ Pedro Rodrigues Soares, *Processos de reestruturação industrial e Desemprego – Implicações Geográficas (O eixo Setúbal – Palmela – Montijo – Alcochete)*; Univ. Lisboa (Tese mestrado), 2000, p. 61

¹⁰⁴ *Ibidem, idem*, p. 62

receber grandes empresas, como os estaleiros Parry & Son em Cacilhas, as oficinas da CP no Barreiro e obviamente a CUF. Este processo de industrialização é claramente caracterizado por atividades intensivas em capital e trabalho e que se baseiam em economias de escala¹⁰⁵.

Contudo, o verdadeiro salto industrial na península de Setúbal só ocorre com o lançamento dos planos de fomento na década de sessenta. Desfrutando da “fase de ouro do desenvolvimento industrial”¹⁰⁶ em Portugal – que se deve em muito à adesão à EFTA e à “vitória” dos setores industrialistas sobre os agrários - a Península de Setúbal logo no início da década de sessenta (período em que se encontra em vigência o II Plano de Fomento) recebe os estaleiros da Lisnave que se vão sediar em Almada, e a Siderurgia Nacional, que se vai sediar no Seixal, sendo estas as mais relevantes a nível tecnológico, de capital investido e de mão de obra¹⁰⁷.

Na década de setenta, os tipos de indústria diversificam-se, salientando-se a chegada da indústria eletrónica através da Plessey AEP (telefones e centrais telefónicas), com uma fábrica em Corroios; da indústria automóvel, que se concentrará principalmente no concelho de Setúbal através do Entrepasto Industrial, da IMA e da Movauto e, ainda, do ramo da celulose e papel e da construção e reparação naval, que se vão também instalar no concelho de Setúbal, através da Socel e da Inapa, no primeiro caso, e da Setenave no segundo¹⁰⁸.

Podemos pois ver que o processo de industrialização na península de Setúbal acompanhou em grande medida os instáveis surtos de industrialização em Portugal, tornando a península numa bolsa industrial que manteve uma complexa coexistência de paradigmas tecnológicos, organizacionais e económicos no desenvolvimento das estruturas industriais. Se numa primeira fase este surto – anos 50 e primeira metade dos anos 60 – acompanhou a política de substituição de importações (como é o caso dos adubos, aços e cimentos), numa segunda fase, aberta na década de setenta, a expansão industrial virou-se a exportação, através da já consolidada indústria de construção e

¹⁰⁵ *Ibidem, idem*, p.63

¹⁰⁶ José da Silva Lopes, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Gradiva, 1998, p.84

¹⁰⁷ Pedro Rodrigues Soares, *Ibidem*, p. 65. Como refere também Maria Teresa Rosa “A opção política pela planificação da economia concretizada nos Planos de Fomento e a escolha da Península de Setúbal como local privilegiado para a criação de um pólo de desenvolvimento industrial (...) foi um aspeto determinante para a deflagração de um tipo de indústria (...) sob o critério da racionalidade e da modernização que se impunha”. Cf. *op. cit.*, p. 157

¹⁰⁸ *Ibidem, idem*, p. 65

reparação naval e, mais tarde, do setor da montagem automóvel, eletrónica e pasta de papel, beneficiando em muito da abertura iniciada com a adesão à EFTA¹⁰⁹.

Este surto de industrialização que se inicia a partir da década de sessenta acarreta uma outra transformação na região de Setúbal, relacionada com a imigração do Alentejo para estas zonas industriais da península. Como nota Maria Teresa Rosa, “Setúbal é, no contexto do país, uma caso verdadeiramente excecional, pela constância da atracção que exerce (...)”¹¹⁰. Na verdade, a partir da década de 50, assiste-se a um crescimento substancial da população, ultrapassando a média de crescimento nacional. Entre a década de sessenta e setenta a população assiste a um crescimento de 3,24%, sendo que, entre a década de setenta e oitenta o crescimento populacional encontra-se entre os 3,76% ¹¹¹. Esta imigração veio sobretudo do sul do distrito, à procura de emprego nas grandes empresas que emergiam neste período e criando novos problemas, especialmente relacionados com a forte dependência do mercado de trabalho por parte destes trabalhadores, uma vez que 85,7% deles dependia totalmente dos seu salários, não tendo outro tipo de rendimento que possibilitasse cobrir as necessidades em tempos de crise económica¹¹².

Marcada pelas inconstantes apostas industriais em Portugal, a península de Setúbal conheceu entre os anos sessenta e setenta um crescimento rápido do setor industrial, caracterizado pela instalação de empresas multinacionais, cuja atividade industrial se especializa em setores muito dependentes do exterior, quer ao nível energético e de matérias-primas quer ao nível do capital implantado, para além de ser uma industrialização pouco diversificada, onde as quatro principais unidades de produção concentravam, em 1984, 33% do emprego¹¹³.

Estas questões serão cruciais para explicar a trajetória desta região ao longo da década de oitenta, período que será um ponto de viragem. A nível internacional, a década abre com os efeitos do segundo choque petrolífero de 1979. Mais do que uma crise energética, o choque rapidamente criou uma recessão da economia europeia,

¹⁰⁹ Isabel Guerra, *Changements Urbain et modes de Vie Dans la Peninsule de Setúbal de 1974 à 1986*, Univ. Tours/ISCTE (Tese de doutoramento), 1991, p.848

¹¹⁰ Maria Teresa Rosa, *op. cit.*,

¹¹¹ Operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal: 1989-1993. - [Lisboa]: Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, 1990, p.11

¹¹² *Ibidem, idem*

¹¹³ Alcídio Torres, *D. Manuel Martins: A esperança de um povo*, Âncora, 2001, p. 43

revelando as fragilidades da economia portuguesa¹¹⁴. Os anos que se seguem revelam um crescente défice da balança de transações correntes, fazendo com que Mário Soares, primeiro-ministro do governo de bloco central, assinasse um segundo acordo com o FMI, aplicando fortes cortes orçamentais e aumentos de impostos. Vive-se assim o período das chamadas políticas de “estabilização”, cujo principal objetivo era reduzir o défice da balança de transações correntes, uma política essencialmente assente na travagem da economia (contração da procura global: consumo e investimento) e não no aumento da produção¹¹⁵. Neste quadro recessivo, o setor industrial, e em particular o setor metalúrgico e metalomecânico da península de Setúbal, será completamente abalado, criando uma situação económica e social insustentável a curto prazo.

Face à crise energética e à recessão que a esta se segue, o setor metalúrgico e metalomecânico não tem capacidade de resposta. Em 1984, o conjunto das empresas totalizavam um prejuízo líquido de 32,3 milhões de contos, que representa 33% do valor da produção do mesmo ano, sendo que esta situação vinha manifestando-se desde 1981¹¹⁶. Neste contexto de crise, é preciso dar particular ênfase ao subsector da construção e reparação naval, o qual, sendo um dos subsectores mais dependentes a nível externo, tem um grande peso na falta de liquidez do setor metalúrgico e metalomecânico. Já em 1981 este subsector mostrava uma situação de grande fragilidade financeira, “agravado pelo facto deste setor possuir ciclos de produção relativamente longos, o que implicará maiores necessidades de liquidez”¹¹⁷. Em grande medida, as dificuldades acrescidas pelo subsector da construção e reparação naval devem-se ao excesso de capacidade da frota mercante mundial e à forte concorrência dos estaleiros do extremo-orient, que levaram a uma diminuição da atividade dos estaleiros europeus, obrigando esta produção excedentária a uma redução da capacidade instalada a nível da CEE¹¹⁸. Em março de 1984, o Presidente da Associação de Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do sul escrevia ao primeiro-ministro alertando-o para a grave situação que este setor vivia, em particular a indústria naval e a indústria automóvel¹¹⁹.

¹¹⁴ Pedro Lains et al., *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Esfera dos Livros, 2012, p.402

¹¹⁵ Alcídio Torres, *História de uma crise: o grito do Bispo de Setúbal*; Lisboa: Notícias, 1996, p.86

¹¹⁶ *Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal*, Direção Geral da Indústria, 1986, p.42

¹¹⁷ *Ibidem*, p.68

¹¹⁸ Península de Setúbal: estudo preparatório de operação integrada de desenvolvimento: relatório da 1ª fase, março 1987, p.140

¹¹⁹ Fundo da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças; Carta da Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul dirigida ao Primeiro-Ministro; 18/03/1984

Quadro I. Evolução global do setor metalúrgico e metalomecânico (1982-1985)

(Valor)	1982	1983	1984	1985
Produção	59072	55971	78959	90839
Emprego	//	24076	23309	22669
Investimento	12625	10371	7139	5610

Fonte: Relatório Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal, Direção Geral da Indústria, 1986, p.20

Olhando para o quadro geral do setor metalomecânico e metalúrgico nesta primeira metade da década oitenta, podemos perceber que, entre os anos de 1982 e 1985, o valor produtivo deste setor atingiu os 90 milhões de contos. No campo do emprego registou-se uma quebra de 6% entre 1983 e 1985. Por fim, o investimento nestes quatro anos veio a sofrer constantes reduções, muito devido à suspensão do projeto de expansão da Siderurgia Nacional¹²⁰.

No campo da mão de obra este setor em 1985 denotava um número elevado de trabalho excedente, o que indicia a incapacidade que o setor metalúrgico e metalomecânico mostram neste período de crescer e absorver mão de obra, atingindo os 3160 trabalhadores excedentes, fazendo-se sentir este excedente de mão de obra principalmente no setor da construção e reparação naval.

¹²⁰ *Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal, Direção Geral da Indústria*, 1986, p. 21

Quadro II. Pessoal Excedentário por atividade (1985)

Metalúrgicos	280
Produtos Metálicos	433
Construção Naval	2235
Material de Transporte	212
Total	3160

Fonte: Relatório Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal, Direção Geral da Indústria, 1986, p. 39

Os efeitos sociais desta conjuntura serão significativos. Este abrandamento profundo vai significar medidas drásticas de reestruturação e contribuirá em muito para um aumento exponencial da taxa de desemprego na península, que passa de 10% em 1981 para 20% em 1986, por comparação a uma taxa nacional de desemprego de 8% em 1986. Relembremos que quatro das cinco principais empresas sediadas na península de Setúbal eram do setor metalúrgico e metalomecânico e representavam 16.245 trabalhadores¹²¹. Este flagelo do desemprego tem em grande medida a ver com a crise do setor metalúrgico; neste período, quase 50% do emprego industrial encontrava-se nas indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (44%), contabilizando 28.000 empregos¹²².

É portanto um período de desemprego e salários em atraso, um pouco por toda a península. Num encontro distrital da União dos Sindicatos de Setúbal realizado no Barreiro a 28 de novembro de 1985, José Encarnação o então secretário-geral, afirmava que havia no distrito mais de 100 000 pessoas sem os meios de subsistência assegurados¹²³. Já em 1984 se dera uma quebra dos salários reais, que atingiu 10%, sem incluir o peso da carga fiscal que muito contribuiu para este agravar da situação¹²⁴.

¹²¹ São elas: Setenave, Lisnave, Siderurgia Nacional e Renault

¹²² *Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal*, Direção Geral da Indústria, 1986, p. 7

¹²³ Alcídio Torres, *Ibidem*, p.65

¹²⁴ *Ibidem*, *Ibidem*, p.69

Esta situação fez com que o governo de bloco central se visse obrigado a intervir, após muito tempo a negar esta realidade de grave crise social¹²⁵. Esta intervenção terá o nome de Plano de Emergência Social, aplicado pelo Centro Regional de Segurança Social, e visava três objetivos: apoio alimentar a crianças, jovens e idosos, apoio económico a agregados familiares com rendimentos degradados e já insuficientes para garantir níveis mínimos dignos de subsistência, e, por fim, apoios a iniciativas que pudessem criar postos de trabalho ou assegurar emprego temporário. Para além destas medidas mais imediatas, havia ainda o objetivo de instalar um centro de formação profissional de Setúbal, antecipar a abertura do porto de pesca de Sesimbra e outras medidas que pusessem cobro à situação de crise instalada¹²⁶.

Para financiar o Plano de Emergência, o Governo recorreu a dotações orçamentais especiais, no valor de centenas de milhar de contos, ao longo do último semestre de 1984¹²⁷, que prosseguiram para além do governo de bloco central, no primeiro mandato do governo liderado por Cavaco Silva¹²⁸. No entanto, para além da grave crise social marcada pelo elevado desemprego, pelos salários em atraso e pela fome, esta primeira metade da década de oitenta é também marcada por um avolumar do conflito social nas empresas. Como nota Alcídio Torres, no primeiro semestre do ano de 1984, 20% dos conflitos coletivos de trabalho tiveram como causa o não-pagamento de salários¹²⁹.

Nesta primeira metade da década de oitenta, assiste-se assim a um conjunto de crises exógenas e endógenas na região de Setúbal, que terão como principal efeito uma forte crise no setor metalúrgico e metalomecânico durante esta década, a qual se reproduzirá por todo o corpo social da região. Segundo o geógrafo Mário Vale, “a conjugação da crise económica internacional, as mudanças sociais e políticas de abril de 1974 e as medidas restritivas ao consumo contribuíram para que a crise económica se sentisse com maior intensidade já no decurso dos anos oitenta na Península de Setúbal”

¹²⁵ Apesar dos constantes alertas por parte da Igreja de Setúbal, pela voz do Bispo D.Manuel Martins, o IX governo sempre tentou desvalorizar e negar as situações de fome na Península de Setúbal, quer pela voz de Mário Soares, quer pela voz de Alfredo Barroso. No entanto, rapidamente tiveram que abandonar esta posição, acabando por intervir a partir do Plano de Emergência Social.

¹²⁶ Alcídio Torres, *Ibidem*, 2001, p. 85

¹²⁷ Ao todo o Governo gastou cerca de 2 milhões e 350 mil contos no financiamento deste programa de emergência que perdurou até 1990. Cf. Carlos Vieira de Faria, *As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal*, Esfera do Caos, 2009, p. 236

¹²⁸ Cf. *Diário da República*, 1ª Série, nº 211, de 13.09.1986, Pág. 2547; Resolução 67/86, de 13 de setembro

¹²⁹ Alcídio Torres, *Ibidem*, 2001, p.78

¹³⁰. Este movimento de dupla rutura – crise internacional e crise política e social aberta pela revolução de 1974 – pode ser considerado como o início do fim de um modelo de organização e acumulação, que terá maior profundidade e complexidade na península de Setúbal. Esta particularidade está relacionada, como já vimos, com o tipo de concentração de atividades industriais no território da península e que no período da segunda crise do petróleo, entram em crise simultaneamente. Falamos pois dos subsectores da construção e reparação naval, metalomecânica pesada, siderurgia, entre outros fora da fileira metálica, como a indústria química¹³¹.

Estes grandes subsectores confrontam-se com uma mudança internacional, que já não dá primazia às economias de escala, revelando a falência das técnicas fordistas e uma crescente orientação para a filosofia da unidade de produção, questão que envolve a substituição das unidades com linhas de produção em grande escala, por unidades de produção mais pequenas e com maior flexibilidade; destas, em que o investimento em capital tem menos peso; e a valorização da aplicação de novas tecnologias de informação na produção levando ao abandono da produção de massa¹³².

¹³⁰ Mário Vale, *Geografia da indústria automóvel num contexto de globalização: imbricação espacial do sistema Autoeuropa*, Universidade de Lisboa (Tese Doutoramento em Geografia), 1999, p. 346

¹³¹ *Ibidem, idem*, p. 346

¹³² Península de Setúbal: estudo preparatório de operação integrada de desenvolvimento: relatório da 1ª fase, março 1987 (CEDRU), p.11

2.2 O setor naval – A Lisnave e Setenave

Chegavam aos estaleiros em grupos numerosos, saídos dos transportes públicos a abarrotar, em carro próprio ou à boleia em carro alheio, por vezes a pé, com o seu fato-macaco azul-escuro e letras de grande dimensão à largura dos ombros, onde se podia ler: LISNAVE. Alinhavam-se em fila, como formigas em carreiro, para marcar o ponto e pegar ao trabalho. Eram aos milhares!

Maria José Maurício, *Memória e vida em tempos de abril*

A história da Lisnave Mitrena marca os últimos 30 anos da vida de Setúbal. 1193 trabalhadores em 1973. 6757 em 1980. 700 em 1998.

Maurício José Abreu, *Retratos de fim de século*

Se podemos olhar para a região de Setúbal no seu todo como um laboratório que nos permite ler localmente as contradições do sistema capitalista¹³³, não é menos verdade que a indústria naval, e em particular a Lisnave e mais tarde a Setenave ocupam um papel central nesse “laboratório”.

Criada a 11 de setembro de 1961, a Lisnave era composta maioritariamente por capitais portugueses, mas também holandeses e suecos, tendo José Manuel de Mello como presidente do Conselho de Administração. A criação da Lisnave visava a construção de um estaleiro na sul do rio Tejo que fosse complementar ao estaleiro já existente na Rocha de Conde de Óbidos, que tinha dificuldades em dar respostas às encomendas¹³⁴. O que se sucedeu a 23 de junho de 1967 com a inauguração do Estaleiro da Margueira em Almada pelo presidente Américo Tomás.

Tendo-se apresentado desde o seu início como uma empresa virada para o mercado externo, o sucesso do estaleiro estava bastante dependente da evolução da conjuntura internacional e em particular da economia do petróleo¹³⁵, algo que nos permite perceber o sucesso económico desde a sua inauguração. Fechado o canal do Suez nesse mesmo ano e com o agravamento da situação no Médio Oriente, a rota do Mediterrâneo feita pelos superpetroleiros foi substituída pela rota atlântica, o que levou a um aumento exponencial no volume de reparações por parte da Lisnave¹³⁶. Face a este crescimento bastante rápido, em 1969 é projetada a doca 13, a maior doca seca do mundo à época, que visava receber navios até 1 milhão de toneladas de porte bruto;

¹³³ Marinús Pires de Lima e Maria Teresa Rosa, *op. cit*, p.13

¹³⁴ Raquel Varela, *op. cit*, p. 347

¹³⁵ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *op. cit*, p. 181

¹³⁶ Raquel Varela, *ibidem*, p. 348

desta forma, no final do ano de 1969, passaram pela Lisnave 21% dos petroleiros acima de 70.000 toneladas de todo o mundo¹³⁷. Face às necessidades do mercado internacional, o estaleiro da Margueira assistia assim a um aumento constante da sua capacidade reparadora e começava a dar os primeiros passos no que toca ao setor da construção naval na doca 13¹³⁸.

É desta vontade de apostar no setor da construção que irá surgir a Setenave, fundada a 27 de maio de 1971, tendo como principais acionistas a CUF e a Lisnave. Localizado em Setúbal, na zona da Mitrena, o recém-construído estaleiro é inaugurado já depois da revolução dos cravos, a 6 de agosto de 1974, entrando em laboração apenas a 16 de junho de 1975¹³⁹.

A construção do estaleiro da Margueira e mais tarde a construção do estaleiro da Mitrena contribuirão para a criação de um ambiente operário que já se vinha a desenvolver entre a década de sessenta e a década de setenta na península de Setúbal, e que encontrará nestes dois estaleiros a composição operária mais organizada e resistente. Iniciando com 4.719 trabalhadores em 1967, a Lisnave chegará a ter 9.700 trabalhadores em 1977¹⁴⁰, a par desta, a Setenave, que começou com 2414 operários, atingirá o seu pico em 1979, com 6253¹⁴¹.

Num ambiente de crescimento da indústria naval, mas que rapidamente se começou a reverter por alterações nas relações internacionais¹⁴², o primeiro grande conflito operário tem lugar em 1969 na Lisnave. A 12 e 13 de novembro desse ano, os operários entram em greve, tendo como resposta uma repressão por parte da administração, levando ao despedimento dos organizadores da greve¹⁴³. Apesar da repressão, esta greve marcará o caminho de combatividade percorrido por estes operários e será lembrada durante o processo revolucionário de 1974-75, em que os operários da Lisnave terão um papel de vanguarda e terão como objetivos iniciais a readmissão dos operários despedidos então e o saneamento dos responsáveis pela

¹³⁷ *Ibidem, idem*, p. 350

¹³⁸ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *ibidem*, p. 162

¹³⁹ Jorge Fontes, “O movimento operário na empresa Setenave” in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, IHC, 2013 p. 329

¹⁴⁰ Raquel Varel, *op. cit.*, p. 349

¹⁴¹ Jorge Fontes, *ibidem*, p. 332

¹⁴² Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *ibidem*, p.214

¹⁴³ Raquel Varela, *ibidem*, p.349

repressão¹⁴⁴. Para além disso, é apresentado um caderno reivindicativo que tinha como principais pontos: um salário mínimo de 7800\$00, semana de 40 horas, um mês de férias com subsídio, vencimento completo em caso de doença ou acidente, 13º e 14º mês e a proibição de despedimentos sem justa causa¹⁴⁵.

No caso da Setenave, a primeira grande mobilização ocorre em maio de 1974, no dia em que os operários se concentram espontaneamente junto ao edifício da Escola de Formação e se constitui uma comissão negociadora *ad-hoc*¹⁴⁶. A par da Lisnave, as formas organizativas dos trabalhadores são bastante disputadas entre o PCP e outros partidos de extrema-esquerda, levando a exigências de forte cunho anticapitalista e igualitárias, sendo que só após o 25 de novembro de 1975, o PCP acabará por dirigir todos os órgãos representativos dos trabalhadores, o que se manterá até ao fim da empresa¹⁴⁷. No entanto, ao contrário da Lisnave, a Setenave será nacionalizada a 1 de setembro de 1975 pelas mãos do primeiro-ministro Vasco Gonçalves – ao contrário da Lisnave, uma vez que esta tinha uma elevada componente de capital estrangeiro¹⁴⁸.

Findo o processo revolucionário com o 25 de novembro, “normalizando-se” as relações no seio de ambos os estaleiros (num período entre crises petrolíferas¹⁴⁹), inicia-se um novo ciclo na Lisnave e na Setenave e também na decomposição do aparelho produtivo, especialmente no setor metalúrgico. A partir dos últimos anos da década de setenta, inicia-se um período fortemente marcado por salários em atraso, despedimentos e constantes reestruturações de ambas as empresas, que abrirá portas à reversão do quadro criado pelo processo revolucionário. Em 1989, dá-se a privatização da Setenave, passando o estaleiro a ser explorado pela Solisnor (um consórcio entre a Lisnave, a Soponata e noruegueses da Barber International, Wilhelmsen e Platou), e nove anos depois, já em 1998 os Mello compram a Setenave ao Estado por 5 milhões de contos.

¹⁴⁴ *Ibidem, idem*

¹⁴⁵ Francisco Bairão Ruivo, *Spínolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*, Tese de Doutoramento, 2013, p. 245

¹⁴⁶ Jorge Fontes, *ibidem*, p. 330

¹⁴⁷ Contrariamente à Lisnave em que, como veremos mais à frente, a UGT teve um papel decisivo em todo o processo.

¹⁴⁸ Jorge Fontes, *ibidem*, p. 331

¹⁴⁹ Como refere Raquel Varela no artigo já citado: “Depois da crise económica mundial e do choque petrolífero, em 1973, há um novo período de expansão do capital, a partir de 1975-1976, em que aumentam as encomendas e o número de operários cresce $\frac{3}{4}$ alcançando o maior número de sempre em 1979”, iniciando-se em 1980 um novo período de crise”.

No ano 2000, o estaleiro da Margueira é desativado, transferindo-se a Lisnave para a Mitrena¹⁵⁰.

Esta cronologia entre o choque petrolífero de 1979 e 1993 é marcada por um conjunto de conflitos, que se articulam entre o confronto direto e a negociação levando à chamada “paz social” e à crise de um certo tipo de composição operária. Será a partir da memória dos operários que viveram este período na primeira pessoa que analisaremos as transformações no seio deste corpo operário de fato de macaco e capacete que ocupou um papel de destaque entre a década de sessenta e o início dos anos noventa.

¹⁵⁰ Jorge Fontes, *ibidem*, p. 335-336

3. A Classe Operária em Recomposição

Em 1986 aquando do seminário do IPSD “Acreditar no futuro – saudar o presente”, o então ministro do trabalho e segurança social do X Governo Constitucional, Mira Amaral, afirmava que a região de Setúbal vivia “uma difícil transição entre aquilo a que se convencionou chamar a Segunda Revolução Industrial e um novo modelo (...) designado por Terceira Revolução Industrial.”¹⁵¹ Tratava-se pois de uma transição, passando de um modelo de indústria pesada para uma indústria ligeira, com o uso de tecnologias de forma descentralizada contra processos de produção em massa¹⁵². Segundo este, dever-se-ia passar de “um pequeno número de grandes organizações para uma nuvem industrial móvel, flexível e inovadora”¹⁵³.

Esta nova semântica que contrapunha flexibilidade e inovação à rigidez e massificação tornar-se-á hegemónica, permitindo aos empregadores fazer uma maior pressão sobre o controlo do trabalho numa mão de obra que se encontrava enfraquecida por duas crises selvagens de deflação¹⁵⁴. Com o surgimento deste “novo espírito do capitalismo”, dá-se uma transformação profunda na organização do trabalho, através de formas como a polivalência, autocontrolo ou desenvolvimento da autonomia¹⁵⁵. Desta forma foi possível transferir para os assalariados o peso das incertezas do mercado¹⁵⁶.

No entanto, a transferência não ocorrerá de forma pacífica. Se é verdade que os anos oitenta são marcados por uma retomada ideológica do patronato, nos locais de trabalho foram utilizadas técnicas bastante violentas para liquidar o contrapoder operário que surgiu na década anterior¹⁵⁷.

Neste segundo capítulo pretendemos captar essa experiência operária nesse período de crise e transformação. Para tal, a partir das memórias destes operários, abordaremos quatro dimensões. Em primeiro lugar a chegada dos operários ao estaleiro,

¹⁵¹ Luís Mira Amaral, *A Crise Económica Social do Distrito de Setúbal*; Serv. Inf. Científica e Técnica, M.T.S.S., 1986, p.6

¹⁵² *Ibidem, idem*

¹⁵³ *Ibidem*, p.19

¹⁵⁴ David Harvey, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Blackwell, 1991, p.147

¹⁵⁵ Luc Boltanski e Éve Chiapello, *O Novo Espírito do Capitalismo*, Martins Fontes, 2009, p.240

¹⁵⁶ *Ibidem, ibidem*

¹⁵⁷ Vera Telles *et. al*, “Entrevista com Michel Pialoux e Stéphane Beaud” in *Tempo Social*, v. 18, nº1, 2006, p. 17

esse espaço produtivo e reprodutivo e a sua composição operária. Em segundo lugar, as resistências que surgiram num processo de ofensiva patronal e de crise na indústria naval. Numa terceira dimensão, tentaremos analisar o papel da militância operária e os sentidos que estes operários atribuem à sua própria militância. E, por fim, abordaremos a forma como a crise se tornou parte do quotidiano operário, contribuindo assim para transformar a própria composição operária.

3.1 O estaleiro - “a cidade dentro da cidade”

Como pudemos observar no capítulo anterior, a região de Setúbal desde cedo esteve ligada aos diferentes processos de industrialização, algo que a tornou um território marcado por vários movimentos de emigração. Isso será particularmente visível nos anos 60 e 70, em que se assiste a grandes movimentações do Alentejo em direção à península de Setúbal, onde se concentravam as grandes empresas industriais. A chegada desta nova massa de trabalhadores teve tal impacto no processo político e social que se desenvolveu com o crescimento do corpo operário que anos mais tarde foi definida – de forma discutível - como “ideologia alentejana” na revista *Risco*. Segundo José Manuel Félix Ribeiro, “a experiência de industrialização, tal como foi vivida pelos trabalhadores, nunca esteve, no Sul, associada à ideia de mobilidade social”¹⁵⁸. Segundo o autor, a “ideologia alentejana” marcaria o movimento operário, uma vez que se trataria da tradução da experiência do latifúndio para a indústria. Esta análise coloca-se em contraponto aos operários do Norte que, segundo o mesmo autor, vêm “ao seu lado um conjunto de operários que se tornaram em pequenos patrões”¹⁵⁹

De facto, a chegada desta massa de pessoas de origem alentejana – onde se incluem três dos nossos cinco entrevistados – traz consigo novas práticas e novas formas de estar¹⁶⁰. Comporta ainda uma particularidade que atravessará todo o período de crise e será central no seu impacto: tratava-se de uma população ativa marcada por padrões culturais, industriais e urbanos, com pouca ligação à terra, por força das deslocações migratórias e do assalariamento rural¹⁶¹. A conversa com o então Bispo de

¹⁵⁸ José Manuel Félix Ribeiro, “Preconceitos culturais e dinâmica do capitalismo” in *Revista Risco*, nº1, 1994, p.91

¹⁵⁹ *Ibidem*, *ibidem*

¹⁶⁰ Sobre esta “nova classe operária” saída dos campos veja-se por exemplo o artigo de Manuel Villaverde Cabral, “Sobre a Greve na Fábrica de Máquinas de Escrever MESSA” in Marinús Pires de Lima, *et.al*, *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, Afrontamento, 1976, pp. 240-250

¹⁶¹ Alcídio Torres, *História de uma crise: o grito do Bispo de Setúbal*; Lisboa: Notícias, 1996, p.92

Setúbal, D. Manuel Martins, recordada por Cipriano P., é o exemplo perfeito dessa característica do operariado em Setúbal:

“E ele [o Bispo] falava na altura uma coisa muito importante, que para mim ficou sempre gravada na memória, ele dizia... como era lá do Norte dizia que “Epá lá no Norte a malta sai da fábrica, agarra a bicicleta, tem um bocado de terra, cava umas couves, cava umas batatas, cava uns não-sei-quê, quer dizer... algum problema que pudesse haver mas ao menos o sustento ali.”. E ele dizia uma frase que nunca me esqueci, “O pessoal de Setúbal tem um problema, que tem de comprar ou água ou sal”. Ou seja, outro tipo de retaguarda que tu podias ter não existe. Não é? Enquanto aquela malta tem ali um bocadinho de terra, sai da fábrica vai cavar uma batata, vai não-sei-quê, uma couve, um repolho, engorda uma galinha... epá. Pronto.”¹⁶²

No entanto, se a chegada destes trabalhadores produz uma nova realidade, também é verdade que eles próprios chegam a uma realidade à qual não estavam habituados, a dos grandes espaços industriais, neste caso os estaleiros. Não é por isso estranho que esteja então bastante presente a ideia de “grandeza” ou de “choque”. Isso é notório nas palavras de Francisco:

“ (...) a Lisnave o pessoal cá de fora não sabe, aquilo é uma cidade dentro da cidade, portanto a rede de gás por tudo o que é sitio não é? A rede de esgotos... é uma cidade dentro de uma cidade, portanto os navios aquilo era um bocado assustador enquanto a gente não se ambientava não é? Cada navio tinha cento e tal metros de altura, só descer e subir...”¹⁶³

A expressão “cidade dentro da cidade” é particularmente interessante, na medida em que o espaço do estaleiro surge assim referido não apenas como um mundo de produção económica, mas como um espaço igualmente produtor de sociabilidade. Como é recordado por Cipriano:

“O problema do convívio dos trabalhadores era muito feito dentro da empresa (...) Pronto. Depois havia sociedades dos totolotos, dos euromilhões... e há sempre grupos de malta que se junta. A malta houve alturas que fez campeonatos de futebol, cada secção tinha a sua equipa de futebol, e pá juntávamos 14, 15, 16, 17 equipas, fazia-se torneios e não sei quê. Porque aquilo é assim, tu para ires para a Setenave, o grande problema, tu não ‘tás num aglomerado... tu não ‘tás em Almada, que tu saís do estaleiro e estás em Cacilhas, estás em casa, ou moras na Cruz de Pau ou moras não sei quê. O problema da Setenave não é esse, o problema da Setenave é que o primeiro sítio onde ‘tás é Setúbal, Setúbal fica a 12km, ou 7 ou 8 ou 10.”¹⁶⁴

¹⁶² Entrevista com Cipriano P no dia 16.03.2016

¹⁶³ Entrevista com Francisco T. no dia 10.04.2016

¹⁶⁴ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

A centralidade geográfica do estaleiro da Lisnave em relação ao estaleiro da Setenave¹⁶⁵ marcava a diferença na forma de relação com a cidade e com a comunidade envolvente. Contudo, ambos os estaleiros partilhavam esta ideia de “espaço reprodutivo” em que o que estava em causa era mais do que o cumprimento de um horário laboral. O estaleiro torna-se também uma espécie de lar, um local familiar de rostos conhecidos que se chega a habitar em virtude de uma apropriação material e simbólica que é constante e continuada, um sítio em que os operários se ligam afetivamente¹⁶⁶. No entanto, importa salientar que o estaleiro enquanto espaço produtivo e reprodutivo, à semelhança da fábrica, não perde a sua característica de espaço de exploração económica e de dominação, em que as condições materiais do trabalho e a disciplina da subordinação técnica afetam diretamente “todos os órgãos dos sentidos” dos trabalhadores¹⁶⁷. Assim sendo, os estaleiros da Lisnave e da Setenave eram também eles terrenos de luta e conflito e a sua dimensão, face a tantas outras empresas na península de Setúbal, e mesmo do país, será fundamental na construção de um coletivo operário antagonista:

“Depois é evidente, um gajo vai para lá e aquilo é outro mundo, completamente diferente quer dizer... trabalhar numa empresa com cerca de 7.000 trabalhadores... uma coisa era ter uma reunião aqui com a malta da oficina, que juntava 15, 20 pessoas, outra coisa é fazer assembleias gerais com 5.000 ou 6.000 trabalhadores. É uma dimensão completamente diferente”¹⁶⁸

No entanto, é necessário compreender o enquadramento destes operários nos estaleiros, algo que desenvolveremos na secção seguinte.

3.2 Os operários e o “espírito da empresa”

Tendo entrado na Setenave em 1977, Cipriano P. recorda ainda o constante movimento de entrada de operários no estaleiro. Esta massa de trabalhadores que vai entrando ao longo dos anos 70 ocupará várias funções no estaleiro:

“Epá, quando entrei a malta entrava como soldador, serralheiros, serralheiros de tubos, mecânicos, preparadores de trabalho... aquilo na altura entrava... pá 100 pessoas por semana, era uma

¹⁶⁵ Veja-se acerca deste tema o texto publicado na *Informação Setenave* – revista da empresa- onde se levanta questões acerca da relação entre o estaleiro da Mitrena e a cidade de Setúbal. Como é referido: “A Setenave representará para Setúbal, a curto prazo, um aumento da população na ordem das 25.000 pessoas aproximadamente. Numa cidade de 70.000 habitantes, em que as *infraestruturas* e os serviços apresentam já graves deficiências (...)”; *Informação Setenave*, julho de 1973, p.1

¹⁶⁶ Bruno Monteiro, *op. cit.*, p. 148

¹⁶⁷ Karl Marx, *O Capital*, livro I, tomo II, Editorial Avante! 1992, p. 484

¹⁶⁸ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

coisa... porque aquilo ainda estava um bocado no auge, e havia necessidade... para cumprir prazos, de mão de obra. Não havia problemas de empreiteiros, não havia, a malta era 100% trabalhadores da empresa, não havia cá trabalho precário nem nada. Nessa época esse problema não existia. Portanto... é evidente que... a característica que a empresa tinha era no ponto de vista de formação era muito boa porque para poder responder às necessidades... no caso concreto da Setenave tem de cumprir uma série de requisitos e regras.”¹⁶⁹

Importa sublinhar ainda a recordação da estabilidade laboral atribuída ao estaleiro da Mitrena. As palavras de Cipriano trazem consigo o peso da estabilidade, enraizamento apego ao local, a garantia da criação de um elo que perdura, em contraponto à leveza que define os anos seguintes¹⁷⁰, em que todo este contexto é alterado.

Para além disso, como já tivemos a oportunidade de ver, este é um período de entrada massiva de operários nos estaleiros. Entre 1974 e 1978 o estaleiro da Margueira passou de 6972 para 8123 trabalhadores e o estaleiro da Setenave – criado mais tarde – passou de 2415 trabalhadores em 1974 para o seu pico, atingido em 1980 com 6757 trabalhadores¹⁷¹. Ora, este crescimento massivo criava a necessidade de um enquadramento dos operários nos valores da empresa. A revista *Lisnave* sugeria em janeiro de 1970 que «as greves, resultam, muitas vezes, do facto dumas pessoas desconfiarem das outras, só porque ignoram o que elas pensam¹⁷². Desta forma a 23 de junho de 1970 foi fundada a Escola da Margueira com o intuito de enquadrar o pessoal nos objetivos produtivos da empresa, desenvolvendo assim o chamado “espírito de empresa”¹⁷³. No estaleiro da Mitrena também se fez sentir o papel da formação profissional no enquadramento destes novos operários, como notam Alberto Conceição et al: “A ação da escola não se limitaria a ministrar conhecimentos inerentes ao desempenho adequado de uma profissão. Pretendia-se ir mais longe: integrar o trabalhador, fosse ele serralheiro ou engenheiro numa grande e heterogénea comunidade de trabalho”¹⁷⁴. A formação, do ponto de vista da administração, é essencialmente vista como um trabalho de uma integração supostamente igualitária.

¹⁶⁹ *Ibidem*

¹⁷⁰ Luc Boltanski e Ève Chiapello, *op. cit.*, p.156

¹⁷¹ Paulo Jorge Martins Fernandes, *op. cit.* [Anexo], p. 3

¹⁷² *Revista Lisnave*, n° 49, janeiro, 1970, p. 6

¹⁷³ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p. 189

¹⁷⁴ Alberto J. da Conceição et. al., *op. cit.*, p. 140

A formação profissional é recordada por Cipriano P. como esse instrumento que de facto permitia progressão no seio da empresa, mas, ao mesmo tempo, como um instrumento para os próprios trabalhadores. Tratar-se-ia de uma aprendizagem que garantia a progressão e que permitiria a sobrevivência dos operários que, para além da empresa, se conseguissem “desenrascar” utilizando os conhecimentos técnicos adquiridos em seu proveito. Como lembra Cipriano:

“(…) no caso concreto da Setenave tem de cumprir uma série de requisitos e regras. Epá e portanto tem de haver malta certificada para fazer determinados trabalhos. E essa certificação era feita porque a malta normalmente... tinha uma escola de formação e o pessoal ia todos os anos íamos três, quatro semanas para a escola de formação tirar reciclagens, fazer novos cursos, novos processos de soldadura no caso concreto do que eu faço, soldador... porque como há vários métodos e há vários processos de soldadura... pá desde soldadura a elétrodo, desde a soldadura a automática, depois há soldadura a árgon, depois há soldadura por arco submersa... e depois destas componentes todas há várias componentes que é soldares a alumínio, soldares a inox, soldares a uma série de... e isso obrigava a que a malta fosse de certa forma formada para poder exercer. Tirando algumas exceções, uma parte da malta foi evoluindo dentro da própria empresa (...) não é por acaso que uma grande parte da malta que saiu... pá foi malta que facilmente desenrascou-se na vida. Pá foi para o estrangeiro... eu por acaso nunca me deu essa pancada entre aspas, mas houve muita malta que não quis outra vida. Conheço malta que já correu o mundo inteiro a trabalhar, quer dizer... tem vantagens, tem desvantagens, epá. Mas pronto, quem gosta disso... não há crise.”¹⁷⁵

Concluída a formação inicial nas diversas funções necessárias ao processo produtivo do estaleiro - soldador, serralheiros, serralheiros de tubos, mecânicos, preparadores de trabalho - inicia-se a vida nos estaleiros.

3.3 Processo laboral: disciplina, autoridade e relações com as chefias

Como vimos, os estaleiros são um terreno a um tempo produtivo e reprodutivo de um determinado coletivo operário. Dessa forma importa-nos fazer uma aproximação ao quotidiano vivido nos estaleiros, o modo de habitar este espaço por parte dos operários¹⁷⁶ e as relações que aí são produzidas. Recorda Vítor R. acerca da sua rotina diária no estaleiro da Setenave:

“(…) nós chegávamos, trocávamo-nos, vestíamos o fato de macaco, íamos para a secção, havia um operário-chefe ou mais consoante a dimensão e o tipo de trabalhos que havia e dizia: grupo A, B o Vítor o Manuel e João e o António tão comigo, vão trabalhar hoje comigo, Vítor vais para ali para aquele

¹⁷⁵ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

¹⁷⁶ Bruno Monteiro, *op. cit.*, p. 143

local fazer este trabalho durante o dia e tu ficavas por tua conta, e tirando alguns casos, porque aquilo havia uma particularidade no estaleiro, que é tinhas a parte da reparação e a parte da construção, eu fui parar à construção, e então o que é que tu tinhas? Epa vai para aquele local, vais fazer, durante o dia tens este trabalho para fazer. Havia casos em que tu não acabavas o trabalho obviamente, mas pronto durante o dia ele não ia-te lá contar ‘pa fizeste x metros de soldadura’ dizia-te assim ‘epa durante o dia tens este trabalho para fazer, é para fazeres o máximo que puderes, durante as 8h de trabalho e havia autonomia nesse aspeto’¹⁷⁷

A ideia de uma certa autonomia encontra-se presente em relatos de outros operários. O facto de ambas as empresas apostarem na formação dos seus operários com o intuito de lhes conferir as capacidades técnicas e de os enquadrar no “espírito da empresa” explica o porquê de lhes ser dada grande autonomia, uma vez que o chefe acaba por ser sobretudo visto como um organizador das condições de trabalho e não como aquele que dá indicações sobre a forma como o trabalho é feito¹⁷⁸.

No entanto apesar desta autonomia no processo de trabalho, o conflito e a tensão com as chefias acaba por estar presente. O caso da Setenave é um exemplo interessante desse ponto de vista. Como recorda Cipriano P.:

“ (...) até determinada altura... houve ali um processo em que os chefes [chefia direta] eram eleitos pelos trabalhadores (...) Se a malta achasse que aqueles gajos eram uns gajos porreiros... pá, a malta não apresentava ninguém. Depois se por exemplo tu achavas que aqueles gajos não serviam, tu tinhas a possibilidade de os trabalhadores proporem outras pessoas, e ao propor essas pessoas depois havia uma votação. Epá...”¹⁷⁹

Contudo, este processo acabou por ser revertido terminadas as aspirações de pendor revolucionário abertas pelo processo iniciado com o 25 de Abril de 1974, passando uma vez mais as chefias a serem escolhidas pela empresa. Algo que acabou por criar alguma tensão entre os operários, uma vez que estes chefes saíram do seio dos trabalhadores. Como nota Cipriano:

“Epá... normalmente essa tensão tinha a ver um bocado com o comportamento, porque uma parte dessa malta que passou a chefe era malta que trabalhou ao lado da gente. Epá e depois... como costume dizer, há filho de muita mãe, há gajos que se continuam a portar como deve ser, há malta que... pá, pensam que agora têm ali uma divisa de cabo chique, como um gajo costuma dizer, imaginam que são os melhores do mundo e eles é que sabem e eles é que mandam, quer dizer... mas epá, o confronto entre

¹⁷⁷ Entrevista com Vítor R.no dia 02.04.2016

¹⁷⁸ Maria Teresa Rosa, *op. cit.*, p.282

¹⁷⁹ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

nós e às vezes os chefes, epá dependia das circunstâncias e dos momentos. Porque havia também uma situação, quando a malta ia para a greve, ia para a luta, eles também vinham, quer dizer...”¹⁸⁰

Este processo de alteração na relação de forças tem como ponto nevrálgico e incontornável, os efeitos do biénio revolucionário de 1974-75. Como tivemos oportunidade de ver no capítulo anterior, o processo revolucionário veio transformar as relações entre o capital e o trabalho em Portugal e os estaleiros da Margueira e da Mitrena foram espaços privilegiados da luta de classes neste período.

A revolução criou um antes e um depois quer no campo social quer no campo individual destes operários. Imediatamente após o golpe o movimento operário reconfigura-se com a criação de sindicatos livres, comissões de trabalhadores que surgem autonomamente nas empresas e lideram as reivindicações dos trabalhadores¹⁸¹. O controlo operário é experimentado em várias empresas. Os operários parecem sair da plateia e ocupar o palco dos acontecimentos. Como relembra Joaquim C.:

“Ali em 74 nós ganhámos novo poder reivindicativo até aí não, até aí era o que eles queriam dar, damos 50, damos 60, foi muito importante as CT's na altura tiveram um papel determinante na condução dos operários nas lutas diárias, bem como os sindicato, foram dois vetores a que os trabalhadores pronto muito agradecem e se empenharam também nessas grandes transformações que foram feitas na Lisnave.”¹⁸²

É um período em que vários operários se envolvem politicamente quer em partidos quer em organizações de classe, como o sindicato ou a Comissão de trabalhadores:

“(...) fui eleito para... o início da organização começou a haver reuniões nas secções e quem se quisesse candidatava-se e a malta votava conforme simpatizava com o pessoal. Quer dizer comigo simpatizavam possivelmente pela barba que eu usava já nessa altura [risos] ou de jogar à bola com o pessoal, pronto era simpatias e alguns por uma questão políticas mas digamos que era uma eleição genuína, democrática (...)”¹⁸³

No entanto, se a revolução veio abrir um processo que criou condições para uma ofensiva operária através de reivindicações que ultrapassavam o campo do económico, colocando em causa o próprio poder político dominante e possibilitando ainda aos

¹⁸⁰ *Ibidem*

¹⁸¹ Para um estudo mais aprofundado sobre o período revolucionário e a questão operária veja-se: Raquel Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa*, Bertrand, 2014 e Miguel Perez, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Dissertação de Mestrado, 2008

¹⁸² Entrevista com Joaquim C. no dia 10.05.2016

¹⁸³ Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

trabalhadores, através das suas comissões de trabalhadores, tentarem praticar o controlo operário, estas ambições sofrerão um revés com o 25 de novembro, deixando uma memória bastante vincada nestes operários. Como recorda Francisco T.

“Portanto a solidariedade genuína aqui com o 25 de novembro há uma alteração e há uma alteração na questão do patrão, o patrão com o 25 de novembro volta e vai assumir novamente a sua quota parte na empresa”¹⁸⁴

Este sentimento de perda de uma “solidariedade genuína” e de tensão marcará o estaleiro nos anos seguintes. Num primeiro momento esta tensão far-se-á sentir entre os operários, através daquilo que Francisco define como “revanchismo” dos chefes. Na revista *Lisnave Informação* e *Setenave Informação*, começam a surgir artigos sobre a necessidade da disciplina como fator de produtividade ou sobre o absentismo que seria regular no estaleiro da Mitrena.

A disciplina surge aqui enquanto técnica para a individualização do poder, que visa vigiar alguém, controlar a conduta, o comportamento, a forma de intensificar a performance e de multiplicar as capacidades¹⁸⁵. Num destes artigos na revista da empresa, o Engenheiro Eduardo Carichas dava exemplos de casos de indisciplina no estaleiro da Margueira, entre os quais “casos de paragens momentâneas do trabalho, a bordo, por parte de grupos de trabalhadores, como justificação de não existência de condições mínimas de execução do trabalho”¹⁸⁶. Na verdade, um caso semelhante a este é recordado por Francisco:

“epa... está a li uma empreitada os quadros quando vão escolher o pessoal para a empreitada vão logo... não vão escolher o Tomás, não é? Porque eu tive episódios ao longo de 15 anos da Lisnave, epa o chefe vinha à escola de formação como eu, não é? E aqui na escola de formação dava-se a disciplina de higiene e segurança no trabalho, como fazer um andaime em condições não é? Ora o chefe quando me dá um trabalho, tive várias situações dessas, nós trabalhávamos 2, umas vezes eram 2 da Lisnave e outras um da Lisnave e um subempreiteiro, quando havia certos trabalhos, períodos aí que havia muito trabalho, havia a Lisnit e outros subempreiteiros e depois metiam normalmente um que não era efetivo com o efetivo, que o efetivo normalmente tinha melhor qualificação do que o outro, pronto mas muitas vezes éramos os dois da Lisnave. Ora o chefe dava-nos o trabalho, então aquilo que eu aprendi no dia a dia sendo operário, eu entrei como oficial de 3ª mas passado algum tempo era trabalhador qualificado especial, portanto era o máximo antes de chefia portanto não só íamos à escola de formação mas para além disso também havia algumas promoções automáticas, portanto havia aqui as duas situações. Ora

¹⁸⁴ *Ibidem*

¹⁸⁵ Michel Foucault, “The Meshes of Power” in Jeremy Crampton e Stuart Elden (org.), *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*, Ashgate, 2007, p. 159

¹⁸⁶ *Revista Informação Lisnave*, nº3, 1982, p.2

então o chefe se me vai dar o trabalho, já recebeu o trabalho, se recebeu o trabalho, deve ir ver o trabalho, se ele é um profissional, não via dar um trabalho a um ou dois operários sem saber o trabalho que é, tem que ir ver o trabalho ora se foi ver o trabalho, viu que o andaime não estava em condições do ponto de vista da segurança, então se não está vai dar o trabalho? Há aqui falta de profissionalismo primeiro, segundo há aqui segundas intenções não é? Quais são as segundas intenções? Epa ele não fazia, pronto estava lá o Tomás, o Tomás é delegado sindical, foi membro da CT, foi delegado de base, epa possivelmente algumas situações, não vou dizer sempre, mas algumas situações aquele chefe quis enviar a mensagem porque sabia que o Tomás não ia fazer aquele trabalho porque sabia que o andaime não tinha condições de segurança, não é? E ele depois passava, uma, duas, três vezes. Houve situações que eu tive 2 dias sem fazer o trabalho, se apanhasse um como ele, mas muitas vezes o meu colega ia fazer o trabalho estás a ver? Então já não era a pressão do chefe sobre mim para fazer o trabalho que não tinha condições de segurança para fazer mas era já o meu colega que com vergonha ou cedendo à pressão do chefe ia fazer o trabalho sem ter a consciência que estava a pressionar a mim, para ir fazer o trabalho, estás a ver?”¹⁸⁷

As formas disciplinares, não sendo necessariamente aceite por todos os operários, como desejaria o engenheiro Carichas¹⁸⁸, necessitavam assim de ser impostas. Essa imposição far-se-á, como vemos pelo testemunho do Francisco, através da competição entre os operários. Como nota Marx, trata-se da “guerra de todos contra todos”¹⁸⁹. Manifesta-se pressão de operários que trabalham para subempreiteiros face aos efetivos da empresa, daqueles que não têm formas de organização contra aqueles que têm um historial de organização sindical e na comissão de trabalhadores.

No caso do estaleiro da Mitrena, as queixas surgem pela mão do Dr. Costa Leal com um artigo intitulado “Depois da Crise: Desafio ao Futuro”. Neste artigo que visava iluminar o caminho para uma maior produtividade da Setenave, Costa Leal sugeria que “muito há a fazer no esforço de cada um e de todos dentro da empresa. Melhorar o trabalho realizado, com uma maior coordenação e aplicação do esforço despendido; cumprir mais exatamente o horário de trabalho, reduzindo tempos mortos, de entrada, de saída, de refeições (...)”¹⁹⁰.

Na entrada da década de oitenta, é este o ambiente predominante nos estaleiros. Longe do “turbilhão” criado pelo biénio revolucionário em que o poder patronal foi colocado em causa, os anos oitenta iniciam um processo de recuperação desses mesmos padrões de uma forma geral, e de forma particular na Lisnave e Setenave. Trata-se de

¹⁸⁷ Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

¹⁸⁸ *Revista Informação Lisnave*, nº3, 1982, p.3

¹⁸⁹ Karl Marx, *Wage-Labor and Capital*, Dodo Press, 1891, p. 9

¹⁹⁰ *Revista Informação Setenave*, 216, 1 de setembro de 1980, p. 1-2

uma "gestão pela crise"¹⁹¹ onde se tenta recuperar a disciplina enquanto instrumento que permitiria obter o exercício do poder com o mínimo de custo – quer económico, quer político - visando aumentar a docilidade e utilidade de todos os elementos do sistema¹⁹².

No entanto, como nota Michel Foucault, onde existe poder, existe resistência¹⁹³. E este período será também marcado por esses vários momentos de resistência, sejam eles mais ou menos organizados, de forma coletiva ou individual. Esse processo será objeto da nossa análise na secção seguinte.

3.4 A Dignidade do Trabalho: Formas de Resistência

Referindo-se ao papel das fontes orais, Alessandro Portelli referia que estas podiam não adicionar muito ao que sabemos sobre o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos, mas contam-nos bastante sobre os seus custos psicológicos¹⁹⁴. É o levantamento desse estado que pretendemos fazer nesta secção. Não é possível compreender as transformações ocorridas dentro da classe operária sem olhar para as formas de luta¹⁹⁵ e o impacto que essas lutas tiveram na sua existência. E, nesse âmbito, os primeiros anos da década de oitenta foram, de facto, vividos num ambiente de grande tensão.

Depois do primeiro choque etrolífero em 1973, dá-se um segundo choque em 1979 que abre uma nova crise no sistema capitalista, de alcance mundial, que vai ter como resultado a expansão extraordinária do processo de deslocalização de empresas para países com mão de obra mais barata, nomeadamente para a Ásia. Junta-se a isto a flexibilização das leis laborais imposta pela própria adesão do País à CEE (leis 201/83), as quais estavam associadas ao empréstimo do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no país na altura¹⁹⁶. Portanto, os primeiros anos desta década – entre 1981 e 1983 - levam a economia a "bater no fundo"¹⁹⁷, algo que se fará sentir obviamente nos estaleiros e entre os operários de forma dramática.

¹⁹¹ Expressão utilizada na revista *Informação Lisnave*, nº3, 1982

¹⁹² Michel Foucault, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, Vintage Books, 1995, p. 218

¹⁹³ Michel Foucault, *History of sexuality: volume 1 An introduction*, Pantheon Book, 1978 p.95

¹⁹⁴ Alessandro Portelli, "O que faz a história oral diferente", p.31

¹⁹⁵ Mario Tronti, *Operários e Capital*, Afrontamento, 1976, p.15

¹⁹⁶ Raquel Varela, *op. cit.*, p. 358

¹⁹⁷ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Atualidade*, volume 1, Editorial Presença, 2007, p. 288

As estratégias patronais visam desmoralizar os trabalhadores e enfraquecer o movimento operário¹⁹⁸. No caso da Lisnave, é de salientar a reforma antecipada de mais de 2000 trabalhadores, a tentativa de suspensão de contratos de trabalho (lay-off), cerca de 2000 rescisões voluntárias de contratos de trabalho (sob a ameaça de despedimentos), despedimento com indemnização de perto de 150 trabalhadores, subempreitadas, cedência de mão de obra, diminuição dos prémios e de benefícios sociais, polivalência, flexibilidade, mobilidade entre trabalhos de bordo e de oficina, turnos, diminuição dos tempos mortos, divisão da empresa em novas unidades (spin-off), intervenção do Governo e declaração da empresa em situação económica difícil¹⁹⁹.

No caso da Setenave, esta “gestão da crise” é ainda mais precoce do que no estaleiro da Margueira, assistindo-se a um acordo de viabilização em 1983, acordo em que os trabalhadores aceitam, durante um período limitado, não exercer certos direitos (greve, férias). Sendo que, por outro lado, são condicionados os aumentos salariais e os operários podem ser mudados de função e de horário segundo as necessidades de produção. Já num segundo momento, o patronato procede a cerca de 700 rescisões voluntárias com indemnização²⁰⁰. Para além de todas estas medidas, a região vive um drama social com salários em atraso e com a fome a grassar.

Como recorda Cipriano P. acerca deste período:

“Houve um processo de desgaste e de tentar derrotar a malta através da fome, não é... depois começou a haver despedimentos coletivos, começou a haver a malta... numa fase, começou a haver uma situação que foi a abertura de rescisões voluntárias. Portanto a saturação em determinada fase foi tanta que de um dia para o outro... epá não digo de um dia para o outro, mas no prazo de quatro, cinco dias, uma semana, na primeira leva de rescisões voluntárias foram à volta de 2.000 pessoas. Quer dizer, é uma coisa... isso depois tem influência na participação, na organização das pessoas, e portanto foi um período por um lado complicado, porque era casado, tinha dois filhos e a minha mulher na altura também não trabalhava portanto foi uma fase muito complicada. Para mim e para a malta toda que lá vivia não é... ou seja se não houvesse nesta fase um determinado suporte, digamos familiar, para poder aguentar a barca, era muito complicado. E isso levou... uma série de malta acumulou dívidas, acumulou uma série de coisas que levou à malta tentar encontrar a solução, foi rescindir o contrato, eles davam umas

¹⁹⁸ Inês Fonseca, “Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” – A Família Flor e os Ditos e Não Ditos Sobre a Crise da Lisnave na Década de 1980 in Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía (org.) *Resistência e Memória, Perspetivas Ibero-Americanas* [documento eletrónico], IHC-FCSH-UNL, 2015, p. 156

¹⁹⁹ Marinús Pires de Lima, “Relações laborais, estratégias sindicais e emprego (1974-1990) ” in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, p. 920

²⁰⁰ *Ibidem, idem*

indenizações... epá a ideia de muita malta não era de se ir embora mas perante os factos e as circunstâncias a malta ficou levada ao extremo.”²⁰¹

Expressões como “desgaste”, “levado ao extremo” ou “vergar” tornam-se parte do vocabulário destes operários e a necessidade de procurar outras soluções que não as organizadas no seio do movimento operário tornam-se frequentes. No entanto, se começam a ser observáveis condutas individuais de carácter utilitarista, que se manifestam através da aceitação dos processos de rescisão voluntária dos contratos de trabalho²⁰², também é verdade que a conflitualidade se manteve em níveis elevados.

Quadro III. Evolução da conflitualidade do setor metalúrgico no distrito de Setúbal

Anos	Frequência	Nº Trabalhadores Grevistas	Nº dias perdidos por trabalhador
1980	31	3690	3
1981	31	2210	1,4
1982	24	4567	1,5
1983	28	1720	2,3
1984	39	1496	1,1
1985	63	757	1

Fonte: Maria Teresa Serôdio, *O Sindicalismo e o Movimento Operário: Os Metalúrgicos de Setúbal* [Anexo vol.2], p.63

Como podemos observar neste quadro, em 1985 a frequência de conflitos era o dobro em relação a 1980. No entanto o número de grevistas reduz-se a níveis muito inferiores entre 1980 e 1985. É de facto um período bastante particular da resistência operária.

²⁰¹ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

²⁰² Maria Teresa Rosa, *O Sindicalismo e o Movimento Operário: Os Metalúrgicos de Setúbal* [Anexo vol.2], Trabalho para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (ISCTE), 1988, p. 54

É interessante, por exemplo, ver a forma como neste período voltou a ser mencionado um dos mais profundos processos conflituais em Portugal, o PREC. Essa referência foi feita em 1982, onde o *Diário de Notícias* definia desta forma o ambiente vivido na Lisnave:

“Subitamente, no momo «suspense» estival dos lances prometidos e dos conflitos adiados deste ano de 1982 eclodiu o sequestro da Lisnave à boa maneira do PREC, no «Verão Quente» de 1975”²⁰³

Se alguma semelhança este processo teria com o PREC, seria o da radicalidade, mas dificilmente teria algo de semelhante com a capacidade transformadora da realidade que se viveu nesse período.

Olhando para o campo do movimento operário organizado e da sua representação política, observamos um processo de refluxo. Os dois partidos com representação parlamentar que reivindicam representar a classe operária entram numa espiral decrescente no que toca a resultados eleitorais. Em 1983 a UDP perde o único deputado que tinha até então e o PCP, se atingira o seu pico nas eleições de 1979 (18,8%), ao longo da década de oitenta entra numa série de resultados negativos, chegando a 1991 com um resultado de 8,6%²⁰⁴. O campo sindical encontra-se também ele num plano desfavorável. Revogada a lei da unicidade sindical em 1976 e com a criação da UGT em 1978 a hegemonia da CGTP será colocada em causa ao longo deste período. No caso dos Metalúrgicos de Setúbal, este período é marcado por uma competição entre o STIMMS (afeto à CGTP) e o SIMA (afeto à UGT); é na verdade um período em que se incrementam as divergências na base, intensificam-se a marginalização e as condutas utilitaristas. Inicia-se um período de perda de operários sindicalizados, acompanhada de uma diminuição dos níveis de adesão às ações coletivas, sendo que a ação nas empresas se reduz frequentemente à luta pela sobrevivência²⁰⁵.

Este processo de perda de força, acompanhado por uma forte institucionalização do movimento operário organizado, abre as portas a um novo período na resistência operária. Como lembra Cipriano. P:

“ (...) o capital compreendeu... ou seja o capital... nós andamos um bocado... as dificuldades que a gente tem em determinados momentos é a gente acompanhar esta evolução, política, sindical, social

²⁰³ “Subitamente, no verão” in *Diário de Notícias*, 20.09.1982, p.2

²⁰⁴ António José Telo, *op. cit.*, vol II, p.19

²⁰⁵ Maria Teresa Rosa, *op. cit.*, p.279

e tudo isso em determinadas fases, porque por vezes a gente prevê as coisas, mas pensamos que se calhar isto é para os outros e não é para a gente, porque alguns fenómenos que aconteceram em Portugal já tinham acontecido noutros países anos atrás, só que cá chegaram mais tarde. E depois há outro problema, que tu tens uma geração que lutou e tal, que fez o 25 de abril e participou nas transformações sociais, que foram um bocado educados nas vitórias... pá é assim na vida. Ou seja, tu fazias coisas ganhavas sempre. A partir de determinada altura, tu fazias coisas, perdias umas ganhavas outras. E depois a determinada altura, perdias todas. Essa evolução por vezes é difícil, é... um gajo em determinadas coisas é “foda-se... eu não ‘tou preparado para...”²⁰⁶.

Como se pode depreender pelas palavras deste operário, as vitórias anteriores são colocadas em causa e é neste novo ambiente em que as derrotas se acumulam, que a geração de operários que não viveu o período revolucionário se formará. Esta noção de que a vitória dificilmente ou nunca chegará ao longo deste conflito obriga-nos a uma análise para além das questões imediatas já referidas, como a exigência dos salários em atraso ou da viabilização das empresas que fazem parte do reportório operário neste período. Se é verdade que os operários resistem tendo estas questões presentes, também se encontra algo mais em jogo, aquilo que Marco Revelli define como ética da solidariedade, uma mistura de valores, regras de vida, de memórias e certezas que fizeram a alma e a identidade do movimento operário²⁰⁷. Como vimos anteriormente, começa a instalar-se nos estaleiros uma “ética da sobrevivência” que alimenta o individualismo competitivo e que, numa gestão supostamente racional da crise, abria as portas para a decomposição de uma determinada cultura operária, representada na figura do operário naval.

Este confronto entre estas duas éticas encontrar-se-á entre o registo aberto, como é caso dos protestos, manifestações e greves que se tornam manchetes dos jornais, e a infrapolítica, aqui entendida – na senda de James Scott - como formas de resistência que passam despercebidas no discurso dominante e não são reconhecidas enquanto prática política²⁰⁸. Estas práticas coletivamente partilhadas pelos operários, apesar de não assumirem a forma de uma ação política elaborada e institucionalizada, não são desprezíveis enquanto formas elementares da experiência de classe, uma vez que também são estas movimentações infrapolíticas que proporcionam os “alicerces culturais e estruturais” da ação política mais visível²⁰⁹.

²⁰⁶ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

²⁰⁷ Marco Revelli, “Defeat at Fiat”, in *Class & Capital*, nº 16, 1982, p.100

²⁰⁸ James Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*, Letra Livre, 2013, p.253

²⁰⁹ James Scott, *ibidem*, p 254

Este período é recordado como um “período negro” vivido num ambiente “a ferro e fogo”²¹⁰. Vive-se de facto aquilo que James Scott refere como um testar de limites²¹¹, em que os operários se encontram, por via dos salários e atraso e dos despedimentos, num contexto em que o confronto aberto é pensado com prudência, levando a que no quotidiano do estaleiro as tais formas infrapolíticas de resistência ganhem vida. Um dos espaços onde isso é visível é o “desemprego”. Como recorda Francisco T.:

“a Lisnave tinha um refeitório onde o pessoal que estava no “desemprego” ia para onde? Não ia para casa, numa primeira para um refeitório, enchia. Quando a gente não tinha trabalho ia para o... era o chamado desemprego, desemprego porque não tinha trabalho, ia para ali quando havia trabalho era... pronto, todos os dias nós entrávamos, picávamos o cartão não é? Balneários vestíamo-nos íamos À secção, íamos à secção ver a distribuição, pronto vinha lá o encarregado geral distribuía o pessoal, pelos navios, pelo que havia a fazer pronto, faziam lá a sua seleção, aqueles que não fossem apresentavam-se no desemprego, íamos para o desemprego, levávamos o cartão, entregávamos lá, estava lá alguém... pronto um funcionário que recebia aquilo, os cartões, à tarde saíamos, no outro dia a mesma rotina, secção e tal, ora aquilo havia situações em que não havia lá ninguém, havia situações em que havia 100 ou 200, havia outras situações que havia lá milhares por isso é que há uma fase nesse plano que era também para criar aqui, mas no entanto o pessoal lá falava uns com os outros, estava organizado, falávamos uns com os outros, havia aqueles que jogavam às cartas, havia aqueles que liam, havia aqueles que dormiam, e havia aqueles que falavam, falava-se muito, então o patrão, nesta... digamos reorganização, uma das reivindicações do patrão era pôr-nos em casa não é? Ir para casa com salário porque se tivesse ali também tinha o salário e quando houvesse trabalho vinha. Ora, pa havia muita malta ‘pa isso interessa, a cabecinha não funciona’, está lá fora não está cá é logo meio caminho andado para não entrar essa é a primeira, segunda não fala com os outros, não fala com os outros que estão mais despertos para os problemas, para a política e as consequências e as saídas e alternativas, está lá fora está desorganizado não é? Está individualizado, portanto a forma de pensar gera no dia a dia outros interesses estás a ver? Portanto vai à procura de um biscate naquela altura, é mais uma defesa, portanto é meio caminho andado para mais facilmente aceita a assinatura do...”²¹²

O refeitório enquanto espaço que recebia os operários que não tinham trabalho ocupava aqui um papel quase semelhante ao das tabernas no século XIX²¹³ enquanto espaço social, de partilha de discursos anti-hegemónicos²¹⁴, onde se “jogava às cartas”, “lia” e “falava-se muito”, ou seja, um espaço onde os operários se podiam organizar dentro do próprio estaleiro no seu horário laboral. No entanto, assim como os espaços

²¹⁰ Entrevista com Joaquim C. (10.05.16)

²¹¹ James Scott, *ibidem*, p. 264

²¹² Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

²¹³ James Scott, *op. cit.*, p. 176

²¹⁴ *Ibidem, idem*

de sociabilidade dos grupos marginais do século XIX, também aqui houve uma “vigilância a partir de cima”²¹⁵, que é recordada por Francisco como uma forma de atomização imposta pela administração visando desorganizar os operários.

Para além destas formas de discurso oculto, o estaleiro da Margueira também se tornava palco de ações voluntaristas por parte de grupos informais de operários, criando-se assim uma declaração aberta desse mesmo discurso oculto²¹⁶. Como recorda Francisco:

“... a CT queria controlar tudo mas não controlava neste período não controlava, eu muitas semanas eu e outros juntávamos 20, 30, 40, 50 independentemente da CT à revelia da CT e eles se aparecessem inclusive eram escoraçados por quererem controlar, a malta entrávamos no edifício da administração, e íamos lá aos gabinetes e o caraças porque muitas vezes a administração não vinha para aí porque epa a malta não tinha defesas tinha que ir lá era assim. Eu tava quase sempre nesses movimentos. Nesse período já não era da CT, já tinha saído nessa altura”

Assiste-se assim a um ambiente de instabilidade, onde este tipo de ações sem enquadramento por parte da comissão de trabalhadores e sem qualquer outra estrutura formal se tornam parte do quotidiano no estaleiro. De alguma forma estas formas de voluntarismo mais radical, que visava pressionar e até ameaçar diretamente a administração, acabam por tornar-se uma “armas dos fracos”²¹⁷ neste período mais intenso da crise.

No entanto, como já vimos, estas não são as únicas formas de resistência por parte destes operários. Outros eventos tradicionalmente enquadrados no campo político, foram por eles vividos intensamente e marcaram este período. Foram três os momentos abordados: a greve geral de fevereiro de 1982, a greve de sete semanas na Lisnave durante a qual se sequestrou o navio Doris e, por fim, o bloqueio da ponte 25 de Abril, que contou com a participação dos operários da Lisnave, Setenave e Parry&Son. Estes três momentos de conflito social, por surgirem em anos diferentes, permitem-nos acompanhar uma transformação coletiva da perspetiva destes operários acerca do seu futuro e na capacidade de atingir os seus objetivos.

²¹⁵ *Ibidem, idem*, p. 179

²¹⁶ *Ibidem, idem*, p. 296

²¹⁷ Entenda-se aqui a expressão “arma dos fracos” no sentido algo variado que lhe atribui James Scott: “Tenho em mente as armas comuns de grupos impotentes: arrastar o pé, dissimulação, falso cumprimento, ignorância fingida, calúnia, incêndio criminoso, sabotagem, e assim por diante” in James Scott, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, 1985, p. xvi

Como nota Marcel Van Der Linden, uma das formas, se não a principal, de resistência da classe operária é a greve, enquanto forma de luta, coerção e poder²¹⁸. No caso concreto, estas duas greves têm essencialmente um pendor defensivo e surgem como uma prova de vida de uma certa composição operária que se encontrava entre a esperança de conseguir estancar a ofensiva e o risco de se decompor. Esse duplo sentimento é notório na forma como estes operários as recordam.

No caso da greve geral de 12 de fevereiro de 1982, a primeira greve geral pós 25 de abril, decorre num contexto de grande tensão social e política. Esta tensão dá-se por um lado com o Governo AD, que tenta descredibilizar a greve organizando uma distribuição de autocolantes com a frase “Eu trabalho no dia 12. Eu sou livre”²¹⁹ e, por outro, com a UGT, que se colocara contra a greve assumindo uma postura alarmista - utilizando como “palavra de ordem” “O terrorismo não passará. A Democracia vencerá”²²⁰. No entanto, apesar do clima intimidatório criado em torno desta greve, o que criou algumas situações e conflito um pouco por todo o país, existia ainda um sentimento de esperança, pelo menos em jovens operários, como era o caso do Vítor R, que entrara no estaleiro da Mitrena já nos anos oitenta.

“Por exemplo essa da greve geral eu recordo-me de a gente estar à porta da coisa e de termos o rádio ligado aquilo tinha lá uma casota com o pessoal da portaria, fomos para a portaria e então era engraçado porque podias ligar para a rádio a pedir músicas, estavas ali rádios azuis e não sei das quantas e agora *quero ouvir a música... e o pessoal ‘epa liga aí pede a música do zeca’ depois havia pessoal ‘opa mete lá aí oh tempo volta para trás’ [resposta] filho da puta, facho e tal, é termos um bocado a perceção de, como é que hei de dizer, cria de facto um impacto em ti que é: não és só tu dentro da tua empresa, é depois... olhas para a rua e não vês transportes a circular, e das pessoas com que te cruzas, e via-se na altura é de algo que foi conseguido, uma greve geral isto é parado e depois conversares quando chegavas a casa, ias ao café ‘epa, lá também ninguém foi’ ‘Epa, realmente o pessoal quando quer consegue fazer algumas coisas’. E isso dentro daquele contexto, e atendendo à idade, fica-te um bocado, não digo... a utopia se calhar já lá foi, um bocado como dizia a canção do Zé Mário Branco [risos] mas na altura tu pensas, epa se o pessoal se unir ainda se consegue coisas, ainda se consegue fazer alguma coisa e fica-te sempre um bocado essa esperança”²²¹

²¹⁸ Marcel Van Der Linden, *Workers of the World – Essays Toward a Global Labor History*, Brill, 2008, p. 182

²¹⁹ “PSD discute descalabro governamental” in *Diário de Lisboa*, fevereiro 6, 1982, p.1

²²⁰ “Greve do Dia 12 Não é Geral” in *Três anos de intervenção/UGT*, UGT, 1984), p. 39

²²¹ Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

A forma como Vítor, um jovem operário naquele período, recorda esta greve, indicia aquilo que Raymond Williams entende como um “recurso de esperança”,²²² uma demonstração de resistência de uma determinada estrutura de sentimentos – entendida como a vivência de determinados valores²²³ - em que a camaradagem e solidariedade representadas na força que os operários podem ter “se o pessoal se unir”, resiste apesar da sua desvalorização dentro das construções dominantes da cultura neoliberal emergente²²⁴.

Já em 1983, no dia 7 de junho, uma nova greve volta a marcar o conflito operário deste período. Desta feita tem como palco a Lisnave, onde é convocada uma greve que dura sete semanas. Durante essa mesma greve, dá-se uma prova de força entre os operários grevistas e a polícia, com o sequestro do navio Doris no dia 14 de julho. Os operários param em assembleia permanente para “reivindicar o pagamento de parte dos salários de abril e maio (em que receberam um montante inferior ao do salário normal), a totalidade do salário de junho (não recebido) e a garantia de pagamentos futuros, assim como a manutenção dos postos de trabalho²²⁵. Pela sua intensidade e pelo resultado, é recordado como “uma das greves célebres” ou “antecâmara”²²⁶. É, de facto, um passo dado em torno de um novo período onde a esperança começa a ganhar contornos de simples resistência. Como recorda Francisco T.:

“(…) tivemos 7 semanas com o estaleiro ocupado e fechado, foi antes da invasão da polícia, estávamos organizados. Uns estavam em casa nunca cá apareciam mas aqueles que estavam mais ativos estávamos cá todos os dias, estamos cá todos os dias e organizamo-nos no piquete de greve, estávamos no piquete de greve, tínhamos piquete de greve todos os dias, durante os horários, se estava de turno vinha fazer o piquete do horário de turno, se estava de segunda a sexta, fazia o piquete de segunda a sexta, pronto era assim que estávamos organizados (...) ninguém trabalhava, porque nós piquete sensibilizávamos para não entrar e havia malta que não vinha, se alguém entrava era por rebocadores mas também havia pessoal, na zona pronto... às vezes havia alguns que entravam sem... porque as viaturas era tudo... o piquete que estava à porta controlava junto com os porteiros que lá estavam, pronto é evidente, o piquete de greve ia junto dos funcionários, pronto... ver, controlar, pronto eles faziam o trabalho mas o pessoal do piquete ia ver quem, era se era da administração, como é que eram, portanto controlava-se isso.”²²⁷

²²² Ben Highmore, “Formations of Feelings, Constellations of Things” in *Cultural Studies Review*, vol. 22, nº 1, 2016, p.160

²²³ Raymond Williams, *Marxism and Literature*, Oxford University Press, 1977 p.132

²²⁴ Graeme Turner, *British Cultural Studies: An Introduction*, Routledge, 1990, p. 47

²²⁵ “Ocupação policial da Lisnave”, *Diário de Notícias*, 15.07.1983, p.3

²²⁶ Entrevista com Joaquim C. (10.05.16)

²²⁷ Entrevista Francisco T. (10.04.16)

No entanto, a 14 de julho, a polícia de choque ocupa o estaleiro. Com o início da paralisação, 14 navios ficam retidos, mas o armador do navio Doris havia colocado um processo contra a empresa, exigindo a retirada do navio ainda antes da sua reparação²²⁸. A polícia consegue libertar o navio sem qualquer tipo de confrontos, mas ficam outras marcas provavelmente mais profundas. Como nota Alessandro Portelli, as feridas de classe são mais profundas do que costas partidas ou pulmões perfurados, afundam na alma e corroem o sentido de si das pessoas e do seu ambiente²²⁹. Esta marca deixada pelo sequestro do navio e pela derrota do confronto é visível no discurso do Francisco T.:

“Isto era porque o pessoal estava contra aquele pacote de medidas, não é? Medidas, pronto era uma forma de se opor ao despedimento, Pa do ponto de vista político, não faziam nada, pa restava aqui epa, mas isso é uma luta perdida mas o pessoal tinha que lutar para defender o posto de trabalho, depois veio a polícia e meteu a malta fora e depois houve a assembleia geral, tudo isto levou entretanto, só ficam 100 e tal gajos que são despedidos, o resto assina tudo, assinou tudo é evidente se eu tivesse, eu e os outros 100 e tal tivéssemos assinado, em vez de mil tínhamos recebido 3 mil ou 4 mil. Pronto quem perdeu fui eu. Quer dizer quem perdeu não fui eu, eu perdi e os outros todos perderam mes mo ganhando aquele mais não sei quanto não é”²³⁰.

De facto, este conflito terminou com um acordo mas na prática foi um acordo penalizante para os operários, apenas permitindo que o estaleiro voltasse a laborar, sendo que posteriormente os trabalhadores estariam dois anos com salários em atraso e sem aumentos salariais, levando a que muitos acabassem por assinar as chamadas rescisões voluntárias²³¹.

O último grande conflito dá-se a 9 de fevereiro de 1984 com a ocupação da entrada da ponte 25 de abril por parte dos operários da Lisnave, Setenave e Parry&Son. A descrição desse dia é feita pela deputada do PCP, Odete Santos, em pleno plenário:

“Eram 11 horas da manhã e milhares de trabalhadores inundaram a autoestrada, perto da Ponte 25 de Abril. Bandeiras negras enlutavam o sol. Contava-me entre os que, serenamente, aguardavam que a manifestação chegasse ao fim. Do respeito pelo protesto dos trabalhadores falava o silêncio das centenas e centenas de veículos imobilizados, só cortado pelo som das ambulâncias que passavam com a ajuda dos manifestantes. Os rostos falavam de situações trágicas: de mobílias vendidas ao desbarato para garantir o pão de cada dia; de crianças a definhar; de mais um livro que não se pode comprar para a escola; de um

²²⁸ “Ocupação policial da Lisnave” in *Diário de Notícias*, 15.07.83, p.3

²²⁹ Alessandro Portelli, *They Say in Harlan County: An Oral History*, Oxford University Press, 2011 p.361-62

²³⁰ Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

²³¹ Paulo Jorge Martins Fernandes, *op. cit*, p.124

brinquedo que se não pode ter de um sorriso que se perde na angústia dos olhos. Era o protesto de quem sabe que abril, longe e perto, está em mãos erradas”²³².

Esta ocupação tem a particularidade de ser praticamente dez anos depois da travessia feita por estes mesmos operários no dia 12 de setembro de 1974. Se esse dia ficou celebrizado na música FMI de José Mário Branco, ficando na memória como um momento algo épico de travessia e força²³³, podemos olhar para o bloqueio no dia 9 de fevereiro de 1984 como um momento de passagem entre uma classe organizada com capacidade de transformar a realidade – fruto do processo revolucionário – e uma menor capacidade e organização, fruto do período de refluxo que se vivia no mundo do trabalho. Podemos observar mais detalhadamente esta ideia de passagem e transformação nas palavras do Francisco T.:

“Pa e estávamos nós, estavam eles exército, soldados e tal, mandados por não sei quê e estávamos aqui nós, evidente a gente estava ali formados era outro exército mas pa ‘você são filhos e são irmãos nossos, você hoje estão aí amanhã estão aqui’, quer dizer o pessoal não está ali não está calado, não é? Estão os membros da cabeça da organização e está o pessoal que vai falando e os gajos ali dizem assim ‘pa o nosso comandante chega daqui por um quarto de hora’, ‘então tá bem a gente espera um quarto de hora mas atenção só esperamos um quarto de hora e por um quarto de hora, se eles estão em comunicação, se não estiverem aqui para falar connosco a gente vai avançar’. Pa chega o quarto de hora os gajos não estão a gente não hesitou, avança, avança os gajos pa... recuam, pronto (...) Pa e a malta arrancou e vamos embora. É evidente nesta situação, para já é polícia de choque, não é?

J – O paralelo que eu queria fazer é um pouco...

F- O pessoal que vai, não vai organizado da mesma maneira. Para já nem toda a gente ia de macaco, essa é logo a primeira. Portanto, havia malta, assembleia geral permanente, muitos deles estavam à civil, sem fato de trabalho, estão ali coiso e tal, não vai haver trabalho, de um momento para o outro vão-se embora. Pronto quer dizer... ali no 25 de Abril a gente estava para a frente, aqui houve o 25 de novembro, houve esta coisada toda. Aqui a gente está num movimento em que estamos a ver que estamos a perder, nós estamos a perder, estamos a resistir pelo posto de trabalho e pelo salário, para a renda da casa, para eletricidade, não é? Para a nossa vida do dia a dia, estamos aqui a defender, não estamos aqui a reivindicar... estamos a reivindicar a manutenção, a defesa”²³⁴.

Este último momento de radicalização acabou por acrescentar marcas físicas às marcas emocionais em vários operários; pelo menos 14 deles tiveram que receber

²³² Diário da Assembleia da República, 10 de fevereiro de 1984

²³³ Assim mesmo, como entrevi um dia, a chorar de alegria,/ de esperança precoce e *intranquila*, o azul dos operários/ da Lisnave a desfilar, gritando ódio apenas ao vazio,/ exército de amor e capacetes, assim mesmo na Praça de/ Londres o soldado lhes falou: Olá camaradas, somos/ trabalhadores, eles não conseguiram fazer-nos esquecer,/ aqui está a *minha arma* para vos servir.

²³⁴ Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

assistência médica devido aos confrontos com a polícia. Contudo, se desta vez a expressão “ferro e fogo” se materializou junto à ponte, ficou também um sentimento de dignidade recuperada. Como recorda Cipriano P.

“Tu... tu a moral que saíste daquilo, mesmo que não... podendo não ganhar... mas ganhaste uma coisa, que foi a dignidade das pessoas. “Epá estes cabrões estão-nos a fazer isto mas a gente também lhes faz a vida negra”²³⁵.

Os primeiros anos da década de oitenta, os anos onde os conflitos foram mais intensos, podem ser sintetizados nestas palavras de Cipriano. De facto, a derrota acabou por se consumir nos estaleiros mas, enquanto foi possível, construíram-se várias formas de resistência, resistência essa que se realizava já não só pelo salário ou pelas condições de trabalho mas também pela dignidade sob ataque. Esta capacidade para resistir é também fruto do trabalho de vários operários que se encontram reunidos em torno de uma figura: o militante. Tenham sido os conflitos mais ou menos organizados, muitas vezes foram estes operários que criaram as condições para a resistência nos estaleiros.

3.5 Os Sentidos da Militância

A figura do militante aparece como central na constituição de atitudes coletivas de desafio silencioso, de insubmissão aberta e de protesto dissimulado²³⁶. No entanto, como nota Pialoux, o discurso tradicional sobre o movimento sindical privilegia normalmente a mesma questão: a dos efeitos produzidos pelo trabalho sindical na massa operária. Ora, torna-se também relevante pensar os efeitos produzidos deste trabalho sobre o militante e de como este reflete acerca da sua militância²³⁷. Num contexto de refluxo e transformação no mundo do trabalho, a figura do militante, seja no papel de delegado sindical ou membro da comissão de trabalhadores, torna-se um sujeito de uma relação contraditória. Por um lado, é agregador de solidariedades, por outro lado, acaba por ser alvo de contestação por parte dos outros trabalhadores.

Como vimos anteriormente, todos os operários entrevistados tiveram um papel ativo quer enquanto delegado sindical quer na comissão de trabalhadores. Em alguns, como foi o caso de Francisco, a sua passagem pela comissão de trabalhadores terminou

²³⁵ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

²³⁶ Michel Pialoux e Christian Corouge, *Crónicas Peugeot*, Deriva, 2013, p. 71

²³⁷ *Ibidem, idem*

em desilusão devido aos conflitos internos da mesma²³⁸. Noutros casos, a passagem pela comissão de trabalhadores foi vivida exatamente no período mais difícil da crise. Temos como exemplo o caso de Vítor. R. Tendo entrado muito jovem no estaleiro da Mitrana, rapidamente se torna delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores. É um processo de descoberta, como este recorda:

“ (...) começa a descobrir que tens algum poder no meio daquilo tudo e essa foi uma das coisas de quando venho a ser delegado sindical ou membro da CT epa... acaba por nos dar graxa ao ego, se a gente o assim quiser entender que é aquilo que tu não tinhas quando vestes um fato de macaco e estás ali e podes intervir na assembleia geral e és bem recebido ou és mal recebido consoante aquilo que vais discursar e em função dos interesses instalados mas depois era o outro lado, as pessoas virem falar contigo, para ouvir [coisa?] e aquilo... tava-me a sentir extremamente importante, pa ver pessoas dos seus 50 anos virem perguntar a mim com 20 e poucos ‘ camarada o que é que devo fazer sobre isto’, acaba por te... pa, dar-te aqui um cumprimento de onda, se é a palavra correta [risos] no sentido de ‘epa eu realmente isto de ser delegado sindical ou membro da comissão de trabalhadores isto é outra coisa’. Satisfaz-nos, porque eu também estava a falar da graxa ao ego, mas também pa depois baixando um bocado à terra é também a responsabilidade que depois aquilo também tinha porquê? Porque quando muitas vezes não havia correspondência a esses interesses manifestados pelos trabalhadores e operários, era ‘epa vocês são uns sacanas, são uns tralhas, vocês são uns traidores, são isto e aquilo’ e houve alturas em que houve também o reverso da medalha, pessoas que não estavam contentes com as decisões tomadas e termos que andar aqui a justificar, algumas vezes o injustificável mas fazia parte do processo”²³⁹.

Para lá do simples operário de fato de macaco, o papel de militante possibilita que esse mesmo operário ganhe uma outra dimensão, uma dimensão que lhe permite falar em nome dos outros operários, fruto da estima conquistada²⁴⁰, estima essa que faz com que operários mais velhos peçam conselhos a um jovem militante. No entanto, o seu papel também está exposto a diferentes reações. Se, por um lado, é alvo de estima e pedidos de conselhos por parte dos outros operários, por outro, também se torna um alvo de críticas, fruto das derrotas infligidas e dos acordos assinados entre a comissão de trabalhadores e a administração.

Para além disso, surge uma outra questão em torno do papel do militante. E que neste período será ainda mais notório. Num período em que ocorre um número elevado de demissões e rescisões voluntárias, assim como de salários em atraso, é colocado em

²³⁸ A relação entre os militantes da UDP e do PCP sempre foram algo conflituosas o que foi também deixando marcas nos militantes operários.

²³⁹ Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

²⁴⁰ Michel Pialoux e Christian Corouge, *op. cit.*, p. 70

causa o papel do militante enquanto parte do coletivo operário. O facto de existirem representantes dos trabalhadores a tempo inteiro cria alguma divisão entre os trabalhadores e obriga a um constante repensar por parte dos militantes da sua visão de uma ética militante²⁴¹. Este questionamento é bastante visível na forma como Cipriano recorda a sua passagem pelas diferentes comissões de trabalhadores:

“Há uma coisa que eu nunca quis foi estar a tempo inteiro nos órgãos. Mas isso é um problema meu. Há determinadas regras que eu há muitos anos me impus a mim próprio (...) A malta até dizia “este gajo é maluco, é o gajo da comissão de trabalhadores que anda a trabalhar”... eu ia tratar das coisas, porque tinha as horas legais para tratar, então quando não havia nada para fazer ia trabalhar, qual era o problema? Há gajos que andaram quinze, vinte anos a tempo inteiro na comissão de trabalhadores, quer dizer... porque eu acho que isso depois dá outro tipo de coisas, dá outro tipo de vícios. Eu não digo que não tem de haver malta a tempo inteiro, porque eu lá disse assim “epá eu não me importo, fazemos assim, a gente somos onze na comissão, a gente faz aqui uma escala, onze... epá, pelo menos fica aqui uma vez por mês um. Epá, e tratávamos das coisas assim. De forma rotativa. Não me importava. Se me dissesse assim “epá é para fazer um mês ou dois meses por ano a tempo inteiro para resolver os problemas porque é necessário”... agora um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos, seis anos... dez anos, vinte anos? Epá mas pronto, são opções que a malta faz, são decisões que a malta toma, epá e é malta que faz isso, que faz isso numa boa... agora esta regra eu impus-me a mim próprio”²⁴²

O processo conflitual destes primeiros anos da década de oitenta, como já vimos, deixa uma forte marca junto dos operários. A sua capacidade de resistência vai-se atenuando, o ambiente no estaleiro torna-se cada vez mais fragmentado e as formas de relação entre o conjunto dos operários e os seus representantes também se torna mais complexa. Este processo de resistência chega de alguma forma a um desfecho com os pactos sociais.

3.6 Os Pactos Sociais

Como já tivemos oportunidade de ver, o ano de 1983 começa com uma surpresa que se vai perpetuar: à elevada conflitualidade que ocorre nos estaleiros sucedem-se as assinaturas de pactos sociais temporários, aprovados coletivamente, e antecidos de períodos longos de salários em atraso²⁴³. Como nota Maria Teresa Serôdio, o ambiente nos estaleiros é de falta de esperança, os trabalhadores sentem receio de perder o posto

²⁴¹ *Ibidem, idem*, p. 71

²⁴² Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

²⁴³ Maria Teresa Rosa, *O Sindicalismo e o Movimento Operário: Os Metalúrgicos de Setúbal* [Anexo vol.2] p. 54

de trabalho devido ao contínuo processo de despedimentos ou têm receio da própria falência das empresas²⁴⁴.

No dia 21 de janeiro de 1983, realiza-se uma assembleia geral de trabalhadores, histórica na Setenave, com cerca de 5000 trabalhadores, na qual se aprovará um acordo entre o Governo, a administração e os ORTs, de modo a viabilizar a construção do navio S-106, encomendado pelo Grupo Thyssen Bornemisze²⁴⁵. O acordo é elogiado na imprensa, o sacrifício feito pelos trabalhadores da Mitrena é visto como um “sentido de responsabilidade”, uma prova de que é “possível sobrepor o diálogo ao conflito, o bom senso à reivindicação sem freio”²⁴⁶. O mesmo sentido elogioso é seguido pela comissão de trabalhadores que, em declarações à imprensa, refere que a “não inviabilização das medidas propostas” é “uma forma de empenhamento responsável e patriótico dos trabalhadores da Setenave”, bem como um “desafio consciente e decidido à viabilização futura da empresa”²⁴⁷. No entanto, como já tivemos oportunidade de ver, os despedimentos continuarão; o próprio navio não será construído, uma vez que o armador rescindirá o contrato, fruto do recurso desfavorável à Setenave feito no Tribunal Arbitral de Roterdão²⁴⁸.

A 2 de março, dá-se um novo passo na institucionalização do conflito nacional. Cria-se, através do Decreto-Lei 74/84, o Conselho Permanente de Concertação Social, que toma posse a 20 de março. Entre a UGT e os membros do Governo, ficam simbolicamente vazias as três cadeiras da CGTP²⁴⁹. A concertação permanente criará as condições necessárias para deslegitimar o conflito social. O pacto social assinado em 1986 na Lisnave terá de certa forma uma maior carga simbólica e não só.

Nesse ano, em sentido contrário à radicalidade operária que se fez sentir na Margueira, a UGT conquista a maioria da comissão de trabalhadores. No papel de representantes dos trabalhadores negociará o único acordo de empresa celebrado em Portugal até então²⁵⁰. Em troca da regularização dos salários são assinados os “Contratos Sociais”, em que os trabalhadores se comprometiam a não fazer greves;

²⁴⁴ *Ibidem, idem*

²⁴⁵ Jorge Fontes, *História do movimento operário na Setenave (1974-1989)*, Tese, 2016, p. 201

²⁴⁶ “O Pacto da Setenave”, *Diário de Notícias*, 29.01.83, p.2

²⁴⁷ “Governo e trabalhadores vão viabilizar Setenave”, *Correio da Manhã*, 28.01.1983, p. 20

²⁴⁸ Jorge Fontes, *op. cit*, p. 205

²⁴⁹ *Ibidem, idem*, p.241

²⁵⁰ *Ibidem, idem*,

renunciavam às férias, em troca da construção de um superpetroleiro, que no fim acabou por ser cancelada, segundo relata a historiadora Raquel Varela²⁵¹.

O acordo, que foi feito com a justificação de salvar a empresa e os postos de trabalho, não conseguiu cumprir nenhum dos pontos. De facto se antes do acordo existiram despedimentos, a seguir ao acordo estes continuam. No entanto, o acordo tem de facto dois efeitos importantes: por um lado, não existiram mais greves no estaleiro da Margueira; por outro lado, a derrota dos operários da Lisnave levou a que a CGTP, que até então não participava na concertação social, tomasse o seu lugar²⁵².

Em relação a este processo complexo de pactos sociais importa ainda referir uma outra questão que acaba por ser pouco problematizada: a forma como o pacto social recupera o conflito social para dentro do sistema e torna-o funcional. Se é verdade que estes processos visam a pacificação da classe operária, trata-se sempre de um processo dinâmico e inacabado, o qual, mais do que ser compreensível simplesmente enquanto “derrota” ou declínio, ganha em ser visto como crise e decomposição. Como escreveu Antonio Negri num texto de final dos anos 60:

“Uma vez reconhecido o antagonismo, o problema é torna-lo funcional de tal forma que previna um dos polos do antagonismo de se soltar para um ação destrutiva (...) a classe operária deve ser controlada funcionalmente dentro de uma série de mecanismos de equilíbrio que se irão ajustar dinamicamente de tempos a tempos (...) O Estado está agora preparado para descer à sociedade civil, para recrear continuamente a fonte de legitimidade num processo de reajustamento permanente das condições de equilíbrio”²⁵³

3.7 A crise e a decomposição do operário industrial

Como pudemos observar no capítulo anterior, a recomposição do espaço social, estimulada por uma conjuntura económica “depressiva”, implicou alterações significativas na vivência da condição operária²⁵⁴. Nesta secção pretendemos analisar a forma como a crise - que surgira de forma abrupta no início da década de oitenta - se instala de forma permanente no quotidiano destes trabalhadores e ao mesmo tempo pretendemos, de uma forma ainda exploratória, uma vez que uma análise mais

²⁵¹ *Ibidem, idem*

²⁵² Hermes Augusto Costa, “A construção do pacto social em Portugal” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 39, 1994, p. 133-134

²⁵³ Antonio Negri, “Keynes and the Capitalist Theory of the State post 1929” in *Revolution Retrieved (1967-1983)*, Red Notes, 1988, p. 7

²⁵⁴ Bruno Monteiro, *O Mundo Dilacerado: Processos de Recomposição Social e Formação Quotidiana da Classe Operária numa Comunidade Industrializada*, FLUP (Tese de mestrado), 2008, p.84

aprofundada iria necessitar que ultrapassássemos a cronologia a que nos propusemos, seguir algumas condições para o surgimento de um novo tipo de sujeito operário.

Se a primeira metade da década de oitenta foi marcada pela resistência operária nos estaleiros, a assinatura dos pactos sociais e a institucionalização do conflito criaram as condições para uma certa forma pacificação e o desenvolvimento de uma nova fase. No entanto, as condições não melhoraram. Apesar de os pactos terem sido assinados tendo como argumento a manutenção dos postos de trabalho e a estabilidade das empresas, isso ficou longe de acontecer.

A crise que se instalara na região de Setúbal perdurou até meados dos anos noventa²⁵⁵ e aprofundou-se ainda mais nos estaleiros. Ainda antes do pacto assinado na Lisnave em 1986, a administração procede uma fuga para a frente, abrigando-se no acordo com o Estado que permitiu à empresa contrair empréstimos junto da banca para proceder à redução de trabalhadores²⁵⁶. Assim em 1985 deu-se um despedimento coletivo de 147 trabalhadores, entre os quais se encontravam Francisco e Joaquim. Como o primeiro recorda:

“(...) em 85 foi quando assinaram o acordo e aliás e quando foi assinado esse acordo só havia 100 e tal que fomos despedidos. O Mello pode dizer que do ponto de vista legal só houve 100 ou 110 despedimentos eu fui um deles, porquê? Porque não assinámos nada, não fomos lá assinar nada, tanto que eu recebi a indemnização em casa, recebi numa carta registada com aviso de receção um cheque visado com a indemnização, vim ali para receber os documentos para o fundo de desemprego, não me deixaram entrar, o cartão já não tinha autorização de entrar e deram-me os documentos”²⁵⁷.

O processo que se seguiu à assinatura do pacto social na Lisnave alterou radicalmente o terreno sobre o qual estes operários se moviam, alterando também a sua condição e a sua configuração. No dia 21 de setembro é aprovado o Decreto-Lei 439-G/89, pelo qual é adjudicada à Solisnor, mediante ajuste direto, a exploração, em regime de concessão do estaleiro da Mitrena²⁵⁸. Em 1991, a Setenave passa a empresa de direito privado e em 1993 é assinado um protocolo entre a Setenave e a Lisnave para concessão do estaleiro da Mitrena à Lisnave²⁵⁹. Esta concessão, realizada no âmbito de um contrato de reestruturação da Lisnave visava assim a concentração produtiva num só

²⁵⁵ Altura em que termina o processo de reconversão produtiva estimulado pela OID

²⁵⁶ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p. 313

²⁵⁷ Entrevista com Francisco T. (10.04.16)

²⁵⁸ Decreto-Lei 439-G/89

²⁵⁹ Alberto J. da Conceição *et. al., op. cit.*, p. 176

estaleiro mas também uma redução dessa mesma capacidade produtiva na ordem dos 35%²⁶⁰.

Entre 1980 e 1994, os estaleiros da Lisnave e da Mitrena em conjunto haviam perdido 10.636 trabalhadores²⁶¹. Este esvaziamento do estaleiro e a consequente perda de força são duas marcas que ficaram na memória destes operários e ficam bem sintetizadas nas palavras de Joaquim: “nós olharmos para um passado recente e olharmos para o presente que estávamos a viver ‘como é que isto é possível?!’”²⁶². Como refere Vítor, esta nova fase vivida pelos operários nos estaleiros é como “teres uma mão cheia de areia e começam a passar-te os grãos de areia pelos dedos e tu comesas a ver que não consegues agarrar”²⁶³.

As formas de resistência estão longe de serem capazes de parar o processo de reestruturação, como recorda Cipriano: “é um período complicado. Porque tu a partir de determinada altura queres organizar uma greve, queres organizar uma luta, que tens uma situação: fazes a greve, fazer a luta, mas a empresa continua a trabalhar”²⁶⁴.

Estas dificuldades devem-se em grande parte aos processos de privatização por secções - a partir da contratação de subempreiteiros. Aquela estabilidade e unidade que era vivida pelos operários quando entraram no estaleiro nos anos setenta é completamente invertida. O mundo do trabalho começa a transformar-se em mundos do trabalho mesmo que seja no mesmo espaço produtivo. Isso é visível nas palavras de Vítor quando lembra a forma como foram privatizados os refeitórios e a forma como esse processo se reproduziu nos vários setores da empresa. Como este recorda:

“Começamos a ter dificuldades de ... ‘espera lá quando vamos fazer uma greve atenção que há aqui setores que já não somos nós que temos capacidade de organização sobre eles’ são autónomos e que isso vai ter repercussões porque se paramos um determinado serviço por efeito dominó o outro a seguir iria parar obrigatoriamente porque estamos a falar do mesmo, ou seja, dos 3 mil no seu todo, quando estamos a falar desta forma como começa a ser organizada ou desorganizada esta estrutura passamos a ter alguém nos refeitórios, que é uma empresa autónoma, obrigatoriamente não te dá refeições temos serviços de montagem, por exemplo de andaimes ou de pintura que não vão... poderiam interromper ali... chegámos a fazer esse tipo de greves que era rotativas por setores, para aqui pa eu sou soldador se a seguir pararem os eletricitas quando eu for trabalhar se o eletricista não está a dar ou alguém da

²⁶⁰ Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, p. 342

²⁶¹ Paulo Jorge Martins Fernandes, *op. cit.*, p. 3

²⁶² Entrevista com Joaquim C. (10.05.16)

²⁶³ Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

²⁶⁴ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

prevenção e segurança não está ao serviço eu não posso trabalhar porque não estão reunidas as condições, ou seja, poupando do ponto de vista económico porque em 8h de trabalho eu faria por exemplo 2 ou 3 horas só, o outro 2 ou 3 horas portanto não gastaria 8h de um dia de trabalho e poupava-me a mim mas paralisava por completo toda a estrutura produtiva da fábrica, ao destruir desta forma determinados setores entregando a empreiteiros, na prática foi isso que aconteceu, o que é que daí resulta? Há determinado setores que quando é decretada uma greve, há setores que continuam a laborar independentemente de... e isso cria toda a destabilização e aí resulta que aquilo que se pretende em termos de objetivos que é a paralisação da fábrica, o fazer sentir junto do patronato ou da sua administração de que estamos a criar prejuízo à empresa que depois ela terá que repensar para nos recompensar sobre estes prejuízos que isto labore de uma forma sustentada e normal isso começa a destabilizar completamente e com a saída de grande número de trabalhadores, a própria representatividade da capacidade de mobilização começa a ser menor, ou seja, se vamos para uma greve em que dizemos ‘há 3 mil parados’ já estamos a falar se calhar de uma greve em que existe 1500 lá dentro e que desses 1500 só 500 é que fazem”²⁶⁵

Começamos a assistir à fragmentação do tradicional coletivo operário e à emergência de uma nova figura no estaleiro, a do operário precarizado, sem estabilidade, aquele que tem que escolher entre manter o seu posto de trabalho ou reivindicar direitos coletivos. O estaleiro que nos anos setenta representava um lugar que dava significado e substância a estas existências individuais, o lugar onde se encontrava não só a base do significado político mas também valores partilhados, vai sendo desmantelado²⁶⁶, dando lugar a um espaço de individualização e competição entre operários.

Podemos considerar que este novo cenário de desenvolve de duas maneiras. Por um lado, devemos olhar para o caminho que a maioria dos trabalhadores entrevistados seguiu após o seu despedimento. Excetuando o Cipriano, todos eles acabaram por estar ligados a pequenos negócios pessoais ou a trabalhar em pequenas empresas, por contraposição à sua experiência nos estaleiros. É o caso de Vítor R., que após sair da Setenave acabou por abrir um pequeno negócio. Como este recorda:

“Opto por fazer uma análise, não sei se correta, mas foi a decisão que tomei entre se voltar ao mundo do trabalho e já com o carimbo de ‘este fulano foi membro da CT da Setenave e delegado sindical’ chegar a uma nova fábrica já levávamos com o carimbo, isso aconteceu com alguns casos e depois ao tentar organizar as condições de trabalho eram completamente diferentes, estamos a falar de 93 e de tudo aquilo que já existia de alterações no mundo do trabalho aqui. Recordar que nessa altura já existe a Autoeuropa, portanto há uma das empresas que há bocado não falei que também tinha um forte

²⁶⁵ Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

²⁶⁶ Marco Revelli, “Worker Identity in The Factory Desert” in Paolo Virno e Michael Hardt (org.), *Radical Thought in Italy*, University of Minnesota Press, 1996, p. 116

impacto ao nível da indústria metalúrgica que era a Renault, o Entrepasto, a Renault, depois a Valfrio na área dos frigoríficos, a Ariston, portanto tudo isso foi desmantelado e passado ali... quando eu saio da Setenave muitas destas empresas já estavam em decadência, a fechar...”²⁶⁷

O início da década de noventa, como já vimos, é um período de rápida reconfiguração do território industrial. No entanto, é também importante notar que se a infraestrutura da indústria pesada entra em “decadência”, como este recorda, e acaba por ser substituída num projeto mais localizado, como é o caso da Autoeuropa, dando também lugar à tal nuvem de pequenas empresas flexíveis a que o ministro Mira Amaral se referia, o mesmo processo de transformação deixa marcas nestes trabalhadores.

Como este nota, tratava-se em muitos casos em voltar ao mundo do trabalho industrial e ficar com “carimbo”, a marca que iria distinguir os operários que participaram ativamente nos processos de resistência ao longo da década de oitenta e a nova geração de trabalhadores que não tiveram essa experiência ou, como foi o seu caso, abrir um pequeno negócio entrando assim no campo dos pequenos-empresários.

Este é já um dos sinais de transformação na região de Setúbal e que tem forte impacto na estrutura produtiva. Como é afirmado no relatório final da OID: “deu-se uma verdadeira explosão de atividade [serviços], especialmente sentida no setor do comércio e nos serviços financeiros, com a criação de muitos postos de trabalho”²⁶⁸, tendo a “transformação económica operada evidentemente impacto na estrutura social, originando alterações sensíveis”²⁶⁹.

Para além desta experiência, que fez com que muitos operários se vissem obrigados a procurar trabalho em setores completamente distintos do da indústria metalúrgica, devemos também olhar para a transformação que se deu nestes estaleiros e se tornou o quotidiano dos operários que lá ficaram. Para analisar esta transformação no seio do estaleiro, é interessante recuperar a experiência do Mário. Tendo entrado no estaleiro muito jovem e já em meados dos anos oitenta, nunca ingressou nos quadros da empresa, trabalhando sempre com o contrato a termo. Apesar de ter saído em 1992, experienciou na primeira pessoa essa nova forma de precariedade quase naturalizada que se tornou hegemónica no estaleiro da Mitrena. Terminada a sua formação

²⁶⁷ Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

²⁶⁸ Operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal: 1989-1993. - [Lisboa]: Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, 1990, p. 27

²⁶⁹ *Ibidem, idem*, p.28

profissional, Mário é um dos jovens operários que vê impossibilitada a sua entrada para os quadros da empresa. Como ele nos recorda:

“A partir daí...passado o término do curso em 85, a perspectiva que nos tinham dito era que nós passaríamos por um estágio profissional, ingressando futuramente nos quadros da empresa, isso não se veio a verificar, essa perspectiva ficou toda gorada... disseram que havia ali uns constrangimentos e que não podiam nos ingressar, e o que acontece é que... a opção que tivemos foi, sendo operários especializados já, tendo a formação adquirida, houve um conjunto de empreiteiros que nos vieram convidar se nós queríamos trabalhar. Nós dissemos que sim, como é óbvio, dissemos que sim e começámos a trabalhar para os empreiteiros... trocámos ali algumas questões, dissemos que não queríamos fazer descontos, eles também não queriam fazer descontos, e não nos fizeram descontos”²⁷⁰.

Esta dualidade entre a empresa e os empreiteiros tornou-se central no quotidiano do estaleiro e marcava também a vivência dos operários. Importa salientar dois momentos recordados por Mário em que esta dualidade se faz mais sentir no interior do coletivo operário: por um lado, no vencimento, por outro, na segurança no trabalho. Como este nota:

“E isto... começaram a abraçar aqui cada vez mais empresas de trabalho temporário. Sem quaisquer condições, sem quaisquer direitos, não havia qualquer... disciplina a nível de proteção individual de cada um, não havia qualquer disciplina a nível de assistência ou segurança. Para te dar um exemplo, havia aqui 20 trabalhadores que tinham seguro para 4... um exemplo. Se se aleijassem 5 aquilo era uma dor de cabeça, não é, tipo “esperemos que nunca se aleijem 5, porque só temos seguro para 4”, e não havia aqui qualquer proteção: os homens que estavam... era tudo ao livre arbítrio, consoante as relações pessoais que se criam ou que não se criam, e era... pela cara das pessoas, era do género a pessoa saía de casa para ir trabalhar chegava ao trabalho “hoje não preciso de ti, vai-te embora”. E foi feito isto, e a empresa viveu também muito disto abrindo a empresa ao outsourcing e não querendo recrutar internamente para os quadros da empresa, houve até aqui uma opção que podia alguns trabalhadores que eram quadros da casa pedirem a rescisão para depois virem trabalhar nos empreiteiros. Porquê? Porque o valor-hora que se pagava na altura era muito superior – nalguns casos, se fossem especializados – nalguns casos que foi o caso do meu, que quando ingressei e estive a trabalhar esse tempo no empreiteiro, eu ganhava muito mais o valor-hora do que ganhava um trabalhador da casa”²⁷¹.

Encontramo-nos perante duas vias que se tornam complementares no processo de decomposição da classe operária formada com a chegada da indústria pesada à região de Setúbal nos anos 60 e sobre as quais importa refletir um pouco. A primeira via situa-se ainda no interior do estaleiro e diz essencialmente respeito a esta dualização dos assalariados. Como referem Boltanski e Chiapello: “As novas práticas das empresas

²⁷⁰ Entrevista com Mário G. no dia 05.05.2016

²⁷¹ *Ibidem*

conjugam seus efeitos para diversificar ao extremo a condição salarial, inclusive entre o pessoal empregado num mesmo local, cujos membros podem estar ligados a um grande número de empregadores e ser geridos segundo regras diferentes em termos de salário, horários etc.”²⁷².

Este “novo espírito do capitalismo”, alicerçado essencialmente no *outsourcing* de trabalhadores, deixa-nos assim perante “um mosaico de pessoas às quais se aplicam tantos estatutos quantas são as empresas representadas no local de trabalho”²⁷³. Torna-se assim importante pensar este processo de individualização que se faz sentir no estaleiro mas também no caso daqueles que foram despedidos e que quando saem da porta do estaleiro encontram o mundo das grandes empresas industriais em completa falência. Podemos olhar para a passagem do sujeito produtivo²⁷⁴ a este novo tipo de sujeito, por via daquilo que Maurizio Lazzarato denomina como “construção do capital humano”²⁷⁵.

Como este nos diz,” capitalização é uma técnica que é suposto contribuir para transformar o trabalhador em um fragmento do capital (“capital humano”), isto é, que tem que garantir a sua forma de valorização ao gerir todas as suas relações, as suas escolhas, os seus comportamentos de acordo com a lógica do rácio custo/investimento e de acordo com a lei da oferta e da procura”²⁷⁶. Sendo ainda um processo algo embrionário e contraditório neste período, podemos olhar para a forma como estes trabalhadores se viram obrigados a fazer escolhas ou uma “análise” – como refere o Vítor – entre trabalhar ou reivindicar direitos; manter-se no seu posto de trabalho ainda seguro ou ir trabalhar para um empreiteiro onde se ganha mais ou ainda, como no caso de alguns trabalhadores entrevistados, entrar num mundo de pequenos negócios. Esta nova lógica de competição que se construiu sobre os escombros das comunidades operárias abre as portas a uma nova figura produzida numa sociedade vista como uma

²⁷² Luc Boltanski e Ève Chiapello, *op. cit.*, p.254

²⁷³ *Ibidem, idem*

²⁷⁴ Como sugerem Pierre Dardot e Christian Laval na sua obra *The New Way of the World – On Neoliberal Society*: “O sujeito produtivo foi o grande produto da sociedade industrial. Não se tratava apenas de uma questão de aumentar a produção material. O poder *tinha* também que ser redefinido como essencialmente produtivo, como parte da produção, cujos limites seriam apenas delimitados pelo impacto da sua ação na produção. O correlato deste poder produtivo era o sujeito produtivo – não apenas o trabalhador mas o sujeito que produz bem-estar, prazer e felicidade em todas as áreas de existência”, p. 287

²⁷⁵ Maurizio Lazzarato, “Construction of Cultural Labour Market” in *European Institute for Progressive Cultural Policies*, 2006, p. 3

²⁷⁶ *Ibidem, idem*

empresa, a que se veio chamar de forma mais comum: empreendedor²⁷⁷. Voltando ao nosso ponto de partida, todo o conflito que se viveu na região de Setúbal e nos estaleiros da Margueira e da Mitrena em particular encerrou-se no início da década de noventa com um período de transição marcado pela inauguração da Autoeuropa e de um novo conjunto de empresas. A afirmação por parte Mira Amaral em tom de lamento de que, “em Portugal e designadamente na península de Setúbal, os hábitos mentais, que se prolongam nas estruturas jurídicas, estão ainda ligados a dados económicos herdados das primeiras revoluções industriais”²⁷⁸, foi sendo superada através de um processo que longe de uma modernização linear e pacífica, se fez a partir da decomposição de uma vanguarda da classe operária – como foram os trabalhadores da Lisnave e da Setenave, deixando feridas escondidas e que aqui tentámos mostrar, recuperando também uma história da resistência.

²⁷⁷ Pierre Dardot e Christian Laval, *op. cit*, p. 287

²⁷⁸ Mira Amaral, *op. cit*, p. 19

4. A memória em tempos de fim da História

And yet the affirmation of an eternal present, a centripetal and despotic actuality, is provoked by déjà vu, namely by the form of experience in which there prevails – as Bergson put it – ‘the feeling that the future is closed.

Paolo Virno, *Dejà Vu and the End of History*

Se, como afirmou o historiador Eric Hobsbawm, vivemos numa era de presente permanente, em que “os mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas”²⁷⁹ foram destruídos, tal não implica uma verdadeira ausência do passado mas antes uma reinscrição e reinterpretação desse mesmo passado, que direciona a memória coletiva num sentido, escondendo outras memórias²⁸⁰.

Neste capítulo, pretendemos retomar a discussão que iniciámos no capítulo metodológico e refletir acerca do papel hegemónico de determinadas memórias. Como é que o inquérito à subjetividade operária utilizando a história oral como ferramenta, nos permite encontrar brechas nesse discurso que se apresenta, à primeira vista, de forma tão homogênea.

Assim, dividimos este capítulo em duas partes, uma primeira parte onde analisamos a forma por que uma determinada memória sobre a crise dos anos oitenta em Setúbal se tornou hegemónica, inscrevendo o conceito desenvolvido por Gramsci nesse contexto histórico do período pós-revolucionário português; num segundo momento, iremos discutir a forma como a história oral se relaciona com a memória e as questões que ressaltam desta relação e que nos permitem esboçar uma contramemória.

²⁷⁹ Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: A Breve História do Século XX (1914-1991)*, Companhia das Letras, 1994, p.13

²⁸⁰ Paula Godinho, “A memória a crescer e os meninos a aprender, qual será a que se vai esconder?” in *Conversas* (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição), Sessão 5, p.2

4.1 Memórias hegemónicas e a crise na região de Setúbal

Como refere Enzo Traverso, quando falamos de memória podemos constatar que existem dois tipos de memória. Por um lado, existem “memórias fortes”, essencialmente memórias oficiais; por outro lado existem “memórias fracas”, memórias subterrâneas ou interditas²⁸¹.

No caso da região de Setúbal, prevalece como dominante a ideia de que, nos anos oitenta, terá existido uma precipitação por parte dos trabalhadores, que não souberam cuidar da fonte de riqueza do distrito, colocando assim em causa o progresso. Longe de contemplar todas as memórias de todos os atores que viveram este processo, observamos o surgimento de um pensamento hegemónico totalizante construído a partir do silenciamento de várias outras memórias como é o caso da memória operária²⁸². A memória surge assim não como “uma coisa em si mesma, passiva (...) mas um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos”²⁸³.

A consolidação da memória dominante constituiu-se de uma forma entrelaçada. Quando falamos deste momento de crise em Setúbal, estamos perante um sedimento de uma narrativa maior e que ainda hoje é hegemónica na sociedade portuguesa. Falamos, obviamente, da forma como o processo revolucionário entre 1974 e 1975 é recordado. Como nota a antropóloga Paula Godinho:

“O período revolucionário, com muito de criativo e de estimulante, que pôs na rua tanta gente, é remetido para um tempo de loucura coletiva, desregrado, transgressor, desrotinizado – e por isso reprovável. A esta construção não é alheio o advento do neoliberalismo económico e o concomitante neoconservadorismo político, com uma viragem associada à ideia de fim da história proposta por Francis Fukuyama (...)”²⁸⁴

Esta forma de recordar e enquadrar o processo revolucionário tornou-se uma visão hegemónica - no sentido que Antonio Gramsci lhe dá, enquanto capacidade por parte de uma classe dominante de impor a sua visão da realidade como única forma de

²⁸¹ Enzo Traverso, *op. cit.*, p.71

²⁸² Fernando rosas, “Seis Teses Sobre Memória e Hegemonia, ou O Retorno da Política” in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, nº1, 2009, p. 86

²⁸³ *Ibidem*, p. 85

²⁸⁴ Paula Godinho, *op. cit.*, p.2

olhar para o mundo²⁸⁵ - a partir dos anos oitenta²⁸⁶ e abrangeu também o processo de desindustrialização na região de Setúbal, uma vez que o conflito laboral foi uma constante neste biénio quer no campo material quer no campo simbólico.

Esta forma de recordar este período encontrava-se já em embrião no discurso produzido pela imprensa que nos anos oitenta acompanhava os conflitos sociais nos estaleiros. Como já tivemos oportunidade de ver, um dos pontos-chave desse discurso está relacionado com as comparações entre estes conflitos e o PREC – visto como esse “tempo de loucura”. Logo em 1982, após um sequestro da direção em que se reclamava o pagamento de salários em atraso, era afirmado no *Diário de Notícias*:

“ (...) a forma emotiva, drástica e censurável como a decisão foi tomada deixa atrás de si um rasto de dúvida e de preocupação: dúvida, quanto às verdadeiras motivações e objetivos; preocupação, o que respeita à interpretação que alguns ativistas da Lisnave dão às leis em democracia. Que coro de protestos não se levantariam agora se as autoridades competentes tivessem sido chamadas a intervir? (...)” ²⁸⁷.

Esta suspeição quanto aos interesses dos trabalhadores e a possibilidade de violação da legalidade democrática tornam-se um argumento recorrente para deslegitimar a radicalização das reivindicações por parte dos trabalhadores. No entanto, esta forma de olhar para os conflitos decorridos na região consolidou-se igualmente noutras formas. Podemos hoje encontrar esta narrativa em diferentes registos. Por um lado, os registos memoriais de agentes políticos ou de agentes económicos como é o caso do ex-primeiro-ministro Cavaco Silva e até de José de Mello; por outro lado, temos também essa perspetiva presente, mesmo que de forma indireta, em documentos oficiais como o próprio documento da OID.

No caso dos registos memoriais, Cavaco Silva, na sua autobiografia, disponibiliza uma carta sua endereçada ao então Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, em que afirma: “ A península de Setúbal foi a grande vítima da onda estatizante que a revolução produziu. Não foi por falta de infraestruturas que a iniciativa privada fugiu de Setúbal; foi por falta de confiança”²⁸⁸. Também no caso de José Manuel de Mello é

²⁸⁵ Antonio Gramsci, “The Formation of the Intellectuals” in Quintin Hoare e Geoffrey Smith (eds.), *Selection From the Prison Notebooks*, International Publishers, 1992, p. 3-5

²⁸⁶ Para uma discussão mais profunda veja-se: *Luciana de Castro Soutelo, A memória do 25 de Abril nos anos do Cavaquismo*, FLUP (Tese de Mestrado), 2009

²⁸⁷ “Subitamente, no verão” in *Diário de Notícias*, 20-09-1982, p. 2

²⁸⁸ Cavaco Silva, *Autobiografia Política*, Temas e Debates, 2002, p.139

possível encontrar uma leitura nesse sentido. No seu prefácio à obra *Lisnave: Contributos para a História da Indústria Naval*, afirma que:

“Não tinha de ser assim e se todas as partes intervenientes na evolução da Lisnave tivessem atuado com razoável racionalidade não teria surgido este obstáculo ou, pelo menos, ele não seria intransponível, sobretudo depois da experiência adquirida em períodos difíceis. A verdade é que essa razoável racionalidade não se impôs e, pelo contrário, em nome de modelos ideológicos que hoje ninguém defende, optou-se por impor um sistema de distribuição das receitas obtidas pela Lisnave que não permitiu sustentar a sua modernização continuada.”²⁸⁹

No caso de documentos oficiais, podemos encontrar esta narrativa de forma mais tímida nos objetivos a que se propõe a OID no seu relatório:

“A alteração da imagem da península de Setúbal era também um dos grandes objetivos da OID. De zona socialmente turbulenta, degradada, decadente, pretendia-se que se tornasse uma região atraente, o tal “território onde se gosta de estar e trabalhar,... que se recorda com nostalgia, onde se cria a verdadeira riqueza...”²⁹⁰.

Estamos assim perante produção de uma narrativa hegemónica enquanto “memória forte”, onde os trabalhadores surgem como principal foco de culpa pela situação. E, por contraponto, o mercado surge como princípio interpretativo central²⁹¹, que havia sido desvirtuado, primeiro, pela irracionalidade criada pelo processo revolucionário e, mais tarde, pela impaciência e pela incompreensão por parte dos trabalhadores, que teriam complicado um processo de modernização.

A consolidação desta memória que contrapõe uma racionalidade modernizadora face a uma espécie de arcaísmo dos que escolheram resistir permitiu um obscurecimento dos motivos destes trabalhadores, assim como da sua agência, fazendo assim com que a memória deste grupo, que se encontra numa posição subalterna, fosse remetida para modalidades de uchronia²⁹².

²⁸⁹ José Manuel de Mello, “Prefácio” in *Leonor Lima e Miguel Figueira de Faria, Lisnave: contributos para a história da indústria naval em Portugal, edições INAPA, 200, p. 11*

²⁹⁰ Península de Setúbal: estudo preparatório de operação integrada de desenvolvimento: relatório da 1ª fase, março 1987, p

²⁹¹ Bruno Monteiro, *O Mundo Dilacerado: Processos de Recomposição Social e Formação Quotidiana da Classe Operária numa Comunidade Industrializada, FLUP* (Tese de mestrado), 2008, p. 91

²⁹² Paula Godinho, *op. cit.*, p. 3. Para mais desenvolvimentos sobre o conceito de “uchronia”, conferir o artigo de Alessandro Portelli, “Sonhos Ucrónicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”

4.2 Memória operária e o papel da história oral

Como nota Berthold Molden, as relações de poder mnemónicas determinam a (não) representação da experiência social na memória cultural²⁹³. Desta forma a dimensão material da memória também é crucial, obrigando-nos a procurar as causas materiais do surgimento desta hegemonia²⁹⁴. No caso da região de Setúbal e dos estaleiros em particular, a questão coloca-se a partir de um processo de decomposição do corpo operário, aqui entendido como corpo coletivo que perde a centralidade que havia tido outrora e entra num processo de marginalização²⁹⁵.

Olhando para as organizações representativas dos trabalhadores – como é o caso dos sindicatos e comissões de trabalhadores – elas participaram quer de forma voluntária, como é o caso das assinaturas dos pactos sociais, quer involuntária, após uma perda de força considerável, numa disputa em torno da ideia de responsabilidade, tentando mostrar-se mais responsáveis na gestão das empresas do que as administrações. No entanto, mais do que obter resultados reais, podemos olhar para esta posição dos sindicatos e comissões de trabalhadores como uma ação que possibilitou uma forma de cooptação, contribuindo assim para que as memórias não vencedoras se privatizassem, conduzindo à erosão do seu aspeto social²⁹⁶. Não é pois de estranhar a afirmação do historiador César Oliveira que num seminário da UGT intitulado “Portugal: Que classes trabalhadoras?”, afirmou:

“ Creio que os trabalhadores portugueses em 1984, não têm memória coletiva, ou seja, não referenciam a sua luta, as suas aspirações, as suas reivindicações e as suas próprias organizações a um passado que vem, pelo menos desde 1850-52, no início da organização do centro promotor do melhoramento das classes laboriosas ”²⁹⁷

Esta questão ganha uma nova relevância tendo em conta o processo de recomposição operária vivido na região de Setúbal e em particular nos estaleiros. Como já tivemos oportunidade de ver, com o avançar da crise no seio dos estaleiros assistiu-se a um esvaziamento da capacidade mobilizadora e reivindicativa dos trabalhadores. Este

²⁹³ Berthold Molden, “Resistant pasts versus mnemonic hegemony: On the power relations of collective memory” in *Memory Studies*, vol. 9, 2016, p. 127

²⁹⁴ *Ibidem, idem*

²⁹⁵ Roberta Garrucio, *op. cit.*, p. 51

²⁹⁶ Susana Narotzky e Gavin Smith, “Being político in Spain – An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics” in *History and Memory*, vol 14, nº 2, 2002, p.219

²⁹⁷ César Oliveira, “A Memória Coletiva (classe operária) ” in *Cadernos UGT: Portugal, que classes trabalhadoras?*, UGT, 1985, p. 16

processo foi contínuo nos anos que se seguiram e olhando hoje para a década de oitenta deparamo-nos com uma realidade completamente distinta. O distrito outrora composto por grandes empresas da indústria pesada, como eram os casos da Lisnave, Setenave, Siderurgia, Renault, entre outras, hoje em dia tem apenas como grande polo a Autoeuropa, onde pontua um processo e relações de produção bastante distintas em relação às empresas mencionadas. Este corte entre um período com características fordistas e este novo período pós-fordista possibilita aquilo que Fernando Rosas chama, um “apagão permanente das memórias”, sendo que esta transformação material e simbólica permite:

“ (...) impor as 10 ou 12 horas de trabalho aos operários das indústria automóvel se eles não souberem, se lhes apagar da memória, dos rios de sangue que correram para a classe operária europeia conquistar a jornada das 8 horas de trabalho. O mesmo se diz do direito à greve, da existência da contratação coletiva e dos sindicatos livres (...)”²⁹⁸.

É neste contexto, em que a centralidade da classe trabalhadora desapareceu, as formas de solidariedade se viram fragmentadas e substituídas pela flexibilidade e atomização que a história oral surge como ferramenta que nos possibilita o acesso a histórias dentro da história²⁹⁹, permitindo recuperar as memórias destes trabalhadores, focando-se nas suas palavras e na sua subjetividade. Importa-nos aqui salientar três questões – cuja discussão já iniciámos no capítulo metodológico – que se tornam relevantes nesta relação entre a história oral e a memória.

Em primeiro lugar, é preciso notar que quando usamos a história oral estamos sempre perante uma constante relação entre o passado recordado e o presente vivido pelos entrevistados, contrariando assim uma qualquer ideia da recuperação de uma memória pura. Longe de ser um problema, essa relação e por vezes tensão permite-nos pensar processos de transformação como aquele que se sucedeu no interior da classe operária entre os anos oitenta e o presente. Como nota a antropóloga Elsa Peralta, “ao relacionar eventos passados com eventos do presente, a memória é, com efeito, parte integrante dos mecanismos de atribuição de significado próprios de uma cultura”³⁰⁰. Sendo que, neste caso, a cultura operária, como já tivemos oportunidade de ver, começa

²⁹⁸ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 86

²⁹⁹ Alberti Verena, “Histórias dentro da história” in Carla Bassanezi Pinsky (Org.), *Fontes históricas*, FGV 2005, p. 15

³⁰⁰ Elsa Peralta, “Abordagens Teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica” in *Antropologia, Escala e Memória*, nº 2, 2007, p. 12

neste mesmo período a sofrer um processo de transformação profundo. Assim, a utilização da história oral permite-nos compreender as continuidades e mutações a partir da experiência destes operários que habitam essa temporalidade fragmentada do pós-fordismo. Ao longo da nossa investigação, pudemos observar como essas mutações relembradas pelos operários têm esse enfoque no processo de individualização, na perda de força e mesmo nas transformações que se deram no tecido produtivo após o processo de reestruturação industrial. Podemos encontrar essa memória, por exemplo, nas palavras de Joaquim, quando este recorda o seu trajeto a partir, precisamente, de uma visita à Autoeuropa

“Essa experiência foi uma experiência rica não é? Como adulto já, impressionante é que... eu hoje faço uma comparação, o meu genro há uns anos atrás trabalhava na Autoeuropa e ele disse-me assim ‘ então vai lá ter com a gente que depois vamos não sei aonde’ e tava na Autoeuropa e comecei a falar para os meus botões, pa o operariado a sair dali jovem, jovem não é? Enquanto na Lisnave agora por fim já malta com 40/50 anos, epa... mas pronto eu na altura jovem trabalhei numa empresa pequena ali no ginjal, e pa entrei ali pa aquilo era o mundo, a Lisnave foi o mundo, estávamos sempre a descobrir coisas novas, entrar no refeitório 500, 600, mil pessoas a almoçar, embora eles tivessem mais refeitórios não é? E depois faziam aquilo, na construção só saía para almoçar a um quarto para a uma e na reparação era um quarto para o meio- dia para dar vaza para que as pessoas... pa na Lisnave trabalharam 11 mil trabalhadores e você imagina... (...) a gente lidava só com os trabalhadores da nossa secção (...)”³⁰¹

O passado surge aqui como um artefacto do presente, com recordações que podem ser palpáveis³⁰² vislumbrando-se de certa maneira uma forma de nostalgia face a um tempo que ainda se observa materialmente no presente da região de Setúbal através de espaços industriais completamente abandonados, como é o caso do estaleiro da Lisnave, por exemplo.

É também relevante recuperar um debate que já iniciámos acerca da visibilidade que a história oral nos permite dar às memórias dos grupos subalternos, como é o caso destes operários, e a forma como as suas memórias são também uma relação com o esquecimento.

Face ao processo de privatização das memórias dos operários, facilitada pelo desmantelamento da indústria pesada, acompanhado pela total hegemonia de uma memória oficial que olha para este período como um período de excessos e irresponsabilidade por parte dos trabalhadores, esperávamos encontrar alguma

³⁰¹ Entrevista com Joaquim C. (10.05.16)

³⁰² David Lowenthal, *Past is a Foreign Country*, Cambridge University Press, 1985, p. 249

dificuldade em obter histórias de vida aprofundadas. Esse receio tinha por base outras investigações, neste caso a de Inês Fonseca³⁰³, já referida na nossa tese, antropóloga que se confrontou com respostas evasivas quando se tratava de falar do período da crise vivida na Lisnave, em particular, da fome. Aqui o não-dito acabou por assumir um papel tão relevante como aquilo que foi dito.

De facto, sentimos alguma “estranheza” por parte dos entrevistados ao ser-lhes pedido para falar deste período a partir da sua experiência. No entanto, mais do que um silenciamento autoimposto, que surge muitas vezes nestas situações mais extremas, obtivemos da parte destes operários uma abertura para relembrar este processo de resistência e a forma como os afetaram e aos restantes trabalhadores. Na verdade assistimos a um certo orgulho na sua profissão e na sua experiência criando um interesse em recuperar essas memórias. Na nossa conversa com Cipriano este recorda a determinada altura:

“Não pá, porque... eu às vezes na brincadeira, uma vez aqui na assembleia municipal disse uma coisa que ficou ali gravado e que a malta hoje ainda fala. Porque... houve ali uma altura em que a malta... o presidente “epá agora fala o engenheiro não sei quantos, o engenheiro não sei quantos, o doutor não sei quê e o advogado não sei quê”. Epá e eu a determinada altura... não me passei dos carros mas disse “epá então vamos lá a ver se a gente discute aqui uma coisa como deve ser, ou nos tratamos todos por deputados, ou tratamo-nos pelos nomes, ou tratamo-nos pelas profissões, não é agora fala o doutor não sei quantos, agora fala o engenheiro não sei quê, e depois agora fala o Pisco. Epá se é para falar eu sou doutorado em soldadura pela universidade operária da Setenave”. Isto quer dizer o quê, quer dizer... por vezes a nossa formação e a nossa... formação como pessoa, a nossa formação política, o posicionamento que a gente tem sobre as coisas, estes processos dá-nos ensinamentos para isso. Quando eu digo que é tristeza e alegria também tem a ver com isso, tem a ver porque provavelmente se um gajo não passasse por aquelas coisas não era a pessoa que é hoje. Ou seja a construção e a formação social e política das pessoas tem a ver com várias coisas, e tem a ver como o meio onde vivem, e tem a ver com os processos que realizam e os processos que acompanham. E isso é uma alegria. Eu hoje provavelmente não era a mesma pessoa se não tivesse passado por isso. Se calhar seria outra pessoa, se calhar fazia outras coisas, se calhar não sei o que é que fazia, nem vale a pena pensar nisso porque é os “ses” e os “ses”, quer dizer isso não tem fim. Mas o que aconteceu foi isto: tristeza porque foi uma derrota e foi um processo que envolveu as famílias e as pessoas e pronto, alguns processos até dramáticos... mas por outro lado teve a outra parte do problema, quer dizer um gajo acompanhou um processo que sai dele

³⁰³ Inês Fonseca, “Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” – A Família Flor e os Ditos e Não Ditos Sobre a Crise da Lisnave na Década de 1980 in Paula Godinho, Inês Fonseca e João Baía (org.) *Resistência e Memória, Perspetivas Ibero-Americanas* [documento eletrónico], IHC-FCSH-UNL, p. 201

enriquecido, e feliz por ter participado naquilo. Portanto é nesta vertente que eu te digo isto. ‘Tás a ver? Apanhaste a onda?’”³⁰⁴.

Neste pequena história, podemos ver como é relevante para a identidade de Cipriano colocar um sujeito quase desaparecido, como é o caso da classe operária, a par do “doutor” ou “engenheiro”. Apesar de, como este relembra, a experiência ter sido de derrota, e na maioria dos casos até traumatizante, foi ao mesmo tempo, um processo constitutivo que ainda hoje marca estes trabalhadores³⁰⁵.

Chegamos assim por fim às possibilidades abertas pela história oral. Como nota Molden, o passado como o conhecemos a partir da história é visto como o único possível apenas porque serve para justificar a ordem presente³⁰⁶. No entanto este arranjo nunca é inteiramente estável³⁰⁷. Desta forma a história oral permite-nos construir espaços contra-hegemónicos no interior da própria memória hegemónica.

O facto de existir uma “memória dominante” não impede um espaço de contestação, dinâmico e fluído que reflete o constante conflito entre as formações sociais dominantes dos poderes governantes e as formações sociais marginalizadas³⁰⁸. Assim, não estaríamos perante uma memória apenas “controlada, regida e coercivamente imposta por uma constelação de poderes que emana uma versão monolítica do passado”³⁰⁹.

É aqui que podemos convocar o conceito de contramemória desenvolvido por Michel Foucault. Esta contramemória significa a “transformação da história numa outra forma de tempo”³¹⁰, colocando assim a ênfase em resíduos que contradizem e resistem às versões oficiais de continuidade histórica, assim como em práticas discursivas que interrompem essa continuidade e reescrevem permanentemente as memórias³¹¹.

Aqui a história oral, de uma forma geral e em particular na nossa investigação, possibilita o retorno a uma “agencialidade” que visa não apenas olhar para os sujeitos

³⁰⁴ Entrevista com Cipriano P. (16.03.16)

³⁰⁵ Sobre este sentimento “contraditório” sentido por vários trabalhadores será interessante conferir o livro de Alicia Rouverol, *et. al., I Was Content and Not Content: The Story of Linda Lord and the Closing of Penobscot Poultry*

³⁰⁶ Berthold Molden, *op.cit.*, p. 127

³⁰⁷ *Ibidem, idem*

³⁰⁸ Elsa Peralta, *op. cit.*, p. 10

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 12

³¹⁰ Michel Foucault, “What is an author?” in Donald Bouchard (ed.), *Language, Counter-Memory, Practice. Ithaca, Cornell University Press, 1977*, p.160

³¹¹ Vladimir López Alcañiz, “Contra memoria: Historia, genealogía y ontología del presente en Michel Foucault” in *Historiografías*, nº 6, 2013 p. 28

subalternos como alguém passivo e silenciado por uma estrutura monolítica, mas que entra em confronto com as memórias dominantes.

O processo de reestruturação na região de Setúbal não foi apenas um processo de modernização mas também um processo de dissolução de uma determinada estrutura de sentimentos baseada na solidariedade e dignidade; e contudo os operários não surgem aqui apenas como vítimas; e os estaleiros também surgem como espaço formativo de uma determinada identidade operária que se transforma. Isso está sintetizado nas palavras de Vítor, quando em jeito de balanço nos diz:

“O que é que fica deste período de estar desde 1980 que entrei na Setenave, com intervalo dos dois anos da marinha, até 93 em que estou por lá? É toda uma aprendizagem, no terreno digamos assim puro e duro da luta de classes. Era óbvio e era claro participarmos”³¹²

³¹² Entrevista com Vítor R. (02.04.16)

Considerações Finais

Como afirma Jesús Carrillo, “nos anos 1980, a maioria da Europa, ou mesmo do mundo, foram dados como estando a atravessar uma fase transitória”³¹³. No caso português isso não foi menos verdade. A década representou um período de transição e de mudança de modelo político, social e económico, quebrando quer com o modelo de tímida abertura à Europa por parte do Estado Novo quer com a tentativa de construção de um Estado Socialista durante o biénio revolucionário de 1974-1975, abrindo-se as portas à CEE e ao modelo capitalista ocidental.

Em relação à península de Setúbal, entre 1979 e 1993 assistimos a uma completa transformação quer no tecido produtivo, dominado pela indústria metalúrgica, quer na vida da população, em particular nas comunidades operárias que dependiam em muito desta indústria. Empresas com milhares de trabalhadores fecharam ou viram o seu número de trabalhadores drasticamente reduzidos.

No entanto, apesar dos efeitos serem conhecidos, os trabalhos produzidos em torno deste tema ou período tendem a ser marcados por uma abordagem quase exclusivamente económica, ou, quando optam por considerar o terreno político, focam-se no movimento operário oficial, aqui entendido como as organizações representativas dos trabalhadores, caso dos sindicatos e/ou das comissões de trabalhadores.

Existia uma ausência das vozes dos trabalhadores que experienciaram este processo e foi com esse intuito que iniciámos esta investigação, tentando desbravar um caminho que ainda se encontra pouco trabalhado. Por isso mesmo também, mais do que tirar conclusões que se encontrem já consolidadas, pretendemos deixar aqui uma reflexão sobre o que obtivemos, os limites que certamente esta investigação terá, e as pistas deixadas pelo nosso trabalho que podem ser aprofundadas noutras investigações.

Ao reinscrever a subjetividade operária no processo histórico, tentámos de alguma forma fugir a dois tipos de explicação e narrativa historiográfica: uma que olhava para este processo como se de uma modernização quase naturalizada se tratasse, em que os custos humanos apesar de desagradáveis, se tornaram necessários face à racionalidade de mercado; e um outro tipo de explicação que olhava para esta questão

³¹³ Cf. Intervenção de Jesús Carrillo na mesa-redonda intitulada: “Anos 80 porquê? na Conferência “Quando foram os anos oitenta”, organizada pelo IHC, 2015

apontando à “traição” por parte das cúpulas sindicais, que teriam facilitado o desmantelamento do corpo operário e a sua derrota.

Sem desvalorizar contributos que resultem destas duas narrativas historiográficas pareceu-nos necessário caminhar no sentido de tentar elaborar uma “história operária do capital” (nas palavras de Mario Tronti), tomando como elemento chave os comportamentos da classe trabalhadora no seio das relações capitalistas de produção³¹⁴. Para tal, a história oral enquanto metodologia aliada a desenvolvimentos teóricos que valorizam a experiência e os comportamentos, como é o caso de E.P. Thompson ou autores *operaístas* como Antonio Negri tornou-se fundamental.

Ao analisarmos este processo de reestruturação industrial a partir das memórias dos operários, pudemos observar um duplo movimento que é importante dar conta. Em primeiro lugar, ao acedermos ao relato de um conjunto de fenómenos como a fome que afetou bastantes trabalhadores, os salários em atraso, que se prolongaram durante meses ou os despedimentos, não apenas constatámos a ocorrência desses fenómenos como pudemos ir ao encontro daquilo que Richard Sennett, denomina “as feridas escondidas” da classe operária³¹⁵; trata-se não apenas de registar os acontecimentos mas também de inquirir a forma como todos estes acontecimentos ganham um significado e são lembrados como dissolução de uma determinada composição operária e da sua estrutura de sentimentos.

Em segundo lugar, a história oral permitiu não apenas acompanhar este movimento de dissolução mas também um outro movimento constitutivo de uma determinada identidade que acabou por se manter no presente, apesar da experiência fragmentada do pós-fordismo. O estaleiro e os processos conflituais ocuparam também um papel agregador da comunidade operária tendo como peça central a dignidade, quando nada mais restava.

Este duplo movimento, possibilitou-nos dar os primeiros passos na elaboração de uma contramemória Assim, face à forma como a memória sobre a crise na região de Setúbal se tornou dominante, construindo-se sobre o silenciamento e uma suposta obrigação que estes trabalhadores deveriam ter de se envergonhar pelo sucedido foi-nos possível nesta dissertação romper com a ideia de presente permanente, recuperando

³¹⁴ Cf. Ricardo Noronha, “Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social” in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2014, 33 - 53

³¹⁵ Cf. Richard Sennet e Jonathan Cobb, *The Hidden Injuries of Class*, Cambridge University Press, 1972

assim esse sujeito que havia sido dado como desaparecido e as suas memórias, que nos mostram uma outra história dos trabalhadores enquanto sujeito histórico.

No entanto, existem limites na nossa investigação sobre os quais é preciso refletir. Um primeiro limite diz respeito à diversidade das entrevistas, ou seja, ao tipo de indústria que estes trabalhadores representam. Pelo contexto em que esta investigação foi produzida, seria difícil articular um grande número de entrevistas, no entanto isso possibilitaria um estudo mais aprofundado acerca das resistências e comportamentos dos trabalhadores em contexto de desindustrialização. Um outro limite está ligado à cronologia, sendo interessante aprofundar uma investigação deste tipo num tempo longo, que nos traria mais perto da atualidade e permitiria observar melhor as continuidades e rupturas entre a composição operária que aqui analisámos e aquela a que deu origem após o processo de crise.

Apesar destes limites reconhecidos, parece-nos também que a nossa investigação pode dar algumas pistas para compreender o surgimento do pós-fordismo e do neoliberalismo enquanto sistema económico e social partindo da subjetividade operária. Como notam Dardot e Laval, quando falamos de neoliberalismo, devemos ter em conta não só os seus aspetos mais explícitos como é o caso da destruição de regulações e instituições, mas também os seus aspetos hegemónizadores, assentes na indução e estímulo de certas formas de vida e certas subjetividades³¹⁶.

Partindo do conceito de composição operária tentámos ao longo deste trabalho compreender não só os processos de resistência mas também como a transformação da composição produtiva dos trabalhadores possibilitou a construção dessas outras formas de vida em que o individualismo e o racionalismo económico começam a nascer. Porque mais do que o “desaparecimento” da classe operária é esta sua nova existência e os caminhos que possibilitaram essa transformação que importa aprofundar.

³¹⁶ Pierre Dardot e Christian Laval, *op. cit.*, p., p.8

Fontes

1. Fontes Escritas

- Biblioteca Municipal de Setúbal

Península de Setúbal: estudo preparatório de operação integrada de desenvolvimento: relatório da 1ª fase, março 1987 / estudo promovido pela Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo. - [C.E.D.R.U.], 1987

Operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal: 1989-1993. - [Lisboa]: Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, 1990

- Biblioteca e Arquivo do DINÂMIA'CET – IUL

Relatório de Avaliação da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal, 1990-1994, (Financiado pelo Ministério do Plano e da Administração do Território)

1. Vol I. Relatório Síntese

2. Vol. II Eixos Transversais

- Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério da Economia

Relatório: Evolução Recente dos setores Metalúrgico e Metalomecânico na Península de Setúbal, Direção-Geral da Indústria, 1986

- Diário da República

Diário da República, 1ª Série, nº 211, de 13.09.1986, Pág. 2547; Resolução 67/86, de 13 de setembro

- Fundo da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças

Carta da Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul dirigida ao Primeiro-Ministro; 18/03/1984

- Imprensa Nacional

Diário de Notícias

Diário de Lisboa

Correio da Manhã

- Imprensa das Empresas

Revista Informação Lisnave

Revista Informação Setenave

2. Fontes Orais

Entrevista com Vítor R. no dia 02.04.2016

Entrevista com Cipriano P. no dia 16.03.2016

Entrevista com Francisco T. no dia 10.04. 2016

Entrevista com Joaquim C. no dia 16.05. 2016

Entrevista com Mário G. no dia 05.05.16

Bibliografia

- AGUIAR, João Valente, “Levantados do Chão: a formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)” in *Lutas Sociais*, nº27, 2011, pp.31-44
- ALBERTI, Verena, *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas
- ALCAÑIZ, Vladimir López, “Contra memoria: Historia, genealogía y ontología del presente en Michel Foucault” in *Historiografías*, nº 6, 2013 p.13-31
- ALTERNA, Bert, LINDEN, Marcel Van der (Org.), *De-Industrialization: Social, Cultural, and Political Aspects*, Cambridge University Press, 2003
- AMARAL, Luís Mira, *A Crise Económica Social do Distrito de Setúbal*; Serv. Inf. Científica e Técnica, M.T.S.S., 1986
- ANDERSON, Perry, *Arguments Within English Marxism*, Verso, 1980
- BENJAMIN, Walter, *The Arcades Project*, Harvard University Press, 1999
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve, *O Novo Espírito do Capitalismo*, Martins Fontes, 2009
- BOUCHARD, Donald (ed.), *Language, Counter-Memory, Practice*. Ithaca, Cornell University Press, 1977
- CONCEIÇÃO, Alberto J. et. al., *Setenave História de um Estaleiro (1971-1989)*, edições Colibri, 2016
- COSTA, Steffano, “De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral” in *XI Encontro Regional Sudeste História Oral*, 2015, pp. 1-10
- COSTA, Hermes Augusto, “A construção do pacto social em Portugal” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 39, 1994, pp. 119-146
- COWIE, Jefferson; HEATCOTT, Joseph, *Beyond the Ruins: The Meanings of Deindustrialization*, Cornell University Press, 2003
- CRAMPTON, Jeremy Crampton; ELDEN, Stuart (org.), *Space, Knowledge and Power: Foucault and Geography*, Ashgate, 2007
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, *The New Way of the World – On Neoliberal Society*, Verso, 2013

- DEBOUZY, Marianne, “In search of working-class memory: Some questions and a tentative assessment” in *History and Anthropology*, 1986, pp. 261-282
- EILAND, Howard (ed.), *Walter Benjamin Selected Writings (1938-1940)*, Harvard University Press, 2003
- FERNANDES, Paulo Jorge Martins, *As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave*, ISCTE (Tese Mestrado), 1999
- FONSECA, Inês, “Sobre isso, você devia era entrevistar a minha irmã” – A Família Flor e os Ditos e Não Ditos Sobre a Crise da Lisnave na Década de 1980 in GODINHO, Paula Godinho, FONSECA, Inês e Fonseca e BAÍIA, João (org.) *Resistência e Memória, Perspetivas Ibero-Americanas* [documento eletrónico], IHC-FCSH-UNL, 2015, pp. 151-161
- FONTES, Jorge, *História do movimento operário na Setenave (1974-1989)*, FCSH-UNL (Tese Doutoramento), 2016
- FOUCAULT, Michel, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, Vintage Books, 1995
- FOUCAULT, Michel, *History of sexuality: volume 1 An introduction*, Pantheon Book, 1978
- GARRUCIO, Roberta, “Chiedi alla ruggine. Studi e storiografia della deindustrializzazione” in *Meridiana*, nº 85, 2016, pp. 35-60
- GODINHO, Paula, “A memória a crescer e os meninos a aprender, qual será a que se vai esconder?” in *Conversas* (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição), Sessão 5, pp. 2-4
- GORZ, André, *Adeus ao Proletariado: Para além do Socialismo*, Forense Universitária, 1982
- GUERRA, Isabel, *Changements Urbain et modes de Vie Dans la Peninsule de Setúbal de 1974 à 1986*, Univ. Tours/ISCTE (Tese de doutoramento), 1991
- HAY, Roy, *The Use and Abuse of Oral Evidence*, Deakin University Press, 1986
- HALBWACHS, Maurice, “Memoria Coletiva e Memoria Historica” in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 69, 1995, pp. 69-95
- HARVEY, David, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford University Press, 2005

- HARVEY, David, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Blackwell, 1991
- HIGH, Steven, “The Wounds of Class”: A Historiographical Reflection on the Study of Deindustrialization, 1973-2013 in *History Compass*, vol. 11, 2013 pp. 994-1007
- HIGHMORE, Ben, “Formations of Feelings, Constellations of Things” in *Cultural Studies Review*, vol. 22, nº 1, 2016, pp. 147-167
- HOARE, Quintin Hoare; SMITH, Geoffrey (eds.), *Selection From the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, International Publishers, 1992
- HOBBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos: A Breve História do Século XX (1914-1991)*, Companhia das Letras, 1994
- INGERSON, Alice, “Classes e Consciência de Classe em Vila Nova de Famalicão” in *Análise Social*, Vol. XVII, 1981, pp. 863-884
- JOHNSON, Christopher H., *The Life and Death of Industrial Languedoc, 1700-1920*, Oxford University Press, 1995
- LAINS, Pedro et al., *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Esfera dos Livros, 2012
- LAZZARATO, Maurizio, “Construction of Cultural Labour Market” in *European Institute for Progressive Cultural Policies*, 2006
- LÁZARO, João, *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública*, Chiado Editora, 2014
- LIMA, Leonor; FARIA, *Lisnave: contributos para a história da indústria naval em Portugal*, edições INAPA, 2001
- LIMA, Marinús Pires, et.al, *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, Afrontamento, 1976, pp. 240-25
- LIMA, Marinús Pires de; ROSA, Maria Teresa Serôdio et al., *A Ação Sindical e o Desenvolvimento: Uma Intervenção Sociológica em Setúbal*, Edições Salamandra, 1992
- LIMA, Marinús Pires de, “Relações laborais, estratégias sindicais e emprego (1974-1990)” in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, pp. 905-943
- LINDEN, Marcel Van Der, *Workers of the World – Essays Toward a Global Labor History*, Brill, 2008

- LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Gradiva, 1998
- LOWENTHAL, David, *Past is a Foreign Country*, Cambridge University Press, 1985
- MARX, Karl, *O Capital, livro I, tomo II*, Editorial Avante! 1992
- MARX, Karl, “18 de Brumário de Louis Bonaparte” in *Marx e Engels, Obras escolhidas (vol.1)*, Editorial Vitória
- MARX, Karl, *Wage-Labor and Capital*, Dodo Press, 1891
- MOLDEN, Berthold, “Resistant pasts versus mnemonic hegemony: On the power relations of collective memory” in *Memory Studies*, vol. 9, 2016, pp.125-142
- MONTEIRO, Bruno, *O Mundo Dilacerado: Processos de Recomposição Social e Formação Quotidiana da Classe Operária numa Comunidade Industrializada*, FLUP (Tese de mestrado), 2008
- MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias (Org.), *De Pé Sobre A Terra Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*, IHC 2013
- MONTENEGRO, Antonio, “História Oral no Brasil” in *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 10 nº 2, 2007, pp.113-126
- NAROTZKY, Susana; SMITH, Gavin, “Being político in Spain – An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, in *History and Memory*, vol 14, nº 2, 2002, pp. 189-228
- NEGRI, Antonio, *Revolution Retrieved (1967-1983)*, Red Notes, 1988
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael, *El Trabajo de Dionisos*, AKAL, 2003
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael, *Empire*, Harvard University Press, 2000
- NEVES, José (org.), *Quem faz a História?*, Edições Tinta da China, 2016
- NORA, Pierre, “Entre a Memória e a História: A problemática dos Lugares” in *Projeto História*, vol. 10, 1993, p. 27-98
- NORONHA, Ricardo Noronha, “ Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social” in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2014, 33 – 53
- OLIVEIRA, César, “A Memória Coletiva (classe operária) ” in *Cadernos UGT: Portugal, que classes trabalhadoras?*, UGT, 1985, pp. 16-35

- PASQUINELLI, Matteo, "To Anticipate and Accelerate: Italian Operaismo and Reading Marx's Notion of the Organic Composition of Capital" in *Rethinking Marxism*, Vol. 26, N. 2, 2014
- PERALTA, Elsa, Abordagens Teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica in *Antropologia, Escala e Memória*, nº 2, 2007, pp. 4-23
- PIALOUX, Michel; COROUGE, Christian, *Crónicas Peugeot*, Deriva, 2013
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), *Fontes históricas*, FGV, 2005
- PORTELLI, Alessandro, "O que faz a história oral diferente" in *Revista Projeto História*, vol. 14, 1997, pp. 25-41
- PORTELLI, Alessandro, *Ensaio de história oral*, Letra e Voz, 2010
- PORTELLI, Alessandro, *They Say in Harlan County: An Oral History*, Oxford University Press, 2011
- PORTELLI, Alessandro, "História oral italiana: Raízes de um paradoxo" in *Revista Tempos Históricos*, vol. 12, 2008, pp. 3-32
- REVELLI, Marco, "Defeat at Fiat" in *Class & Capital*, nº 16, 1982, pp. 95-109
- RICOEUR, Paul, *Memory History and Forgetting*, University of Chicago Press, 2004
- ROGGERO, Gigi, *Elogio della Militanza: Note su soggettività e composizione di classe*, Derive Approdi, 2016
- ROSA, Maria Teresa, *O Sindicalismo e o Movimento Operário: Os Metalúrgicos de Setúbal*, Trabalho para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica [ISCTE], 1988
- ROSA, Maria Teresa, *Relações Sociais de Trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*; Edições Afrontamento, 1998
- ROSAS, Fernando, Seis Teses Sobre Memória e Hegemonia, ou O Retorno da Política in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, nº1, 2009, p.84-87
- RUIVO, Francisco Bairrão, *Spinozismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*, FCSH-UNL (Tese de Doutoramento), 2013
- SANGSTER, Joan, "Oral History and Working Class History: A Rewarding Alliance." in *Oral History Forum d'histoire orale*, nº 33, 2013 pp. 1-15

- SANTOS, Boaventura Sousa (Org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Edições Afrontamento, 1993
- SCOTT, James, *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*, Letra Livre, 2013
- SCOTT, James, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, 1985
- SENNET, Richard; COBB, Jonathan, *The Hidden Injuries of Class*, Cambridge University Press, 1972
- SILVA, Cavaco, *Autobiografia Política*, Temas e Debates, 2002
- SOARES, Pedro Rodrigues, *Processos de reestruturação industrial e Desemprego – Implicações Geográficas (O eixo Setúbal – Palmela – Montijo – Alcochete)*; Univ. Lisboa (Tese mestrado), 2000
- SOARES, Fagno Da Silva, “Reflexões Historiográficas para Além das Relações entre História Oral e Memória” in *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, nº29, 2015
- SOUTELO, Luciana de Castro, *A memória do 25 de Abril nos anos do Cavaquismo*, Tese de Mestrado, FLUP, 2009
- STRANGLEMAN, Tim; RHODES, James, The ‘New’ Sociology of Deindustrialisation? Understanding Industrial Change in *Sociology Compass*, vol. 8, 2014 pp. 411-421
- STRANGLEMAN, Tim et. al, Introduction to Crumbling Cultures: Deindustrialization, Class, and Memory in International Labor and Working-Class History, nº84, 2013
- TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Atualidade*, Editorial Presença, 2007
- TELLES, Vera et. al, “Entrevista com Michel Pialoux e Stéphane Beaud” in *Tempo Social*, v. 18, nº1, 2006, pp.13-36
- THOMPSON, E. P., *Miséria da Teoria*, Zahar Editores, 1981
- THOMPSON, E. P., *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Paz e Terra, 1987
- TORRES, Alcídio, *D. Manuel Martins: A esperança de um povo*, Âncora, 2001

TORRES, Alcídio, *História de uma crise: o grito do Bispo de Setúbal*; Lisboa: Notícias, 1996

TRAVERSO, Enzo, *O passado, modos de usar*, edições Unipop, 2012

TRONTI, Mario, *Operários e Capital*, Afrontamento, 1976

TRONTI, Mario, *La Política Contra la Historia*, Traficantes de Sueños, 2016

TURNER, Turner, *British Cultural Studies: An Introduction*, Routledge, 1990

VALE, Mário, *Geografia da indústria automóvel num contexto de globalização: imbricação espacial do sistema Autoeuropa*, Universidade de Lisboa (Tese Doutoramento em Geografia), 1999

VARELA, Raquel et. al., *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, IHC, 2013

VARELA, Raquel, “Os operários da Lisnave – Do conflito à negociação” in *Cadernos AEL*, vol. 17, nº29, 2010 pp. 341-360

VERRET, Michel, “Mémoire ouvrière, mémoire communiste” in *Revue française de science Politique*, nº3, 1984, 413-427

VIRNO, Paolo; HARDT, Michael (org.), *Radical Thought in Italy*, University of Minnesota Press, 1996

WILLIAMS, Raymond Williams, *Marxism and Literature*, Oxford University Press, 1977

WRIGHT, Steve, *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*, Pluto Press, 2002

Lista de Quadros

Quadro I. Evolução global do setor metalúrgico e metalomecânico (1982-1985)	28
Quadro II. Pessoal excedentário por atividade (1985)	29
Quadro III. Evolução da conflitualidade do setor metalúrgico no distrito de Setúbal.....	48